

Maria da Conceição de Sousa Rosa



**O eu e o outro
num processo de cooperação:**

**Timor como caso
e exemplo**

Tese de Mestrado em Relações Interculturais

Orientador: Professor Hermano Carmo



Lisboa - 2006



Diz a lenda que um crocodilo viajante,
de tão cansado, virou terra Timor.

Avô crocodilo

Diz a lenda
E eu acredito!

O Sol na pontinha do mar
Abriu os olhos
E esprou os seus raios
E traçou uma rota

Do fundo do mar
Um crocodilo pensou buscar o seu destino
E veio por aquele raio de luz

Cansado, deixou-se esticar
No tempo
E suas crostas se transformaram
Em cadeias de montanhas
Onde as pessoas nasceram
E onde as pessoas morreram

Avô crocodilo

- diz a lenda
E eu acredito!
É Timor!

Xanana Gusmão
Cipinang, 8 de Outubro de 1995

Agradecimentos

- ◆ À AMI, que me permitiu ir a Timor na dupla função, como enfermeira a trabalhar no projecto que estavam a desenvolver em Dili e, como “investigadora” para que este trabalho fosse possível.
- ◆ Àqueles timorenses que despenderam do seu tempo a distribuir e recolher (e, muitas vezes, a ajudar a responder...) os inquéritos.
- ◆ A todos aqueles que em Timor acreditaram neste trabalho e, que de diversas formas contribuíram para que ele fosse possível.
- ◆ À Dra. Ângela Massa que traduziu os inquéritos para tetum.
- ◆ Ao meu orientador, Prof. Hermano Carmo, que para além de toda a orientação necessária me incentivou nos momentos de fraqueza.
- ◆ À minha família e à Enf. Irene Gustavo que me permitiram uma ausência de quatro meses.
- ◆ A todos os amigos que me apoiaram, incentivaram e perdoaram a falta de tempo para estar com eles.

Resumo

Os portugueses chegaram a Timor, por volta de 1514, com intuitos mercantis e de difundir a fé cristã, por lá permaneceram quase 500 anos. Quase sempre a convivência foi pacífica pois Portugal nunca interferiu muito nos usos e costumes locais. A forma de ser, estar e viver deste povo manteve-se inalterada ao longo dos séculos.

A revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, reflectiu-se em Timor, com o surgimento de partidos políticos que pretendiam a independência daquela meia ilha. Deu-se uma luta interna pela conquista do poder que conduziu a uma guerra civil, à saída da administração portuguesa e posterior invasão indonésia (7 de Dezembro de 1975). Esta invasão foi feita com a conivência de poderosas potências internacionais. Em Julho de 1976, a Indonésia declara Timor como a sua 27ª província.

Esta anexação nunca foi reconhecida pelas Nações Unidas, permanecendo Portugal, à luz do Direito Internacional, como potência administrante.

Após anos de lutas internas e externas, em 1999, é dado ao povo timorense a possibilidade de escolher o seu futuro. A 30 de Agosto desse ano realiza – se um referendo cujo resultado foi esmagadoramente a favor da independência.

A Indonésia abandona Timor mas, antes instala um clima de terror, destruição e morte.

Num espaço de trinta anos, o país é destruído pela 2ª vez (a 1ª tinha sido durante a 2ª Guerra Mundial, esta guerra que foi essencialmente Europeia, fez-se sentir de forma intensa em Timor).

Perante as notícias que nos chegavam, toda a sociedade portuguesa se uniu em defesa daquele povo distante e desconhecido, desde 1974 que não se viam manifestações de rua que envolvessem tanta gente, pessoas anónimas, partidos políticos da esquerda à direita, igreja católica....

Dentro das instâncias de cooperação existentes, foi conferido um carácter autónomo à cooperação com Timor.

* * * * *

ONGs, câmaras municipais, entidades públicas e privadas, cidadãos anónimos... todos querem participar na reconstrução do país. Do conjunto de todas estas vontades resultaram acções dispersas e, por vezes, com muito pouco impacto junto daqueles a quem, em principio se destinariam.

Aquando desta reentrada de portugueses em Timor, estes não foram olhados como antigos colonizadores mas, antes como “Vêm ajudar-nos, precisamos deles” e, Portugal tem obrigações morais e históricas em ajudar o povo timorense.

Em 2005, as necessidades daquele povo continuam a ser de vária ordem mas, continuamos a verificar uma falta de estratégia na identificação de prioridades que possibilitem acções concretas e eficazes em prol do desenvolvimento, que se reflecta na vida da população local.

Os cooperantes que vão desenvolver acções em Timor continuam a não ter formação específica para a realidade em que vão trabalhar. As duas comunidades, portuguesa e timorense, pouco convivem contribuindo para tal a barreira linguística existente. O português foi escolhido como uma das línguas oficiais mas, só uma percentagem reduzida da população mais velha domina esta língua. Em Dili, a capital, não se sentem os efeitos do ensino do português. Como nos referem os habitantes desta cidade “ Portugal precisa de enviar professores que ensinem o português aos mais novos”.

Índice

	Página:
Introdução.....	20
I PARTE Timor e a Cooperação.....	24
Introdução.....	25
CAPÍTULO I – As raízes do presente.....	29
1. Os portugueses entram em contacto com os povos da ilha do crocodilo.....	30
2. Comerciantes ou conquistadores?.....	32
3. Dominação ou convivência?.....	33
4. As ocupações na 2ª Guerra Mundial.....	35
5. O Pós Guerra.....	38
6. Entre a Autodeterminação e a Ocupação Indonésia (1974/1999).....	41
7. Timor e a Ajuda Internacional.....	55
8. Conclusão.....	57
CAPÍTULO II – A Cooperação.....	59
1. O que é a cooperação?.....	60
2. A perspectiva das Nações Unidas.....	61
3. A perspectiva das ONGs.....	65
3.1. As ONGs portuguesas inscritas na Plataforma.....	65
3.2. A visão de uma ONG internacional.....	66
4. A perspectiva das Autoridades Timorenses.....	67

5.	A perspectiva portuguesa.....	69
5.1.	Evolução do quadro normativo.....	70
5.2.	A politica de cooperação.....	77
5.3.	Princípios e objectivos.....	80
6.	Operacionalização do conceito de Cooperação.....	86
7.	A Cooperação Portugal/Timor.....	89
8.	Evolução do quadro normativo – síntese.....	98
II PARTE Actores de um Processo de (Des)envolvimento.....		101
CAPÍTULO III – Dispositivo metodológico.....		102
CAPÍTULO IV – Na voz dos cooperantes.....		109
4.0.	Introdução.....	110
4.1.	Quem são, como vivem.....	111
4.2.	O que Fazem e o que Pensam	125
4.3.	Experiência Intercultural.....	142
4.4.	Conclusão.....	147
CAPÍTULO V – Um olhar a partir dos Sucos de Dili.....		149
5.0.	Introdução	150
5.1.	Quem são.....	153
5.2.	Como vivem.....	160
5.3.	Como olham os portugueses.....	167
5.4.	Conclusão.....	188
CAPÍTULO VI – Dizem os alunos da Universidade Nacional de Timor Leste.....		190
6.0	Introdução	191
6.1	Quem são.....	192
6.2	Como vivem.....	195
6.3	Como olham os portugueses.....	201
6.4	Conclusão.....	222

Conclusão.....	224
Bibliografia.....	235
Anexos.....	243

Siglas

AMIAssistência Médica Internacional
APADAgência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
APODETIAssociação Democrática Timorense
ASDTAssociação Democrática Timorense
CADComité De Apoio ao Desenvolvimento
CATTLComissário de Apoio à Transição em Timor Leste
CCCComissão Consultiva para a Cooperação
CEEComunidade Económica Europeia
CICComissão Interministerial para a Cooperação
CIDACCentro de Informação e Documentação Amílcar Cabral
CMLCâmara Municipal de Lisboa
CNRTConselho Nacional de Resistência Timorense
CPLPComunidade de Países de Língua Portuguesa
ECHOEuropean Commission Humanitary Office
ECOSOCConselho Económico e Social das Nações Unidas
FALINTILForças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste
FAOFund and Agriculture Organization
FRETILINFrente Revolucionária de Timor Leste Independente
FUPFundação das Universidades Portuguesas
GERTILGrupo de Estudos e Reconstrução de Timor Leste
ICALPInstituto de Cultura e Língua Portuguesa
INTERFETInternational Forces for East Timor
IPADInstituto de Apoio ao Desenvolvimento

MdMMédicos do Mundo
MNEMinistério dos Negócios Estrangeiros
OCDEOrganização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMSOrganização Mundial de Saúde
ONGOrganização não Governamental
ONGDOrganização Não governamental para o Desenvolvimento
ONUOrganização das Nações Unidas
PACPrograma Anual de Cooperação
PALOPPaíses Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAMPrograma Alimentar Mundial
PIDE/DGSPolicia Internacional de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança
PNBProduto Nacional bruto
PNUDPrograma das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVDPaís em Vias de Desenvolvimento
TFETTrust Fund for East Timor
UCCLPUnião das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UDTUnião Democrática Timorense
UNAMETUnited Nations Assistance to East Timor
UNICEFFundo das Nações Unidas para as Crianças
UNTAETUnited Nations Transitional Administrativo in East Timor

Índice de quadros

Nº	Assunto	Pág.
3.1	Inquéritos distribuídos e recebidos dos cooperantes.....	104
3.2	Inquéritos distribuídos e recebidos dos habitantes dos sucos.....	105
4.1	Média de idades.....	111
4.2	Sexo.....	111
4.3	Profissão em Portugal.....	112
4.4	Profissão em Timor.....	112
4.5	Habilitações académicas.....	113
4.6	Habilitações profissionais.....	113
4.7	Ficaria após o término do contrato.....	115
4.8	Residência.....	117
4.9	Vive sozinho/acompanhado.....	117
4.10	Número de pessoas com que divide a casa.....	117
4.11	Trabalha perto?.....	118
4.12	Meio de deslocação.....	118
4.13	De quem é o meio de transporte.....	119
4.14	Outro meio de transporte.....	119
4.15	Fácil acesso ao meio de transporte.....	120
4.16	Utilização do meio de transporte fora do período de trabalho.....	120
4.17	Tipo de organização.....	121
4.18	Área.....	121
4.19	Primeira missão.....	122
4.20	Número de missões.....	122
4.21	Estadas antes de 1999.....	123

Nº	Assunto	Pág.
4.22	Mesma organização?.....	124
4.23	Ramo/Área anterior.....	124
4.24	Conhecimento do projecto.....	126
4.25	Condições de trabalho.....	126
4.26	Formação específica.....	127
4.27	Tipo de preparação.....	127
4.28	Conhecimento de tétum.....	128
4.29	Ministrada formação de tétum.....	128
4.30	Percepção dos efeitos do trabalho.....	130
4.31	Objectivos previamente delineados.....	130
4.32	Instrumentos de avaliação.....	132
4.33	Tipo de instrumentos de avaliação.....	132
4.34	Opinião/sensibilidade para o desenvolvimento de Timor.....	133
4.35	Reconhecimento.....	134
4.36	Apoio e incentivo das chefias.....	135
4.37	Eficácia do trabalho.....	136
4.38	Avaliação dos resultados.....	138
4.39	Entidades parceiras do projecto.....	139
4.40	Parceiros do projecto.....	139
4.41	Níveis de notoriedade.....	141
4.42	Visibilidade da cooperação.....	141
4.43	Relacionamentos.....	142
4.44	Barreira.....	143
4.45	Preparação.....	146
5.1	Sucos estudado.....	152
5.2	Idade.....	153

Nº	Assunto	Pág.
5.3	Sexo.....	153
5.4	Profissão antes da independência.....	154
5.5	Profissão depois da independência.....	154
5.6	Ensino.....	157
5.7	Língua.....	158
5.8	Outra língua.....	159
5.9	Número de pessoas do agregado familiar.....	160
5.10	Saneamento básico.....	163
5.11	Electricidade.....	163
5.12	Água canalizada.....	164
5.13	Trabalha perto.....	165
5.14	Deslocação casa/trabalho.....	166
5.15	Outros meios de transporte.....	166
5.16	Reentrada dos portugueses.....	167
5.17	Presença de portugueses.....	168
5.18	Nacionalidade dos professores.....	169
5.19	Formação profissional.....	169
5.20	Utilidade da formação.....	170
5.21	Sabe do trabalho desenvolvido.....	171
5.22	Organizações portuguesas que conhecem.....	171
5.23	Organizações portuguesas no suco.....	173
5.24	Importância do trabalho.....	175
5.25	Factores de importância.....	175
5.26	Utilização dos serviços.....	176
5.27	Quais?.....	177
5.28	Como foi recebido.....	178

Nº	Assunto	Pág.
5.29	Sabe falar português.....	178
5.30	Os cooperantes sabem tétum?.....	179
5.31	Havia intérprete?.....	179
5.32	Como comunicavam?.....	180
5.33	Preferências.....	180
5.34	Gostou que o português fosse considerado como língua oficial?.....	181
5.35	Factores.....	181
5.36	Continuação da cooperação.....	183
5.37	Factores.....	183
5.38	Relaciona-se com portugueses?.....	185
5.39	Como é o relacionamento?.....	185
5.40	Factores que contribuem para um relacionamento fácil.....	186
5.41	Factores que contribuem para um relacionamento difícil.....	186
6.1	Idade	192
6.2	Sexo.....	192
6.3	Língua.....	193
6.4	Outra língua.....	193
6.5	Média do agregado familiar.....	195
6.6	Número de pessoas.....	196
6.7	Média de divisões.....	197
6.8	Número de divisões.....	197
6.9	Saneamento básico.....	198
6.10	Electricidade.....	198
6.11	Água canalizada.....	198
6.12	Média.....	199
6.13	Distância.....	199

Nº	Assunto	Pág.
6.14	Casa/escola.....	200
6.15	Meio de deslocação	200
6.16	O que pensaram.....	201
6.17	Cooperantes portugueses.....	202
6.18	Nacionalidade	203
6.19	Grau de importância.....	203
6.20	Curso profissional.....	204
6.21	Utilidade do curso.....	205
6.22	Conhecimento de organizações portuguesas.....	206
6.23	Organizações.....	207
6.24	Existência de organizações no suco.....	208
6.25	Tipo de trabalho.....	209
6.26	Importância.....	210
6.27	Utilização.....	210
6.28	Serviços.....	211
6.29	Avaliação.....	212
6.30	Conhecimento do português.....	213
6.31	Portugueses e tétum.....	213
6.32	Interprete.....	214
6.33	Forma de comunicação.....	214
6.34	Grau de importância.....	215
6.35	Razões de escolha.....	216
6.36	Preferência.....	217
6.37	Concordância.....	217
6.38	Razões para discordar.....	218
6.39	Razões para concordar.....	219

Nº	Assunto	Pág.
6.40	Continuação da cooperação.....	219
6.41	Razões.....	220
6.42	Convivência.....	221
6.43	Aspectos facilitadores.....	221

Índice de gráficos

Nº	Assunto	Pág.
4.1	Tempo em Timor.....	114
4.2	Motivações.....	116
5.1	Línguas estudadas.....	158

Índice de fotografias

1	A AMI em Laclubar.....	18
2	Gémeos de Behau, o 2º nascido com a equipa da AMi.....	18
3	Casa de Dili.....	52
4	A destruição em Dili.....	53
5	Crianças de Laclô à espera de.....	57
6	Hospital de Liquiçá reconstruído por portugueses.....	92
7	Esgotos em Dili.....	162
8	Bomba manual de captação de água.....	164
9	Estudantes à porta da UNTL.....	191
10	Centro de formação profissional de Tibar.....	205

Palavras prévias

Durante 10 anos - para Portugal, para a maioria dos portugueses – Timor foi palavra proibida, com o silêncio a fazer de máscara ou de disfarce para uma impotência não isenta de alguns sentimentos de vergonha. Timor era qualquer coisa que nos feria a consciência e até os refugiados timorenses foram resguardados nos pré-fabricados do Jamor como se fosse mais fácil o convencimento de que não existiam, para que não nos acordassem para a tragédia que estava a acontecer do outro lado do mar, na ilha do crocodilo.

Mas... vozes isoladas de quadrantes diversos (da esquerda não alinhada à Igreja mais comprometida) insistiam, avivavam lembranças, quebravam silêncios, punham em causa o falso conforto das consciências. Mas nós, quase todos, parecíamos preferir que nos deixassem em paz, que não nos viessem com aquelas histórias de violações e assassinatos ou com os relatos de resistência nas montanhas.

Eles não desistiram - os que resistiam, os que contavam o terror e a resistência, os que apenas sofriam – e a crosta de indiferença (que era abrigo e serenidade dos nossos espíritos) foi-se esboroando até à torrente de todas as emoções.

O cerco informativo cedia e, a pouco e pouco, Timor tornou-se alvo da curiosidade da informação mundial: o massacre de Santa Cruz esteve nos “prime time” de todas as televisões internacionais e a agressão a um jornalista americano fez mais pela notoriedade da tragédia timorense do que uma década de brutal repressão. Emergiram movimentos de opinião pública, Portugal mobilizou-se, a Austrália foi cenário de todas as manifestações, nas ruas de Nova Iorque exprimiu-se vergonha e repúdio pelo apoio americano à ditadura indonésia, as capitais europeias encheram-se de milhares que clamavam pelo direito à autodeterminação do povo timorense.

Estava em Pequim quando soube da atribuição do Nobel da Paz a dois timorenses: Ximenes Belo e Ramos Horta. Num noticiário em chinês, de que nada percebia, vejo dois rostos conhecidos que há mais de 20 anos se faziam ouvir em

*defesa do seu povo. Apenas a imagem do Nobel deu para perceber o que estava a acontecer... e depois pedir à intérprete para traduzir. Se em Portugal, para todos os efeitos ainda potência administrante, durante muito tempo não se ouviu falar de Timor, imagine-se a estranheza de receber uma notícia daquelas através de uma televisão chinesa.*¹

Nessa altura já despontava a grande vontade de conhecer Timor que se foi consolidando à medida que o crescente sentimento nacional de solidariedade se foi tornando mais expressivo. Acompanhei de longe a viagem do Lusitânia Expresso, segui com atenção as negociações entre Portugal a Indonésia, emocionei-me com as filas de espera pela vez de exercer o direito de voto no Referendo de 1999. E decidi que iria a Timor. Cheguei lá em Março de 2000, integrada na Missão de Emergência desencadeada pela AMI (Assistência Médica Internacional

Foram seis meses a percorrer todo o distrito de Matuto)...e a vontade deste mestrado nasceu aí². Porque se partira correspondendo a um impulso de solidariedade e participação cívica, rapidamente veio ao de cima a fragilidade teórica e a ausência de conhecimento científico que permitissem a estruturação de bases racionais de suporte desse encontro com o outro³.



Figura 1 A AMI em Laclubar



Figura 2 Gémeos de Behau

No terreno descobre-se que qualquer acção de relação e ajuda humanitária terá de observar regras estritas de respeito pela realidade sócio-etno-cultural onde ela se desenvolve. Se assim não fosse, estaríamos no reino de uma “desgarrada” caridade⁴ - a um

¹ Uma estranheza que não derivava do facto de estar no meio de chineses, porque com esses lidava todos os dias no Hospital Conde de São Januário em Macau....

² Será mais adequado falar na *necessidade* deste mestrado. Anexo A

³ Numa multiplicidade de aspectos que integravam situações de convivência e diálogo cultural mas também implicavam pontes de entendimento que permitissem o relacionamento com a população local, a população alvo dessa ajuda humanitária

⁴ Já Veiga Simão escrevia: a caridade ajuda mas não resolve problemas.

tempo desprovida de efeitos práticos e imbuída de agressão etnocêntrica. Foi no terreno que despertei para a necessidade de uma postura científica que permitisse uma formulação conceptual imprescindível a qualquer modalidade de cooperação para o desenvolvimento. Mas que não dispensa uma procura de eficácia assente no respeito pelo outro, acreditando na sua capacidade de intervenção na construção do seu próprio desenvolvimento.

Citando Samora Machel, chego a este Mestrado procurando “teorizar a prática” e buscando respostas para muitas das interrogações que a mim própria coloquei naqueles meses em que percorri as montanhas de Timor e me apaixonei por aquele mar... Por isso optei pelas Relações Interculturais e me envolvi neste estudo que, tendo por base os conceitos entretanto adquiridos, pretende problematizar e interrogar o modo como se estruturam as relações de cooperação entre Portugal e Timor, dando especial e adequado ênfase às leituras e sentimentos de quem intervém directamente nesse terreno de cooperação e de quem é alvo dessa cooperação.

Foi assim que, cumprida a fase inicial de pesquisa documental e bibliográfica, me desloquei de novo a Timor. Ia na dupla (e se calhar dúbia) posição de cooperante e de investigadora social. Como cooperante integrei de novo uma Missão da AMI, como investigadora – na curta medida dos meus tempos livres – desenvolvi o trabalho de campo necessário à elaboração, aferição e adequação dos inquéritos que pretendia realizar junto dos cooperantes portugueses e de alguns segmentos da população timorense com contacto directo com a cooperação lusa.

O trabalho de inquirição propriamente dito, decorreu no último mês dessa minha estada em Timor. Abrangeu alguns sucos de Dili e obrigou ao recurso a intérpretes locais e a uma versão em tétum dos inquéritos originariamente formulados em Português.

Introdução

Timor, para muitos portugueses, especialmente de uma geração mais velha, era apenas o nome de uma das províncias que constituía o tal vasto Império multiracial que se estendia do Minho a Timor. Ou, quando muito, a imagem de uma casa de teto esguio num livro de geografia.

Mas, em 1999 a “libertação” de Timor da dominação indonésia, transformou-se em causa nacional, quer por parte da sociedade civil numa imensa mobilização colectiva⁵, quer ao nível das instâncias governamentais que, para responderem à grave situação existente naquele país, conferiu um carácter autónomo, dentro das instâncias existentes, à cooperação com Timor.

Procurar conhecer um pouco melhor um país e um povo que ganhou tão grande intimidade com o imaginário de muitos de nós, tentar entender como se processa a cooperação Portugal/Timor, descortinar perfis e razões daqueles portugueses que (imbuídos de sentimentos vários⁶) rumaram à ilha do crocodilo, são algumas dos objectivos que perseguimos com este trabalho.

*Está dividido em **duas partes** principais.*

***A Primeira**, denominada “Timor e a Cooperação”, pretende no Capítulo 1 situar historicamente a questão de Timor, através de uma abordagem sintética do percurso desde a chegada dos portugueses em 1514 até aos dias de hoje, de uma jovem nação á procura do seu destino e alvo da Ajuda ao Desenvolvimento. No Capítulo 2, também tendo como base de estudo a pesquisa documental, iremos tentar perceber o que significa, no século XXI o conceito Cooperação, ou como é actualmente designado, a Ajuda Publica ao Desenvolvimento, e de que modo esses conceitos e essas práticas se aplicam/adequam à situação em Timor⁷. E tentaremos perceber qual a evolução das políticas e estratégias da*

⁵ Depois do 25 de Abril foi talvez a causa que maiores consensos gerou e que mais emoções desencadeou, fazendo ultrapassar barreiras ideológicas numa quase unidade nacional...

⁶ E motivações diversas.

⁷ Levando em consideração as diversas definições e perspectivas de alguns intervenientes neste esforço: Nações Unidas, ONGs nacionais e internacionais, Autoridades Timorenses, etc.

Cooperação Portuguesa ao longo destes trinta anos - tanto do ponto de vista interno quanto do ponto de vista externo, ou seja, num quadro mais amplo das instituições internacionais das quais Portugal é membro e parte interessada e interveniente. A cooperação Bilateral Portugal/Timor será também analisada.

*Na **Segunda** Parte deste trabalho, a que chamámos “Actores de um processo de (des)envolvimento”, procuramos conhecer os cooperantes portugueses que estão em Timor assim como a população alvo da cooperação.*

Já referimos atrás que na génese deste estudo estão os seis meses passados em Timor em 2000⁸. Voltamos lá de novo em 2005 tentando conciliar a execução das tarefas na área da saúde com a realização do Trabalho de Campo cujos resultados agora apresentamos. Nos primeiros 3 meses da nossa estadia, vimos, observámos, conversámos muito...Depois da fase de teste, aproveitámos o último mês de permanência para lançar os inquéritos sobre a Cooperação Portuguesa com Timor.

Um primeiro inquérito foi submetido aos cooperantes portugueses que trabalhavam em Dili. Para um segundo inquérito, seleccionámos aleatoriamente oito sucos de Dili para conhecer a população⁹. Um terceiro inquérito teve como universo de auscultação os estudantes da Universidade Nacional de Timor Leste – com quem duas instituições portuguesas¹⁰ colaboram directamente, leccionando cinco cursos que abrangem cerca de oitocentos alunos.

Assim, no capítulo 3 apresentaremos a metodologia aplicada na elaboração, aplicação e análise dos inquéritos.

*Nos capítulos 4, 5 e 6, através da análise e tratamento estatístico, procuraremos respostas para as questões subjacentes à elaboração dos inquéritos, ou seja: **Quem são, como vivem e o que pensam os cooperantes portugueses em Timor; Quem são, como vivem e como olham a cooperação portuguesa alguns habitantes de Dili; Quem são, como vivem e como olham os portugueses os estudantes da Universidade Nacional de Timor Leste.***

⁸ Difíceis condições de trabalho, um cenário da maior das carências, era mesmo uma acção de Emergência!

⁹ Como já referido anteriormente, socorremo-nos de intérpretes locais a quem facultámos uma versão em tétum.

¹⁰ Fundação das Universidades Portuguesas e Instituto Camões.

Com a conclusão, pretendemos fazer uma síntese de todo o trabalho e, tendo por base a análise das respostas dadas pelos nossos inquiridos, procurar pistas para uma cooperação mais eficaz.

METODOLOGIA

O presente trabalho enquadra-se no chamado “estudo de caso” pois, segundo a definição de Yin, citada por Hermano Carmo e Manuela Malheiro, é *“uma abordagem empírica que: investiga um fenómeno actual no seu contexto real (...) e, constitui a estratégia preferida quando se quer responder a questões de “como” ou “porquê (...) pode ainda estudar-se um caso único ou casos múltiplos e os dados recolhidos podem ser de natureza qualitativa, quantitativa ou ambas.”*¹¹

O produto final é ainda segundo Hermano Carmo e Manuela Malheiro, *“uma descrição “rica” e rigorosa do caso que constitui o objecto de estudo”*¹²

Tendo como ponto de partida e interesse por este trabalho, uma experiência pessoal, este só foi possível de concretizar após muitas leituras sobre Timor, Cooperação, jornais, dissertações de mestrados e doutoramentos, programas de governos, apontamentos de conferências, aulas, etc... e, ainda, ao apoio que nos foi dispensado por algumas entidades e pessoas portuguesas em Timor que nos forneceram a listagem de cooperantes ali a trabalhar e que colaboraram na distribuição e recolha dos inquéritos, assim como, a alguns timorenses que também colaboraram na distribuição e recolha dos inquéritos pelos sucos.

Assim, a nossa investigação assentará, numa pesquisa bibliográfica tão completa quanto possível, na recolha de informação através de informadores qualificados, nomeadamente do responsável do Centro de Formação Profissional de Tibar e do IPAD (anexo I), Dr. Carlos Andrade e, na recolha de dados através dos inquéritos por questionário.

Em Março de 2006, deslocámo-nos a Timor para obter informações dos responsáveis locais, nomeadamente do Ministro dos Negócios Estrangeiros e

¹¹ CARMO, Hermano, FERREIRA, Manuela Malheiro; *Metodologia da Investigação, Guia para Auto – aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa, 1998, pag.216-217.

¹² IDEM, pag. 218.

Cooperação e do responsável local do IPAD, Dr. Miguel Levy mas, devido aos problemas internos que o país já atravessava, não conseguimos obter informações oficiais, apenas nos foram dadas as posições pessoais, em anexo juntamos as perguntas formuladas (anexos J e L) mas, para as quais não obtivemos resposta. Também foi contactada a embaixada de Timor Leste em Lisboa e enviadas as mesmas perguntas que haviam sido formuladas para o MNE e Cooperação de Timor, mas também não obtivemos resposta.

PARTE I
Timor e a Cooperação

Introdução

Timor encontra-se inserido na área do Índico - Pacífico, a norte da Austrália, no extremo do Sudoeste Asiático.¹³



Os portugueses chegaram a Timor no início do século dezasseis. Foram ali atraídos pela preciosa madeira de sândalo, com intuítos mercantis e para difundir a fé cristã por lá se estabeleceram.

Se é verdade que antes da chegada dos portugueses a ilha já era povoada não existe tanta certeza acerca de quem foram os primeiros povos a ali chegar.

Uma certeza existe, a ilha foi povoada por uma grande diversidade de grupos étnico – linguísticos, pois essa diversidade ainda hoje se mantém. *“Um único grupo étnico pode actualmente falar até cinco línguas diferentes, da mesma forma que a mesma língua pode constituir a forma de expressão de vários grupos étnicos”*.¹⁴

¹³ Imagem retirada de O Turismo de Timor-Leste, in <http://www.turismotimorleste.com/pt/> (página e mapa elaborados pelo GERTIL), acedida a 04/09/2005

¹⁴ GERTIL. Grupo de Estudos e Reconstrução de Timor Leste; Atlas de Timor Leste; Lidel, Lisboa, 2002, pag.42.

Há autores que dizem que a ilha foi povoada pelos povos Papua, cerca de 7000 AC., e pelos povos austronésios, aproximadamente 2000 a. C., sendo posteriormente habitada por outros povos em migração entre a Ásia e a Austrália e o arquipélago do Pacífico. Esta questão, como refere Luna de Oliveira, não é consensual entre os diversos autores, assim, transcreve-nos a opinião de Leite de Magalhães que, como nos diz, estudou dedicadamente os idiomas de Timor:

“O problema etnogénico de Timor enovela-se em séries de migrações percorrendo linhas tortuosas e fazendo paragens em pontos os mais diversos. De qualquer forma por que as populações timoresas se estudem, pela antropologia, linguística, etnografia, história e ainda pela sua distribuição geográfica, o caos surge desnorteante, quase impenetrável, revelando-se a disparidade de raças, que na ilha e fora dela se cruzaram para produzir os tipos e dialectos que naquele país se encontram.”¹⁵

Apesar da diversidade étnico linguística existente aquando da chegada dos portugueses a ilha já se encontrava organizada em pequenos reinos que se agregavam em duas confederações, a dos Belos, a leste, e a dos Baiquenos, a oeste. Os portugueses começaram por frequentar o Servião (confederação dos Baiquenos) que era mais rica em sândalo.

Mas, foram os reinos dos Belos, que mais cedo se colocaram sob a suserania do reino de Portugal.

Actualmente, mantém-se em Timor uma grande diversidade linguística. O Tétum pode ser considerado a língua franca, falado pelo menos por metade da população da ilha e, foi considerada pelo actual governo como uma das duas línguas oficiais (a outra é o português) mas, estão calculados existir em Timor cerca de vinte grupos linguísticos e um número mais reduzido de dialectos.

A partir do final do século dezasseis, fez-se sentir a concorrência dos holandeses, que pretendiam o domínio daquelas ilhas, assim como o domínio do comércio. Após anos de luta entre portugueses e holandeses, a ilha de Timor é dividida entre os dois países, ficando Portugal com a parte leste da ilha e com o enclave de Oe-cussi, situado na parte oeste e a Holanda com o restante. Essas lutas que conduziram à divisão da ilha, fizeram-se sentir até ao início do século vinte, no entanto a divisão acentuar-se-ia aquando da ocupação japonesa, durante a 2ª

¹⁵ OLIVEIRA, Luna de; Timor na História de Portugal, Edição facsimilada da edição de 1949 – vol. I; Fundação Oriente e IPAD, Lisboa 2004, pag.36.

Guerra Mundial e sobretudo, mais ainda durante a ocupação indonésia, entre 1975 e 1999.

No século dezanove é implementada a cultura do café e, posteriormente, mas ainda durante este mesmo século, é conhecida a existência de petróleo e gás natural no mar de Timor. Apesar de todos estes recursos naturais, Timor nunca passou de uma colónia pobre, onde as suas riquezas naturais nunca se fizeram sentir. Não bastava ter recursos naturais, estes tinham que ser explorados e a sua gestão reverter a favor do desenvolvimento do país. A madeira de sândalo cedo se esgotou e também a cultura do café se verificou não ser suficiente para a independência económica da ilha. Nuno Canas Mendes, citando Geoffrey Gunn, adianta uma explicação para que a cultura e exportação de café pouco impacto tenham tido na economia timorense:

“o pleno desenvolvimento de uma economia de plantações baseada na exportação de café lançou as sementes da salvação para a desprovida colónia e proporcionou uma via para um futuro economicamente independente; todavia, certos factores externos travaram mais uma vez esse desenvolvimento: referimo-nos à resistência do poder tradicional e à capacidade dos aguerridos liurais para absorver o magro orçamento destinado ao desenvolvimento, que assim foi canalizado para acções de pacificação e outras, de âmbito militar, com elas relacionadas”.¹⁶

Do petróleo, Portugal não retirou qualquer mais valia, nem em proveito próprio nem em prol do desenvolvimento do território, “ *O Estado português limitava-se a passar as licenças de exploração, não obtendo grandes proventos*”.¹⁷

Até 1975 Timor vivia de uma agricultura e pesca de subsistência e de, algumas/poucas, receitas que lhe eram enviadas da metrópole.

No período de 1975 a 1999, durante a ocupação indonésia, o panorama de desenvolvimento pouco se modificou, as estratégias adoptadas foram outras, houve sem dúvida melhorias em infra estruturas, mas em termos de desenvolvimento, para a população local, pouca foi a evolução, 90% da população timorense continuou a viver de uma agricultura e da pesca de subsistência.

¹⁶ Citado por: MENDES, Nuno Canas; A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa 2005, pag. 198.

¹⁷ ÍDEM

Ao longo deste capítulo não se pretende fazer uma descrição exaustiva de todas as fases por que passou o mais novo país do século vinte e um, e que foi mesmo classificado em 2003 pela ONU como um dos mais pobres do mundo. Pretende-se assim, ainda que de uma forma sintética e condensada, referir a importância de que este país se revestiu em termos geoestratégicos, assim como a importância que adquiriu na nova ordem internacional, onde a ONU foi chamada a desempenhar um papel inovador na construção de um Estado.

CAPÍTULO I
As raízes do presente...

1. Os portugueses entram em contacto com os povos da ilha do crocodilo

No início do século dezasseis, os portugueses chegam ao Oriente. Primeiro foi a conquista de Goa em 1510 e, depois, Malaca em 1511. A partir de Malaca um novo mundo se abre aos portugueses: fervilhavam informações e notícias, a *Babel* do comércio abria novas perspectivas de negócio e indiciava novos caminhos na busca de especiarias e produtos exóticos.

Foi através de comerciantes chineses que os portugueses ouviram falar de Timor e da sua madeira de sândalo, já a presença de chineses em Timor, em busca do sândalo, está referenciada desde o século XV.

Primeiro a curiosidade, depois o interesse, e assim os portugueses aportam à ilha do crocodilo por volta de 1514 ou 1515. A primeira viagem terá ocorrido a bordo de um junco luso-malaio. Os habitantes da ilha eram gentios, pouco dados a contactos com muçulmanos, e não dispunham de juncos de grande porte, indispensáveis à realização de expedições mercantis.

Estavam assim reunidas as condições que permitiriam o posterior estabelecimento de relações entre a cidade luso-malaia de Malaca e Timor. Os portugueses levavam de Malaca panos de algodão e objectos metálicos que ali trocavam pela madeira de sândalo, mel e cera.

Na segunda metade do século XVI existem referências a carreiras regulares, não só a partir de Malaca mas também de Macau – a China era o principal consumidor de madeira de sândalo.

Com as expedições comerciais viajavam os missionários dominicanos que acabaram por ser os responsáveis pela construção da primeira fortaleza portuguesa em Solor, situada a norte de Timor, onde os ancoradouros eram mais acessíveis. E, assim, enquanto os mercadores se dedicavam ao comércio do sândalo, o clero multiplicava as conversões e difundia a fé cristã até às ilhas vizinhas.

O interesse, e mérito, do trabalho evangelizador dos dominicanos acabaram por merecer o reconhecimento tácito da Coroa Portuguesa que, durante muitos anos, delegou no superior da Ordem em Malaca a escolha do capitão da praça de Solor. A partir desta fortaleza, os portugueses – mercadores, aventureiros e missionários – passaram a visitar com mais frequência a ilha de Timor.

Com a entrada em cena dos holandeses, em 1595, houve que reforçar a capitania, mas como os ataques se iam intensificando, em 1613, a capitania foi transferida para a ilha das Flores. Entretanto, em Timor, os missionários iam convertendo vários régulos ao cristianismo que se iam colocando sob a suserania do rei de Portugal, assim o centro da presença portuguesa passa das Flores para Timor. Em 1646 construíram, para sede da capitania um forte em Cupão, que também haveria de cair nas mãos dos holandeses, passando então a capitania para Lifau, actual enclave de Oé-Cussi.

A pressão dos holandeses continuou a fazer-se sentir, pelo que em 1769, o governador José Teles de Meneses, transferiu a capital de Lifau para Dili, situada na província dos Belos que permanecia fiel aos portugueses e possuía um bom porto marítimo.

Apesar das guerras ali travadas não serem de cariz religioso, porque o objectivo dos holandeses era a sua expansão territorial e possuir o domínio do comércio, a implantação dos portugueses deveu-se mais aos dominicanos do que aos comerciantes.

Já em 1702, António Coelho Guerreiro, então nomeado governador de Solor e Timor, o primeiro governador nomeado por Lisboa, havia tentado um entendimento com os holandeses, mas sem êxito.

O primeiro tratado para delimitar fronteiras entre os territórios pertencentes a Portugal e Holanda foi assinado em 1859, mas nunca viria a ser cumprido por parte dos holandeses. Foi uma sentença do Tribunal Arbitral que, em 1914, viria a fixar as fronteiras, que ainda hoje se mantêm.

2. Comerciantes ou conquistadores?

Durante quase duzentos anos, a presença portuguesa ficou-se apenas pelo litoral, com intuitos quase exclusivamente mercantis – ao comércio do sândalo foram acrescentando outras mercadorias como a cera e o mel, como já foi anteriormente referido. No entanto, a evangelização também foi uma prioridade e, acabariam por ser os dominicanos a estabelecer e consolidar a primeira feitoria portuguesa naquelas paragens.

O enraizamento da presença portuguesa só se efectivou quando se começaram a sentir os efeitos da cobiça de outros países concorrentes europeus, nomeadamente holandeses que, para além de disputarem o comércio, pretendiam uma presença territorial e assim ameaçavam os interesses de Portugal, até aí preponderantes. Essa ameaça fazia-se sentir, quer no plano das relações comerciais, quer no da implantação de estratégias e do estabelecimento de acordos políticos com o mundo oriental, como refere Laura Branco:

“Perante uma presença concorrente, foi imperiosa uma acção mais consolidada e o reforço de dispositivos que garantissem a integridade dos aldeamentos dominicanos, que ali constituíam os primeiros sinais de uma presença consolidada, depois dos primeiros contactos efectuados desde 1556, pelo dominicano António Taveira”¹⁸

A presença portuguesa em Timor só começa a ganhar maior dimensão após a tomada de Malaca pelos holandeses em 1641. Muitos mercadores portugueses que frequentavam Malaca rumam então a Timor, que vai adquirir uma renovada importância estratégica paralelamente à importância económica que já possuía, mas, o primeiro governador nomeado por Portugal só consegue tomar posse em 1702, como já foi referido anteriormente.

¹⁸ BRANCO, Laura, F.C. ; *Percursos da Língua Portuguesa em Timor*, Tese de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, 2003.

3. Dominação ou convivência?

Aquando dos primeiros contactos, como já foi referido, os portugueses foram encontrar a ilha organizada em pequenos reinos que se agrupavam em duas confederações: a dos Belos a leste, e a dos Baiquenos a oeste. No processo de enraizamento e fortalecimento da presença portuguesa, a convivência com os diferentes reinos nem sempre foi pacífica e verificaram-se mesmo algumas situações de conflito. Mas tratava-se, de um modo geral, de revoltas de reinos isolados ou conjunturalmente associados em pequenos grupos, e, mais do que serem dirigidos contra a presença portuguesa, punham, sobretudo, em causa os poderes (e a supremacia) de alguns liurais (os reis locais). O primeiro levantamento global contra a presença portuguesa só viria a ocorrer no início do século XX, entre 1911 e 1913 sendo aquela instigada pelos holandeses, haveria de ficar conhecida como “a guerra de Manufahi”, acabando os revoltosos por serem esmagados pela força.

Pode afirmar-se que, durante muito tempo, o papel que a administração portuguesa exerceu em Timor foi fundamentalmente, de coordenação entre os diferentes reinos, numa posição de arbitragem dos conflitos quase permanentes, como diz Geoffrey Hull

“os portugueses ficaram a dever a posição conquistada à sua habilidade para cimentar alianças e para impor um sentido de aliança partilhada entre aliados inconstantes”¹⁹

Timor era, para Portugal, pode dizer-se, um protectorado, Luís Filipe Thomaz refere mesmo:

“Nunca houve propriamente colonização em Timor; ao longo dos séculos fixaram-se na ilha alguns degredados, um ou outro missionário, comerciantes ou funcionários civis ou militares do Estado”²⁰

¹⁹ HULL, Geoffrey; *Língua e Cultura na construção da Identidade de Timor Leste*; in Revista Camões, nº 14, Julho -Setembro 2001, Lisboa.

²⁰ THOMAZ, Luís Filipe; *O Problema económico de Timor*, in Revista Militar, vol. 26, nº 8-9, Agosto-Setembro, 1974.

A passagem para um regime colonial só se dá com o governo de Celestino da Silva, entre 1894 e 1908, que, mediante uma série de campanhas ditas de pacificação, sujeitou os reinos ao controlo de uma rede de postos militares e administrativos os quais englobavam já todo o território. Foi também durante este governo que se tentou a instalação de colonos portugueses em Timor, sobretudo antigos militares que desposavam mulheres nativas e que, por lá, se estabeleciam, a quem eram distribuídas terras para a plantação de café, embora estas plantações nunca tenham atingido mais de 7% da área cultivável de Timor. Foi este governador que fundou, em 1897, a Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho, especializada na exploração do café.

Como refere Nuno Canas Mendes, este governador para além de estar atento à realidade das relações internacionais estava consciente da importância geoestratégica da ilha, assim como aos seus recursos naturais e económicos, como se vê pelo que deixou escrito:

“Timor está tendo hoje, e para o reconhecer basta a leitura de jornais da Inglaterra e Austrália, excepcional importância como ponto estratégico no Oceano Pacífico; tem excelente petróleo, cuja exploração é cobijada por diversos sindicatos, tem ouro com que os indígenas fabricam os seus adornos, tem fosfatos, cuja existência foi certificada por exploradores australianos, tem cobre, tem o seu óptimo café, já conhecido nos mercados do mundo, tem solo ubérrimo próprio para a cultura do coqueiro do índigo, do cacaueteiro, do algodoeiro e das árvores da borracha, tem perto de um milhão de indígenas, hoje bem submetidos e obedientes, susceptíveis como os factos o têm demonstrado, de ser educados no trabalho, tem enfim as condições necessárias para prosperar”²¹

Foi durante a vigência do governador Celestino da Silva que o território se separa da, então, província de “Macau e Timor”, por decreto de 15 de Outubro de 1896. Timor torna-se um distrito autónomo, que depende directamente da metrópole.

Até à segunda guerra mundial a vida decorre em Timor sem grandes sobressaltos, a administração portuguesa nunca interferiu muito na cultura local, os timorenses são um povo fortemente enraizado na sua terra e nos seus costumes tradicionais, os quais nunca viram ameaçados por parte dos portugueses. Tanto o cristianismo como a língua portuguesa nunca lhe foram

²¹ Citado por: MENDES, Nuno Canas; *A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa 2005, pag. 139.

impostos de uma forma directa, como refere Luís Filipe Thomaz, “a *colonização portuguesa foi mais proposta que imposta*”²² (o mesmo não se poderá dizer da posterior “colonização” indonésia).

4. As Ocupações na 2ª Guerra Mundial

“As Guerras de 1914-1915 e 1939-1945, ambas exclusivamente europeias pela origem e mundiais pelos efeitos”,²³ acentuava Adriano Moreira...

Durante a 2ª Guerra Mundial, Portugal afirma-se neutral, no entanto, não foi por esse facto que, Timor deixa de sofrer os efeitos do conflito.

A 17 de Dezembro de 1941, deu-se o desembarque em Dili de forças holandesas e australianas, com o argumento de impedirem o avanço das forças nipónicas em direcção à Austrália – os japoneses já tinham mesmo ocupado algumas posições estratégicas na Ásia (Singapura, Malásia e Java). Acentua-se a divisão entre a ilha, com a parte portuguesa de Timor na órbita dos australianos e a parcela de Timor pertencente aos holandeses mais favorável aos japoneses, esta divisão foi testemunhada por um cineasta de guerra australiano, Damien Parer que numa reportagem sobre as zonas de combate e os alinhamentos diz:

*“As relações das nossas forças com os nativos tocam os dois extremos. Por um lado, há os nativos que são usados pelos Japoneses, armados, em muitos casos, com espingardas e encorajados a dar caça aos nossos homens e a intimidar aqueles que são favoráveis aos australianos. Por outro lado, dificilmente conseguiríamos viver sem o auxílio e a amizade dos nativos das montanhas, que são leais à Administração portuguesa e que criaram fortes laços com os australianos...os japoneses dão muita atenção à questão dos nativos, tentando, por todos os meios, voltá-los contra os australianos e contra a ainda constitucional Administração portuguesa”*²⁴

²² Citado por: MENDES, Nuno Canas; *A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pag. 168, Lisboa 2005.

²³ MOREIRA, Adriano; *Estudos da Conjuntura Internacional*, D. Quixote, Lisboa 1999, pag.250.

²⁴ Citado por: MENDES, Nuno Canas; *A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pag. 148, Lisboa 2005.

Contra esta invasão, Portugal limitou-se a lavrar protestos, sem quaisquer efeitos práticos sentidos no terreno, e na vida das pessoas que ali viviam.

“A administração portuguesa não contrariou, no terreno esta primeira invasão embora o governo de Lisboa tivesse lavrado os mais veementes protestos, manifestos em Exposição de S. Ex^a o Sr. Presidente do Conselho Acerca dos Sucessos de Timor (19. 12. 1942)”.²⁵

A 19 de Fevereiro de 1942 deu-se a entrada das forças japonesas, mais uma vez o Presidente do Conselho apresenta um protesto perante a Assembleia Nacional. Mas, também este protesto não se revestiu de qualquer efeito prático. A administração ficou vazia de poderes e o território transformou-se num palco de lutas entre as facções presentes. A destruição, especialmente de Dili, a capital, foi total, há autores que apontam para números entre os 60 e os 80 000 de mortes, ou seja, 15 a 20% da população do território.

Marcello Caetano escreve na altura:

*“Os japoneses em Timor vexavam e afligiam os portugueses a pretexto de os impedir de comunicar com os australianos mas deixavam flutuar a bandeira portuguesa, iam cumprimentar o Governador no dia 5 de Outubro e não se atreviam a um ataque frontal à nossa soberania. O método adoptado era outro: matar os portugueses à fome e fazer varrer os últimos restos de Portugal pela insurreição dos nativos, aos quais pregavam o advento da Grande Ásia – erguida pelos asiáticos e para os asiáticos”*²⁶

Com estas palavras, como refere Nuno Canas Mendes, *“Caetano omite os timorenses que resistiram, dando apenas a medida da actuação dos japoneses na sua reacção á invasão preventiva de Timor pelas tropas australianas e holandesas, que haviam dado o primeiro passo na quebra do respeito pela neutralidade portuguesa”*²⁷

Apesar de, o presidente do governo de Portugal, Marcelo Caetano omitir os timorenses, e a resistência por eles demonstrada contra os invasores, perante a comunidade internacional o governo português serve-se da resistência, que os

²⁵Citado por MENDES, Nuno Canas; *A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pag. 146, Lisboa 2005

²⁶ Citado por: MENDES, Nuno Canas; *A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pag. 145, Lisboa 2005

²⁷ IDEM

timorenses utilizaram perante os invasores, para demonstrar como estes lhes eram fiéis.

Durante a Guerra, os timorenses sentiram-se entregues a si próprios. A neutralidade dos portugueses não impediu que o seu território fosse palco de lutas sangrentas, pagando o povo timorense com a própria vida, essa dita neutralidade (os europeus que viviam em Timor foram colocados num campo de concentração em Liquiçá, onde muitos morreram à fome). Os “vizinhos” australianos, com o pretexto de expulsar os japoneses, quando a guerra terminou, bombardearam intensamente a cidade de Dili, deixando-a reduzida a escombros, por outro lado os holandeses, da outra metade da ilha, eram em grande parte, aliados do invasor, acentuando-se assim a divisão entre as duas metades da ilha, como já foi referido, o que viria a repetir-se, cerca de trinta anos mais tarde, aquando da invasão pela Indonésia.

Após a Guerra terminar, como se pode verificar através do excerto do telegrama nº 416, datado de 16 de Setembro de 1945, enviado pelo então Governador de Timor, Ferreira de Carvalho, ao Ministro das Colónias, em Timor, a administração portuguesa, foi reposta sem qualquer oposição por parte, dos timorenses:

*“No momento em que vemos terminada a situação difícil e angustiosa que acabámos de atravessar, sempre firmes no posto de sacrifício que nos coube, e que só em 5 do corrente acabou pela comunicação de terem cessado as hostilidades e se estar já fazendo a evacuação de Timor pelas forças japonesas e hoje, de facto, pelo restabelecimento da comunicação com a Mãe Pátria, todos os portugueses que estão em Timor, quer europeus, quer indígenas, saúdam comovidamente V. Ex.^a, afirmando apenas que o seu bem arreigado patriotismo lhes permitiu atravessar este longo período, no meio de todos os sacrifícios, físicos e morais, sem desfalecimento e contentes por verem a bandeira de Portugal cobrindo a terra portuguesa de Timor (...) A Dili têm acorrido muitos chefes indígenas para saudar o Governo, logo que souberam da notícia de ter acabado a guerra, mostrando todos a sua alegria por verem restabelecida a plena autoridade portuguesa e garantindo a sua lealdade e terem compreendido bem os motivos da situação que acabámos de atravessar”.*²⁸

Nesta altura não existia em Timor qualquer elite escolarizada e politizada que questionasse a presença portuguesa (antes da 2ª Guerra Mundial apenas

²⁸ NEVES, Mário V.; *Dez Anos de Política Externa (1936 -1947) A Nação Portuguesa E A Segunda Guerra Mundial*; Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa -1980, Vol. XI, pag. 485.

existiam em Timor 24 escolas do sexo masculino com 1377 alunos, e 9 escolas do sexo feminino com 421 alunas). Mas, há autores que têm apontado a 2ª Guerra Mundial e a resistência organizada dos timorenses, como o primeiro momento histórico de coesão, de consciência da sua diferenciação e do seu destino histórico. Mattoso refere mesmo que a 2ª Guerra Mundial despertou no povo timorense “*uma espécie de consciência pré-nacional*”.²⁹

Em 1945, a Indonésia, aproveitando a derrota do Japão, proclama a independência, declarando-se herdeira do Império Holandês das Índias Orientais, não reclamando a parte de Timor que estava sob administração portuguesa.

Apesar de Timor ocupar uma posição geográfica periférica e de o seu povo ser maioritariamente analfabeto, portanto pouco permeável à difusão da ideologia anti-colonialista então reinante no extremo oriente, Portugal demonstrou à recém-criada nação Indonésia, a sua preocupação quanto à situação deste território. O Presidente da Indonésia, Sukarno, comprometeu-se, perante Portugal, a respeitar a soberania portuguesa na metade da ilha até então sob administração portuguesa.

5. O pós Guerra

A guerra que flagelou Timor durante três anos e meio, de Fevereiro de 1942 a Setembro de 1945, veio demonstrar a importância geográfica e estratégica que o território possui. Os australianos consideravam-no mesmo como fazendo parte da sua linha defensiva, Hélio Felgas advertia mesmo

“(...) do grande arco de ilhas que se estende desde Malaca até ao noroeste da Austrália, Timor é a última. Aviões com base em Timor podem bombardear Port Darwin e regressar em poucas horas. A ilha adquire assim uma importância excepcional para a grande nação australiana a quem não convém que ela esteja na posse de governos que, mais cedo ou mais tarde, possam ser influenciados a tentar uma agressão. Por outras

²⁹ MATTOSO, José; Sobre a Identidade de Timor Lorosa'e, in : Revista Camões, nº 14, Julho-Setembro, pag.8, Lisboa 2001.

palavras, Timor é considerado pelos australianos como fazendo parte da sua linha defensiva".³⁰

A Indonésia estava em ebulição a caminho da independência e a fronteira entre a parte de Timor sob administração portuguesa e a parte de Timor pertencente ao Império Holandês das Índias Orientais era extremamente vulnerável – a fronteira entre as duas metades da ilha, ainda hoje, em 2005, não é uma questão pacífica.

Face a estes dois “grandes vizinhos” Portugal demonstrou alguma preocupação quanto à segurança e paz no território, sendo essa preocupação manifestada ao presidente da nova nação Indonésia, Sukarno, como já anteriormente referido.

Apesar da lógica subjacente ao conceito colonial, de auto – sustentabilidade dos espaços, esta nunca se verificou em Timor. Várias foram as justificações apontadas mas, a que parece mais plausível, é a da grande distância a que se encontra de Lisboa.

Timor, apesar de ser conhecido pelas suas riquezas naturais (petróleo, gás natural, mármore, café...) nunca foi auto-suficiente e tais recursos nunca reverteram a favor do seu desenvolvimento. Se, até à segunda Guerra Mundial, a economia já era de subsistência, com a destruição provocada pela guerra as condições de vida da população ainda mais se agravaram.

Ruy Cinatti, poeta e engenheiro silvicultor colocado em Timor em 1946 como secretário do governador descreve assim a situação que ali encontrou:

*“Não se podem imaginar os estragos causados pela fúria de destruição dos japoneses. São os edifícios e as florestas. Foram as manadas de cavalos e os rebanhos de búfalos. Até os veados. E o estado miserável da população (...) confirma o martírio e a fome a que a ilha esteve sujeita desde 1942”*³¹

Timor, nunca constituiu uma prioridade da política portuguesa e, nesta época, os recursos e energias que o País possuía canalizava-os para África onde despontavam sinais de inconformismo contra a potência colonizadora, que alguns anos mais tarde vieram a ter a sua expressão na chamada “Guerra Colonial”. Em Timor, dada a sua situação geográfica e o facto de se encontrar praticamente

³⁰ Citado por: MENDES, Nuno Canas; *A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pag. 150, Lisboa 2005

³¹ Citado por: STILWELL, Peter; *O Timor de Ruy Cinatti*, in: Revista Camões, nº14, Julho-Setembro 2001, pag.152, Instituto Camões, Lisboa 2001.

isolada do mundo, portanto pouco permeável aos movimentos anti-colonialistas que despontavam tanto em África como na Ásia, a situação manteve-se relativamente calma, há apenas a referir, em 1959, o denominado “Levantamento de Viqueque” que foi conduzido por elementos anti-colonialistas e anti-portugueses, contra a potência administrante. A revolta foi esmagada pela força e muitas vidas se perderam.

Se, até esta data, tanto o poder local como o Governo da Metrópole se encontravam “distraídos” da realidade política que se vivia no território, esta revolta levou os governantes a ganhar consciência de que a paz reinante não tinha o alcance que lhe era atribuída. Assim, perante estes sinais, a administração local, conjuntamente com o Governo da República, instituiu em Timor uma delegação da PIDE/DGS e, alguns dos responsáveis pela revolta, foram enviados para outros destinos igualmente sob o domínio colonial português, nomeadamente Angola e Moçambique.

Os sinais de mal-estar eram de tal forma evidentes que, Ruy Cinatti, em conversa com um ancião, “*chefe esclarecido mas analfabeto*” lhe diz que vê em Timor “*um montão de palha e que bastava só lançar-lhe um fósforo para arder*”³²

Na década de sessenta também alguns esforços foram desenvolvidos em prol do desenvolvimento local, foi feita a reparação de algumas estradas, praticamente só na cidade de Dili, construído um aeroporto em Baucau, construído o porto de Dili, feita a distribuição de energia eléctrica à cidade de Dili, incentivada a produção do café, que triplicou e a escolarização sofreu um incremento sem precedentes. Se antes da guerra, como já foi referido, apenas existiam 1798 alunos a frequentar as escolas, 24 do sexo masculino e 9 do sexo feminino, em 1974 existiam 60 000 alunos a frequentar 456 escolas. Este incremento da escolarização veio a produzir os seus efeitos, nomeadamente: o nascimento de uma elite, que para alguns autores era mais de pendor literário do que técnico, o número de funcionários públicos nativos na administração teve um crescimento sem precedentes apesar de não ocuparem lugares de chefia, os quais estavam reservados aos da metrópole. No entanto, todo este conjunto de factores levou a que se operasse uma mudança no tecido social, especialmente no meio urbano.

³² Citado por: MENDES, Nuno Canas; *A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pag. 151, Lisboa 2005

Em 1962, Cinatty dizia que sinais de modernização se iam fazendo sentir e que alguns sectores da população se encaminhavam para a assimilação de valores europeus em detrimento dos valores timorenses nos quais assentavam as instituições locais.

Apesar dos factores anteriormente mencionados (maior escolarização da população, mudanças no tecido social...), antes de 1974 não se conheciam em Timor movimentos autonomistas. Faz notar Luís Filipe Thomaz que “o levantamento de Viqueque” foi considerado como um acto de revolta isolado, com diversos factores na sua origem:

“(...) primeiro uma tradição histórica de quatro séculos em que a presença portuguesa funcionou quer como elemento aglutinador dos vários povos timorenses quer como protector e defensor da identidade étnica, cultural e política de Timor Oriental (...) em segundo lugar, explica-se pela separação entre o poder económico e o político, pois estando todo o comércio e a nascente indústria nas mãos da comunidade chinesa, o poder português não aparecia como de exploração económica, mas antes, como uma força arbitral, potencialmente morigeradora do poder económico. Em terceiro lugar, deve notar-se a fraca concorrência no mercado do emprego entre a nascente elite cultivada timorense e os metropolitanos, escassos, e em grande parte integrados pelo matrimónio em famílias timorenses – 81 por cento dos quadros do funcionalismo, por exemplo, eram integrados por timorenses”³³

6. Entre a Autodeterminação e a Ocupação Indonésia (1974/1999)

Escrever sobre o período que medeia entre 1974 e 1975 não se revela tarefa fácil mesmo passados 30 anos. Ainda hoje, muitos acontecimentos ocorridos durante esta fase da História de Timor se encontram um pouco “nebulosos”, variando as versões consoante os pontos de vista dos intervenientes e suas razões e nem, sequer, se pretende com este trabalho, descrever tudo o que se passou naquela época, pois correr-se-ia o risco de parcialidade e não é esse o objectivo. No entanto tentar-se-á abordar os aspectos considerados mais relevantes para a compreensão daquele período.

³³ THOMAZ, Luís Filipe F. R. ; De *Ceuta a Timor*; Difel, 2ª ed. pag. 603-604, Lisboa 1994.

Foi com alguma surpresa, que Timor recebeu a notícia do 25 de Abril de 1974 em Portugal, a qual conduziu ao derrube do regime político que vigorava desde 1926.

Se é verdade que, não existiam em Timor, movimentos autonomistas, também é verdade que já aí existia uma elite politizada, “elite” esta que começou a ser formada no colégio de Soibada³⁴. A abertura ao exterior, era maior, para o que contribuiu a construção do aeroporto de Baucau, com ligações à Austrália e também os acontecimentos de 1959, o já referido “Levantamento de Viqueque”, provocaram uma maior consciencialização política, quer a nível interno quer a nível externo (a Austrália instalou, neste período, uma delegação dos Serviços Secretos Australianos em Dili) Foi ainda na década de sessenta que foram atribuídas bolsas de estudo a alguns timorenses o que lhes permitiu uma formação superior na metrópole.³⁵ Mas esta elite, saída desta geração, não estava consolidada, nem era, em termos numéricos suficientemente expressiva para permitir a criação de um grupo armado de acção imediata. A situação em Timor não era comparável à das outras colónias africanas onde a guerra já se fazia sentir desde o início dos anos sessenta.

Mas, passada a surpresa inicial, as reacções não se fizeram esperar, não pelo aparecimento de luta armada mas, sim pelo surgimento das várias formações políticas. De todas elas, se bem que algumas de expressão incipiente, surgiram as três grandes formações políticas que viriam a ter um papel preponderante na construção daquele novo país e que, de imediato, reivindicaram estatuto partidário, que foram as seguintes:

³⁴ Soibada fica situada no meio das montanhas, a cerca de três horas de Manatuto, local de difícil ou inexistente acesso, especialmente na época das chuvas, é necessário atravessar uma ribeira onde nunca foi construída uma ponte, o colégio foi criado em 1898, pelos jesuítas Os jesuítas e as madres canossianas foram expulsos pela República em 1910, só regressando em 1923. Nas instalações do antigo colégio de Soibada foi criado em 1936 um seminário que em 1954 é transferido para Dare (perto de Dili) e, em 1958 é entregue aos jesuítas.

Em Soibada continuou a haver ensino primário. Muitos dos alunos que aí iniciavam a sua formação vinham a terminá-la ao seminário de Dare, maioritariamente não escolhiam o seminário por vocação, mas sim como uma forma de terem acesso ao ensino secundário sem encargos financeiros para as famílias, que na sua maioria eram pobres

³⁵ Muitos destes estudantes estavam em Portugal quando se deu a revolução de 25 de Abril de 1974 desempenhando posteriormente um papel importante no desenrolar dos acontecimentos em Timor em 1975.

<p>UDT (União Democrática Timorense)</p>	<p>Fundada a 11 de Maio de 1974, que preconizava uma federação com Portugal e a independência a longo prazo, de forma a permitir a formação de quadros capacitados para a assumpção de responsabilidades no futuro governo do país, sendo o seu presidente Francisco Lopes da Cruz. A este partido estavam associados nomes próximos do regime colonial, como o do próprio Francisco Lopes da Cruz e César Augusto da Costa Mouzinho ambos ex - representantes da Acção Nacional Popular na Assembleia Legislativa de Timor bem como os irmãos Manuel, João e Mário Carrascalão, este ultimo eleito em 1973 deputado à Assembleia Nacional pelo circulo eleitoral de Timor.</p>
<p>ASDT (Associação Social Democrata Timorense)</p>	<p>Fundada a 20 de Maio de 1974, que, a 11 de Setembro de 1974 passou a designar-se FRETILIN. Esta pretendia a independência imediata e total, rejeitava o colonialismo e defendia a participação dos timorenses na administração local. O seu presidente era Xavier do Amaral, e a este partido estavam associados nomes que, posteriormente, vieram a adquirir notabilidade na Resistência contra os invasores indonésios, como, os irmãos Rogério e Nicolau Lobato, Mari Alkatiri e Ramos Horta, entre outros.</p>
<p>APODETI (Associação Popular Democrática Timorense)</p>	<p>Fundada a 27 de Maio de 1974, que defendia a integração na Indonésia sob o estatuto de autonomia especial e integrava no seu seio muitos dos implicados na revolta de Viqueque, de 1959. O seu presidente, Arnaldo dos Reis Araújo, conhecido como um integracionista convicto após a invasão japonesa cumpriu uma pena de prisão pela sua participação junto das colunas negras (apoiantes dos japoneses que eram recrutados sobretudo na parte Ocidental de Timor).</p>

Segundo relatos de alguns jornalistas, que na altura visitaram Timor, a UDT era a formação política mais activa, seguindo-se a FRETILIN, no entanto, este cenário haveria de inverter-se cerca de um ano depois, em que 60% da população era apoiante da FRETILIN, seguindo-se a UDT com cerca de 30% de apoiantes. A APODETI registava uma adesão de fraca expressão, contando com os votos de, apenas, 5% dos timorenses. Assim, os dois partidos mais representativos, a UDT e a FRETILIN que, apesar de terem projectos políticos e linhas ideológicas diferentes, a UDT de cariz mais conservador e a FRETILIN mais progressista, ambos tinham objectivos comuns, por um lado, neutralizar a APODETI, por outro receber o poder, de Portugal. Mas, não seria legitimo receber esse poder sem

qualquer tipo de consulta à população, consulta essa que levaria algum tempo a preparar e, o tempo era escasso pois, por um lado Portugal pretendia deixar o território o mais cedo possível, e com os menores custos, por outro a Indonésia já admitira que a absorção de Timor era inevitável e pretendia, mesmo, que fosse o mais cedo possível a fim de evitar a consolidação das forças que poderiam conduzir à independência.

Entre Maio de 74 e Dezembro de 75, várias foram as lutas internas pela conquista do poder. Há a destacar o “golpe” de 11 de Agosto de 75, levado a cabo pela UDT, e a declaração unilateral de independência em 28 de Novembro de 75 pela FRETILIN. Este foi, pois, internamente, um período muito conturbado e em que se perderam muitas vidas, contudo, no plano externo, a “luta” envolvia outros actores, que nalguns casos eram externos ao processo mas revelando-se de grande importância, quem sabe até se a sua importância não era superior à dos actores internos. Estamos a falar da Indonésia, Austrália, Estados Unidos da América e Portugal, este como potência administrante.

Entre Portugal e a Indonésia vários foram os contactos efectuados para decidir do futuro daquela meia ilha. A Indonésia, ora declarava não ter qualquer objectivo de se apoderar daquele território, ora admitia

“que a absorção se daria mais cedo ou mais tarde, embora o factor tempo aconselhasse a uma intervenção rápida, que impedisse uma maior consolidação das forças que queriam a independência e que, deste modo, diminuísse o impacte negativo em termos de prestígio internacional”³⁶

Mas, como refere Ramos Horta,

“a palavra de um governante indonésio, pese embora a sua assinatura e o selo branco a autenticá-la, tinha pouco significado. Promessas são quebradas com a mesma facilidade com que são solenemente pronunciadas”³⁷

A Austrália, país vizinho, e com interesses conhecidos no petróleo do mar de Timor, debatia-se internamente com um dilema, por um lado era apologista da autodeterminação dos povos, por mais pequenos que fossem, por outro tinha a

³⁶ MENDES, Nuno Canas; *A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pag. 155, Lisboa 2005

³⁷ ÍDEM., pag.136.

necessidade de manter um bom relacionamento com o poderoso vizinho Indonésio.

Os Estados Unidos da América, para além de privilegiarem um bom relacionamento com a Indonésia, grande “cliente” de material bélico, tinham interesses estratégicos na região. Estava-se em plena Guerra-fria e, no estreito de Ombai-Wetar, a norte de Timor, passavam os submarinos nucleares americanos do Pacífico para o Índico, sem que a sua passagem fosse detectada. Para os Estados Unidos era, assim, fundamental a “estabilidade” da região, e, na sua perspectiva, essa estabilidade tinha que ser mantida pela Indonésia – não se podia correr o risco de ter um governo “comunista” na região.

Assim, do que ficou exposto, se depreende que todos os olhares se concentravam na Indonésia como garante da segurança na região e que a independência de Timor poderia constituir uma ameaça ao regime da Indonésia, então nas mãos de Suharto. Havia o receio que países comunistas, como a URSS ou a China, apoiassem os partidos locais, mais propriamente a FRETILIN, que era conotada como tendo os ideais comunistas, situação esta que nunca veio a comprovar-se. Apesar de estes países nunca terem demonstrado qualquer interesse por Timor, mesmo assim a Indonésia nunca deixou de desenvolver uma campanha, alertando para o perigo eminente de haver um país comunista na região.

Em simultâneo a APODETI encarregava-se de transmitir a Jakarta que a maioria do povo timorense era favorável à integração na Indonésia, o que, como já foi afirmado, não correspondia à realidade.

Em Portugal, a 27 de Julho de 1974 tinha sido publicada a lei 7/74, na qual se reconhecia o direito à autodeterminação dos povos sob estatuto colonial, incluindo a independência dos territórios. No entanto, a 3 de Agosto de 74 Almeida Santos, então ministro da Coordenação Interterritorial, em declarações ao jornal Expresso, diz discordar da consulta à população timorense, relativamente ao seu futuro político, por a considerar desnecessária, já que a independência total seria inviável e a Indonésia se mostrava desinteressada, restando portanto, a ligação a Portugal.

Passado algum tempo, o ministro dos negócios estrangeiros indonésio, Adam Malik afirma não admitir um território governado por comunistas a confinar com o

seu. Estas palavras de Adam Malik não estão em sintonia com aquelas que havia escrito a Ramos Horta, em Junho desse mesmo ano, em que dizia:

“O Governo da Indonésia (...) adere aos seguintes princípios:

I. A independência dos países é direito de todas as nações, sem excepção para o povo de Timor.

II. O governo, assim como o povo da Indonésia, não tem intenções de aumentar ou expandir o seu território, ou de ocupar outros territórios para além daqueles estipulados na Constituição.

III. (...) quem vier a governar em Timor no futuro após a independência, pode estar certo de que o governo da Indonésia sempre se esforçará por manter boas relações, amizade e cooperação em benefício de ambos os países”.³⁸

Contrariamente ao anteriormente transcrito, em finais de 74 o Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio, o mesmo Adam Malik, admitia agora só existirem duas soluções possíveis para Timor, ou este continuava sob administração portuguesa, havendo um prolongamento do colonialismo, ou então integrava-se na Indonésia.

Em Portugal, a situação política não era estável, e, a viragem à esquerda operada em Março de 75 veio a reflectir-se em Timor, rompendo-se a coligação entre a UDT e a FRETILIN. Esta coligação que se havia formado a 20 de Janeiro de 75 veio a sofrer uma ruptura a 27 de Maio desse mesmo ano o que conduziu à radicalização de posições em ambas as organizações.

A FRETILIN não comparece à conferência de Macau de Junho de 75 para abordar o tema da descolonização de Timor. Dessa conferência, não resultaram quaisquer efeitos práticos devido à ausência de uma das partes envolvidas, e interessada no processo, a qual foi determinante na falta de resultados.

A 17 de Julho de 1975 é publicada a lei 7/75 que estabelece as linhas da descolonização para Timor mas, segundo relatos da época, o processo de descolonização, nomeadamente na área do ensino e da administração local e regional, já havia começado em Janeiro, sob a coordenação do governador Lemos Pires, envolvendo os parceiros locais.

³⁸ HORTA, José Ramos; *Timor Leste Amanhã em Dili*, D. Quixote, 2ª Ed., Lisboa, 1998, pag.135.

O governador Lemos Pires, em funções no território, não consegue impedir a insubordinação das tropas, a desinformação e o sentimento de abandono por parte das populações o que contribuiu para uma noção de “vazio de poder”. Este foi aproveitado para o extremar de posições por parte dos principais partidos políticos locais conduzindo ao “golpe” de 11 de Agosto levado a cabo pela UDT que por sua vez, muito contribuiu para a guerra civil, e à declaração unilateral da independência por parte da Fretilin, a 28 de Novembro. Todos estes acontecimentos constituíram pretexto, e podem ser considerados as causas próximas para a invasão Indonésia a 7 de Dezembro.

Pela segunda vez, num espaço de apenas trinta anos, o povo timorense vê o seu espaço territorial ser invadido.

Após esta invasão, Portugal, como potência administrante, denunciou a situação perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que a 12 e 22 de Dezembro pelas Resoluções 3485 e 384 respectivamente, tomam as seguintes deliberações: condenam formalmente a invasão indonésia, aconselham-na a retirar as suas forças, e recomendam a Portugal que reassuma as suas responsabilidades e conduza o povo de Timor-leste à autodeterminação. No entanto destas deliberações não se veio a sentir qualquer efeito prático.

Em todo este processo a Indonésia tinha conhecimento prévio que podia contar com aliados de peso como: os Estados Unidos (na véspera da invasão Gerald Ford e Henry Kissinger visitaram a Indonésia!), a Austrália, alguns países europeus e até com o Vaticano. Todos estes países tinham interesses ali a defender daí a sua política de aliança, no que respeita ao Vaticano, este gozava na Indonésia de amplas liberdades religiosas e detinha várias escolas e universidades em pleno desenvolvimento, num país maioritariamente muçulmano.

Portugal, nesta fase, não constituía, para a Indonésia, um obstáculo de peso pois este tinha conhecimento que no plano interno, o país atravessava um período de grande instabilidade política e social, a que se associava a complexidade do regresso massivo dos portugueses, provenientes dos territórios africanos e que tinham alcançado agora a sua independência.

Toda esta problemática, quer nacional quer internacional, levava a que Portugal não conseguisse afirmar-se como uma potência credível perante parceiros internacionais, que pudessem pôr cobro às ambições expansionistas da

Indonésia. Além disso, Portugal subestimou o valor e alcance político da internacionalização formal do problema e permitiu que a conjuntura política naquela zona se sobrepusesse aos interesses dos timorenses.

Com a conivência internacional, o povo timorense viu assim o seu destino nas mãos dos Indonésios. A ocupação alterou profundamente o xadrez das forças políticas timorenses, o que teve como consequência a sua união (embora tardia) a fim de lutar contra um inimigo comum – A Indonésia.

Conscientes da sua inferioridade em relação ao invasor, a FRETILIN envia para o exterior alguns dos seus membros – Ramos Horta, Mari Alkatiri e Rogério Lobato – com o objectivo de denunciarem a situação vivida em Timor e alcançarem apoios da comunidade internacional para a resolução da situação e o comando armado (FALINTIL) retira-se para as montanhas.

Em Timor, os acontecimentos não vieram a desenrolar-se de acordo com as informações que os indonésios transmitiram aos americanos, dado que aquela apontava para a resolução do conflito num espaço curto de tempo, apenas dias ou semanas. Em virtude de, a presença dos indonésios ser uma constante, em Timor desde 1974, aqueles tinham consciência que as informações transmitidas, especialmente pela APODETI, não correspondiam aos sentimentos do povo timorense. Assim, o Governo Indonésio pretendeu, com a divulgação de que o conflito teria uma resolução rápida, acima de tudo diminuir o impacto internacional da invasão.

Desde a segunda metade da década de 70 até ao início dos anos 80 que, a questão de Timor, esteve afastada das agendas internacionais. Portugal não conseguia dar visibilidade ao problema pelos motivos anteriormente referidos e os elementos da Resistência no exterior também não possuíam uma política articulada o que lhes dificultava a missão de passar para o exterior a situação que o país vivia. No terreno, a situação não era pacífica e, segundo dados da Cruz Vermelha Internacional, entre finais de 1975 e 1981, o número de mortos atingira os duzentos mil.

Em 1982, a ONU aprova a resolução 37/30 que determina que o Secretário Geral inicie consultas com todas as partes directamente envolvidas e apela à intervenção de organizações e agências humanitárias internacionais. Em sede da Comissão dos Direitos Humanos, várias vezes a questão de Timor é abordada. A

partir de 1984 a questão de Timor ganha novo fôlego em termos de política portuguesa, quer no plano interno quer no plano externo, mas foi, a partir de 1986, com a entrada de Portugal na CEE e,

"sob pressão do movimento de solidariedade não governamental, que essa nova condição foi usada para a internacionalização sustentada do problema de Timor. Benedict Anderson afirma a este respeito que o tempo começou a mudar de lado (dos Indonésios para os timorenses) quando Portugal foi admitido na Comunidade Europeia".³⁹

Foi o início de um longo e árduo processo onde cabe destacar o papel dos vários agentes: a diplomacia portuguesa, os elementos da Resistência, que se encontravam no exterior, a resistência que se fazia sentir no seio do próprio povo, os guerrilheiros que se encontravam nas montanhas e ainda todo o movimento de solidariedade não governamental.

Do que ficou dito, se infere que a questão de Timor há muito havia ultrapassado as fronteiras do território, e, mais do que um problema dos timorenses, ou de Portugal, era um problema internacional, pois os interesses em jogo há muito que tinham ultrapassado os interesses quer dos timorenses enquanto povo, quer de Portugal, enquanto potência administrante.

Timor encontrou-se isolado do mundo, durante vários anos e foi ao longo da vigência do governador Mário Carrascalão (1982- 1992) que, em 1989, se deu uma abertura das fronteiras o que permitiu, por um lado a entrada de estrangeiros no território, e por outro a circulação entre os onze distritos, dos treze existentes. Esta "abertura" levou a que jornalistas estrangeiros se encontrassem em Timor aquando dos massacres de Santa Cruz em Novembro de 1991, recolhendo imagens do que ali se passava, as quais correram mundo e tornaram possível que a comunidade internacional tomasse conhecimento do que se passava naquele longínquo território.

Em 1996 é atribuído o Prémio Nobel da Paz a dois timorenses, o Bispo D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta, constituindo a atribuição desse Prémio o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido durante quase duas décadas em prol

³⁹ PUREZA, José Manuel; Quem Salvou Timor Leste? Novas Referências Para o Internacionalismo Solidário, Centro de Estudos Sociais, Lisboa 2001, pag.23, in www.ces.fe.uc.pt/publicações/oficina/164/164.pdf, consultada em 16/7/04.

da busca da paz para o povo timorense, trabalho este que como já foi referido, se desenrolou em situações adversas, debatendo-se mesmo, por vezes, com lobies muito poderosos.

Se até 1997, “a ONU mantinha uma posição de equidistância que o «politicamente correcto» aconselhava”⁴⁰, como escreve Ângela Carrascalão, após a entrada em funções do novo Secretário Geral Kofi Annan uma nova dinâmica foi imprimida às negociações entre Portugal e a Indonésia. Logo no início do seu mandato, Kofi Annan nomeia um representante pessoal encarregado de tratar exclusivamente a questão de Timor, sendo esse representante o paquistanês Jamsheed Marker.

Ao fim de dezasseis anos de conversações entre Portugal e a Indonésia, foi possível assinar um acordo entre Portugal e a Indonésia a 5 de Maio de 1999, com a mediação das Nações Unidas. Este permitiria a realização de uma consulta popular aos timorenses que assim poderiam expressar a sua opinião: manter-se ligados à Indonésia, com um estatuto de autonomia regional, ou não, o não significava a sua independência enquanto país, como afirmou o presidente da Indonésia Habibie.

Os acordos de Nova Iorque, assinados a 5 de Maio, não terão sido os acordos perfeitos, estão mesmo longe de serem alvo de uma avaliação consensual, mas, como referem vários analistas, provavelmente foram os acordos possíveis. Até Ian Martin, Representante Especial do Secretário-Geral para a Consulta Popular em Timor Leste e Chefe da Missão das Nações Unidas em Timor Leste referiu:

“Não há dúvida de que o povo de Timor Leste teria sido poupado a mais um dos ciclos de violência que marcaram a sua história, se a consulta popular tivesse tido lugar com uma presença militar internacional mandatada para garantir a sua segurança, e os acordos têm sido criticados por entregarem a responsabilidade pela segurança à polícia indonésia. Mas também não há dúvidas de que qualquer tentativa para insistir numa presença internacional de segurança significaria a não realização do acordo. Uma posição mais forte, por parte de governos chave, na questão de Timor Leste, talvez pudesse, com o tempo, mudar essa realidade, mas os negociadores trabalharam com a realidade existente no princípio de 1999. O que é notável não é que os acordos não incluíssem melhores garantias de segurança, mas que pudessem ter sido concluídos: a outra realidade era que a vontade do presidente Habibie para aceitar a opção pela

⁴⁰ CARRASCALÃO, Maria Ângela; *TIMOR Os Anos da Resistência*; Ed. Mensagem, Lisboa 2002, pag.85.

*independência tinha escasso apoio, dentro e fora do seu próprio governo, e ainda menos nas TNI (forças armadas indonésias)”.*⁴¹

Se é inquestionável que as Nações Unidas, especialmente o seu Secretário Geral Kofi Annan, desempenharam um papel fundamental no desenrolar, e desfecho da situação, também é verdade que a conjuntura mundial havia mudado muito nos últimos anos. A globalização tornou-se uma realidade, já ninguém podia afirmar não saber o que se passava em Timor, “o efeito CNN” do massacre de Santa Cruz atingira a opinião pública mundial, a partir deste acontecimento, a União Europeia⁴², os Estados Unidos⁴³ e o Japão, entre outros, passaram a demonstrar uma sensibilidade diferente em relação à questão de Timor. Até a Austrália, aliado constante da Indonésia, que havia reconhecido Timor como a 27ª província da Indonésia, em Janeiro de 99, através do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer, reconhece o direito à autodeterminação do povo timorense e defende a participação de timorenses nas negociações entre Portugal e a Indonésia.

Para além da alteração da conjuntura internacional referida, é importante salientar a crise económica, financeira e política que a Indonésia atravessava naquele momento, e que acabou por culminar com o derrube de Suharto a 2 de Maio de 1998, sendo talvez esta a causa principal do evoluir da situação.

Em Janeiro de 1999, o novo presidente Habibie admite, pela primeira vez, a possibilidade de Jakarta se separar de Timor, portanto, se a mediação das Nações Unidas e a pressão internacional foram importantes, não se revestiu de menor importância a maior abertura demonstrada pelo governo Indonésio. Estes sinais de abertura foram exaustivamente aproveitados pelos diversos agentes ligados ao processo: Portugal, Resistência, todas as Organizações Não Governamentais envolvidas na causa do povo timorense e pela Igreja Católica,

⁴¹ Citado por: PUREZA, José Manuel; *Quem Salvou Timor Leste? Novas Referências Para o Internacionalismo Solidário*, Centro de Estudos Sociais, Lisboa 2001, pag.27, in www.ces.fe.uc.pt/publicações/oficina/164/164.pdf, consultada em 16/7/04.

⁴² “Em 1996 a União Europeia assumiu uma posição comum em que reconhecia que qualquer solução deveria respeitar os interesses e as aspirações legítimas do povo timorense, esta visão única do problema timorense, constitui a base de actuação política e negocial da União, enquanto tal, em foras internacionais como as Nações Unidas”. Citado por: PUREZA, José Manuel; *Quem Salvou Timor Leste? Novas Referências Para o Internacionalismo Solidário*, Centro de Estudos Sociais, Lisboa 2001, pag.24, in www.ces.fe.uc.pt/publicações/oficina/164/164.pdf, consultada em 16/7/04.

⁴³ Madelein Albright Secretária de Estado norte – americana havia tido um encontro com Xanana Gusmão, no ministério dos negócios estrangeiro em Jakarta, a seu pedido, dando assim sinais de reconhecimento do estatuto de Xanana como líder da Resistência.

etc., para pressionarem o governo indonésio a colaborar na resolução da questão de Timor Leste

Assim, com base nos acordos de 5 de Maio, foi constituída a UNAMET (United Nations Assistance to East Timor) a 22 de Maio, cujo objectivo essencial era explicar aos timorenses a natureza da sua possível escolha, assim como proceder ao recenseamento da população para se poder avançar para o referendo.

A UNAMET tinha a sua actividade condicionada por dois factores: o tempo, a missão foi preparada num tempo recorde, o coordenador da missão, Ian Martin, chegou a Dili a 1 de Junho, sendo o segundo, e talvez o mais importante, o facto de as autoridades indonésias permanecerem no território e se registar um intenso agravamento das condições de segurança, caracterizado pela intimidação das populações por parte das milícias com a conivência dos militares. Por vezes reinava mesmo uma certa confusão acerca de se saber quem era milícia ou era militar, todos eles tinham como objectivo a desestabilização dos apoiantes da independência...

Por parte da UNAMET, com a mediação dos Bispos, D. Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento várias foram as tentativas levadas a cabo com o objectivo de alcançarem a estabilidade no território, no entanto, como se verificou os seus efeitos foram nulos. A UNAMET funcionou também como mediador entre as



Figura 3 Casa de Dili, destruída.

FALINTIL (braço armado da resistência timorense) e as TNI (forças militares indonésias). Apesar de toda a violência, que atingiu níveis inimagináveis, foi possível realizar o recenseamento e o posterior referendo. Assim, a 30 de Agosto, sob a supervisão das Nações Unidas, com a colaboração de observadores internacionais, realizou-se o referendo cujos resultados foram anunciados em Nova York por Kofi Annan e em Dili (a 4 de Setembro) por Ian Martin sendo os seguintes os resultados: 78,5% (344 580) contra a proposta de autonomia da Indonésia e 21,5% (94 388) a favor, pelo que a vontade popular expressa no referendo era a independência de Timor. Se durante o dia das eleições a calma



Figura 4. Destruição na cidade de Dili.

tinha reinado, o mesmo não se poderá dizer do período que se seguiu ao anúncio dos resultados, a destruição foi total, podendo esta ser interpretada, como mais do que uma manifestação de vingança, como refere Nuno Canas Mendes,

“(…) foi utilizada também como forma de demonstrar que as forças armadas detinham grande poder e para dissuadir eventuais avanços de outros secessionismos no arquipélago indonésio⁴⁴. Estes aspectos eram ainda mais importantes do que a própria independência de Timor Leste: a campanha tinha portanto este carácter de aviso, de alerta a outros movimentos que poderiam esperar o mesmo ou pior caso tentassem a desintegração da unidade indonésia, e ao mesmo tempo demonstrar a Habibie que, não obstante as medidas reformistas em curso não devia subestimar a importância dos militares⁴⁵

Habibie, foi sujeito a grandes pressões internacionais, no sentido de permitir que uma força de manutenção de paz internacional repusesse a ordem, porque, como se verificava, a Indonésia não tinha conseguido cumprir com o estipulado no acordo de 5 de Maio, ou seja, ser o garante da paz e estabilidade durante o processo em curso.

Segundo afirma José Manuel Pureza,

“em Agosto - Setembro de 1999 foi feita pressão sobre as principais potências e sobre as organizações financeiras internacionais (como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial) para que obtivessem – usando os seus meios costumeiros, designadamente a condicionalidade aos empréstimos – o fim da destruição e da matança generalizada pelos militares e milicianos pró- indonésios após o anúncio publico dos resultados do referendo e continua parafraseando John Taylor que diz que foi o conjunto de jogadas para suspender as vendas de armas, associado à ameaça de sanções económicas específicas, dirigidas à reestruturação bancária e às dívidas dos grandes grupos que em última análise parece ter persuadido Habibie, o seu gabinete e a

⁴⁴ Sublinhado nosso.

⁴⁵ MENDES, Nuno Canas; *A “Multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor – Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pag. 178, Lisboa 2005.

*maioria das suas principais personalidades militares a aceitarem a entrada da força de manutenção da paz*⁴⁶

Assim, todo o processo desencadeado, envolvendo as várias forças e agentes envolvidos fez com que fosse possível que a INTERFET (força de manutenção de paz internacional) liderada pela Austrália, desembarcasse em Timor a 20 de Setembro.

Em Outubro de 1999, as Nações Unidas foram chamadas a exercer a administração civil do território e a Indonésia anula o decreto de anexação de Timor.

A 25 de Outubro, pela Resolução 1272, o Conselho de Segurança das Nações Unidas cria a UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor). À UNTAET são atribuídos plenos poderes: legislativo, executivo e judicial, assim, as suas funções são equiparáveis às de um qualquer governo em pleno exercício das suas funções. A sua acção assenta em três pilares fundamentais: o governo e a administração pública, a ajuda humanitária e a reconstrução de urgência e militar. Os poderes atribuídos à UNTAET não têm precedentes, pois, juridicamente, as Nações Unidas detêm apenas poderes, não soberanos, de administração. Esta situação levou a que James Traub *qualificasse a operação atribuída à UNTAET como um exercício de colonialismo benevolente*⁴⁷

Mas, para José Manuel Pureza,

“Timor pode ser assim perspectivado como um ensaio, em pequena escala, do exercício destas novas funções da ONU que combinam singularmente motivações pós-vestefalianas (a defesa universal dos direitos humanos) com horizontes tipicamente vestefalianos (a construção de Estados-nação a partir de situações de caos administrativo e civil)”.⁴⁸

Independentemente de todas as críticas feitas ao trabalho desenvolvido pela UNTAET, (e, foram muitas, algumas delas tecidas por elementos responsáveis da UNTAET, como por exemplo a entrevista que, Pedro Bacelar de Vasconcelos deu

⁴⁶ PUREZA, José Manuel; *Quem Salvou Timor Leste? Novas Referências Para o Internacionalismo Solidário*, Centro de Estudos Sociais, Lisboa 2001, pag.28, in www.ces.fe.uc.pt/publicações/oficina/164/164.pdf, consultada em 16/7/04.

⁴⁷ TRAUB, James; *Inventing East Timor*, *Foreign Affairs*; 79 (4), 74-89, 2000.

⁴⁸ PUREZA, José Manuel; *Quem Salvou Timor Leste? Novas Referências Para o Internacionalismo Solidário*, Centro de Estudos Sociais, Lisboa 2001, pag.12, in www.ces.fe.uc.pt/publicações/oficina/164/164.pdf, consultada em 16/7/04.

ao jornal Publico, e que integrava o Departamento de Assuntos Políticos e Eleitorais da UNTAET em que dizia:

*“a visão vagamente neocolonial que resulta do conúbio entre o politicamente correcto académico americano e a atitude de Indiana Jones em cenários exóticos redundam numa grande incapacidade para compreender os timorenses, uma grande inaptidão para lidar com eles e compreender o que é decisivo nesta última etapa de transição para a independência”*⁴⁹.

Do seu trabalho ressalta acima de tudo a obtenção de uma melhoria na segurança, na manutenção da ordem e do direito, e no estabelecimento de uma administração que permitiu suavizar os efeitos da transição e a formação de uma Assembleia Constituinte bem como a elaboração de uma Constituição que levou à eleição do Presidente da República.

Apesar das críticas, algumas acabadas de referir, a UNTAET conduziu Timor à independência, a 20 de Maio de 2002. A partir do caos, a ONU construiu um Estado! Outra questão levantada por muitos Estados contribuintes para o orçamento da ONU, teve a ver com a indisponibilidade para se responsabilizarem por “negócios de construção de países”. Na perspectiva desses Estados, a responsabilidade pela criação deste novo país deveria ser apenas dos principais interessados, e mais directamente de Portugal.

7. Timor e a Ajuda Internacional

Como foi referido anteriormente, a economia de Timor sempre se pautou, desde longa data, por ser uma economia de subsistência, especialmente em termos de agricultura e pescas, quer durante o domínio do Governo português, quer no período de governação indonésia, assim com toda a destruição provocada em 1999, até esses magros recursos desaparecerem, pelo que lhes restava a ajuda internacional, e o tão sonhado e precioso petróleo. Mas as receitas provenientes

⁴⁹ Jornal Publico de 26/12/2000

da exploração do petróleo ainda vão demorar a chegar, e, até lá o país tem que sobreviver à custa das ajudas internacionais.

Desde Dezembro de 1999 até à actualidade já foram realizadas as seguintes conferências de doadores:

1. **Tóquio**, Dezembro de 1999, onde foram disponibilizados 523 milhões de USD, afectos ao programa de ajuda humanitária e ao processo de reconstrução levado a cabo pela UNTAET;
2. **Lisboa**, Junho de 2000, na qual os doadores reconhecem a necessidade de acelerar o processo de execução dos projectos e os respectivos pagamentos;
3. **Bruxelas**, Dezembro de 2000, que serviu para ajudar a delinear as orientações políticas que deverão presidir à construção do novo Estado;
4. **Camberra**, Junho de 2001;
5. **Oslo**, Dezembro de 2001;
6. **Dili**, Maio de 2002, nesta os doadores comprometeram-se a doar 440 milhões de dólares nos três anos subsequentes;
7. **Dili**, Junho de 2003;
8. **Dili**, Dezembro de 2003;
9. **Dili**, Maio de 2004;
10. **Dili**, Abril de 2005.

A UE, através da ECHO (European Commission Humanitary Office), desde 99 que providenciou ajuda humanitária, e assumiu-se como o principal actor na área da saúde, entre outras. A Comissão Europeia também contribuiu com apoio financeiro para a administração transitória do território, quer para suportar as despesas correntes, contribuiu para o TFET (Trust Fund for East Timor) gerido pelo Banco Mundial e pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, quer para a ajuda alimentar, como ainda no apoio ao processo eleitoral.

O TFET (Trust Fund for East Timor), como foi já referido, é gerido pelo Banco Mundial e pelo Banco Asiático para o Desenvolvimento, sendo um fundo de “multi-doadores”, foi estabelecido pelo Conselho de Governadores do Banco Mundial e surge logo após a primeira reunião de doadores em 1999. Estas duas entidades dividiram entre si as áreas de responsabilidade consideradas prioritárias sobre as actividades a desenvolver. Assim, ao Banco Mundial coube: a saúde, a educação, a agricultura, o desenvolvimento da capacitação económica

institucional e o desenvolvimento do sector privado e o Banco Asiático de Desenvolvimento ficou com a responsabilidade da reabilitação de estradas e portos, o saneamento básico, a energia e telecomunicações.

É de salientar que Portugal tem sido um dos principais doadores, tanto em termos de cooperação bilateral como multilateral, sendo no entanto, esta problemática abordada num capítulo dedicado à cooperação Portugal/Timor leste.

Conclusão

Timor, que ocupa uma posição geográfica periférica, não deixou, no entanto de ocupar desde sempre, uma posição geoestratégica importante, cedo se tendo verificado toda a sua problemática que em muito ultrapassou as fronteiras daquela meia ilha, tornando-se mesmo numa questão chave quer para os poderosos países vizinhos como até para um país como os Estados Unidos da América. Assim, se pode afirmar que a sua independência se ficou a dever à luta do seu povo, à diplomacia portuguesa e à pressão da opinião publica internacional, não se pode esquecer, ou omitir, que, também, se ficou a dever em grande parte à enorme crise económica e social que a Indonésia atravessou a partir de 1997.



Figura 5 Crianças de Laclô

Em 2005, um novo caminho se abre ao mais jovem país do mundo, sendo este um longo caminho, com uma parte já percorrida mas que ainda se encontra muito distante da meta! Apesar de todos os acordos já assinados entre Timor e a Austrália com vista a exploração do petróleo do mar de Timor, aquele continua a necessitar, mesmo a depender, da ajuda internacional, tanto em termos económicos como em termos técnicos e humanos, pois nem a colonização portuguesa nem o posterior domínio indonésio fizeram suficientes investimentos na formação de quadros técnicos locais, que possibilitassem a sua independência.

Pese embora, o enorme incremento, em termos de escolarização, que se verificou a partir da década de sessenta, esta foi insuficiente para ultrapassar a grande taxa de analfabetismo existente e colmatar o elevado défice de pessoal preparado para a Governação do país. A “colonização” indonésia investiu muito em escolas mas, com o objectivo prioritário de implementar a língua indonésia, o bahasa, em detrimento da preparação técnica dos timorenses. Naturalmente, à Indonésia não interessava investir em Timor de forma a permitir ao seu povo a aquisição de meios, ferramentas, que lhe possibilitasse a sua independência, interessava-lhe sim que, aquele continuasse um país dependente!

Assim, embora seja Timor um país rico, devido aos recursos naturais que possui, e seja um país independente (independência essa conquistada à custa de grandes lutas!) continua a ser um país que vive (ou sobrevive?) à custa da ajuda internacional.

CAPÍTULO II
A Cooperação...

1. O que é a Cooperação

Apesar de ser frequente ouvir-se falar de cooperação, este não é um conceito fácil de definir. A palavra cooperação deriva do Latim “ cooperatio”, (Acto ou efeito de cooperar) Acção de colaborar numa tarefa, para atingir um fim comum; conjugação de esforços = Colaboração.⁵⁰ Esta acção pressupõe a existência de dois ou mais intervenientes. Os elementos básicos do conceito são, pois, a colaboração, a actividade comum, de pelo menos duas entidades em trabalho acordado, e não forçado, com o objectivo de alcançarem um fim comum.

Desde sempre que as realidades da vida levaram as comunidades a interagirem de forma a, em conjunto, solucionarem as insuficiências sentidas. Com os Estados o procedimento tem sido o mesmo, aqueles, procuram noutros Estados e nas organizações internacionais, os apoios para a prossecução dos seus objectivos fundamentais, ou seja, o bem-estar e a segurança dos povos a quem se destinam.

Se a cooperação é uma realidade que remonta à Antiguidade, foi, no entanto, após a 1ª Guerra Mundial que a palavra entrou definitivamente no vocabulário diplomático.

Finda a guerra, os países europeus empobrecidos pelo conflito sentiram a necessidade de aprofundar as suas relações económicas internacionais, levando-os a acções concretas para superarem a crise sentida por todos. A este novo relacionamento chamou-se Cooperação.

Actualmente, a palavra “cooperação” tem sido substituída pela expressão “ajuda pública ao desenvolvimento”, que, não sendo conceitos sinónimos, têm sido frequentemente utilizados como tal.

Este novo conceito, tem sofrido ajustes e sido alvo de várias definições, no entanto, actualmente, a definição comumente aceite é aquela que o Comité de

⁵⁰ *Dicionário da Língua Portuguesa*, Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Verbo, Vol. I, 2001.

Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE lhe deu em 1972, que define a Ajuda Pública ao Desenvolvimento como

*“um conjunto de recursos humanos, financeiros e materiais que, sob a forma de donativos ou empréstimos, são transferidos para os Países em Vias de Desenvolvimento, directamente pelos organismos estatais do país doador ou, de forma indirecta, através dos vários organismos multilaterais financiados pelos países doadores.”*⁵¹

2. A perspectiva das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas nasceu oficialmente a 24 de Outubro de 1945, data em que a sua Carta foi ratificada pela maioria dos 51 Estados Membros fundadores. Actualmente a organização das Nações Unidas é composta por 191 Estados Membros.

Nos conturbados tempos que vivemos, os seus objectivos parecem muito ambiciosos:

- *Manter a paz em todo o mundo.*
- *Fomentar relações amigáveis entre nações.*
- *Trabalhar em conjunto para ajudar as pessoas a viverem melhor.*
- *Eliminar a pobreza, a doença e o analfabetismo no mundo.*
- *Acabar com a destruição do ambiente e incentivar o respeito pelos direitos e liberdades dos outros.*
- *Ser um centro capaz de ajudar as nações a alcançarem estes objectivos.*

Em 2000 foi elaborado, pelo Centro das Nações Unidas em Portugal, um documento onde é feita a história e análise dos cinquenta anos de Cooperação para o Desenvolvimento do sistema das Nações Unidas, nele se pode ler:

⁵¹ MONTEIRO, Ramiro Ladeiro; *A África Na Política de Cooperação Europeia*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, pag. 63, 2001.

“As actividades das Nações Unidas no âmbito da cooperação para o desenvolvimento tiveram início em 1950, com as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho Económico e Social (ECOSOC) que criaram um Programa Alargado de Assistência Técnica. A origem do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e de vários outros fundos e programas da família da ONU remontam ao Programa Alargado de Assistência Técnica”.⁵²

A criação do Programa Alargado de Assistência Técnica é referido como sendo um dos primeiros passos dados para alcançar um objectivo consagrado na Carta das Nações Unidas

“(...)promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla”.⁵³

Inicialmente o Programa de Assistência Técnica centrou-se nos serviços consultivos e formação com eles relacionados, tendo-se essa orientação acentuado em 1959 com a criação do Fundo Especial da ONU, que apoiava projectos de pré- investimentos em larga escala.

Ainda no mesmo relatório, é feita a análise do trabalho realizado em prol do desenvolvimento, durante décadas. Assim, na década de cinquenta, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) torna-se um fundo permanente e o âmbito das suas preocupações foi alargado de modo a incluir os serviços de protecção materna e infantil, a formação, as doenças infantis e a nutrição, nos países em desenvolvimento. É também nesta década, em 1959, que a Assembleia Geral aprova a Declaração dos Direitos da Criança.

Na década de sessenta, a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) lançou a campanha contra a fome. É lançado o Programa Alimentar Mundial, sob os auspícios da ONU em conjunto com a FAO.

Em 1965 a UNICEF recebe o prémio Nobel da paz.

É também em 1965 que nasce o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este Programa nasce da fusão do Programa de Assistência Técnica e do Fundo Especial adoptada pelo ECOSOC.

⁵² Centro das Nações Unidas em Portugal, in www.onuportugal.pt, consultada em 11/7/05.

⁵³ Ídem

Em 1969 a Organização Internacional do Trabalho recebe o prémio Nobel da paz. Assim, na mesma década, de sessenta, duas Organizações das Nações Unidas recebem o prémio Nobel da paz.

Nesta mesma década, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) lança um programa mundial de alfabetização, fornecendo uma vasta ajuda no campo da educação e na formação de professores.

Na década de setenta o Conselho de Administração do PNUD elabora um programa, que é subscrito pela Assembleia Geral, na resolução 2688 (XXV) que se torna a pedra angular da futura ajuda do PNUD. Deste programa constam ciclos de programação a desenvolver em cinco anos, compatíveis com os planos nacionais de desenvolvimento. São levados a cabo programas regionais, inter regionais e mundiais, que incluíam uma reestruturação administrativa que pressupunha uma descentralização.

O PNUD estabelece o princípio de distribuição dos recursos a atribuir de acordo com os Valores Indicativos de Planeamento, baseados na população e no Produto Interno Bruto per capita, tendo em vista uma distribuição mais justa para, mais facilmente, se nivelar, a nível de países envolvidos, o Desenvolvimento.

Na década de oitenta, é de salientar uma iniciativa com a duração de treze anos, sob a direcção da Organização Mundial de Saúde (OMS) que conduz à erradicação da varíola.

Em 1981 o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados recebe o Prémio Nobel da Paz pela assistência prestada aos refugiados asiáticos.

O PNUD começa a apoiar os doadores para ajudar os países menos desenvolvidos, de forma a mobilizar os fundos e a coordenar a ajuda.

Em 1984 é criado, pelo Secretário Geral da ONU (Javier Perez de Cuéllar) um Gabinete para Operações de Emergência em África, para ajudar a combater a fome em 20 países, em cujo projecto o PNUD e o PAM desempenham um papel fundamental.

Na década de noventa é lançado, pelo PNUD, o Relatório de Desenvolvimento Humano com o objectivo de chamar a atenção para os indicadores de bem-estar nacional e para os custos sociais das políticas de ajustamento económico.

A década de noventa é uma década de reformas na ONU, sendo de salientar a criação, pelo Secretário Geral, Kofi-Annan, do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o objectivo de coordenar as várias organizações empenhadas em programas de desenvolvimento.

Em 1997 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova uma resolução sobre o Programa de Desenvolvimento, o qual juntamente com os planos de acção das conferências mundiais fornecem um amplo quadro para a cooperação internacional para o desenvolvimento.

Actualmente são cerca de trinta e cinco as organizações envolvidas na cooperação para o desenvolvimento no âmbito da ONU, centrando-se o trabalho efectuado por estas organizações nos diversos aspectos da vida das pessoas: sobrevivência e desenvolvimento das crianças; direitos humanos; redução da pobreza e desenvolvimento económico, saúde; educação; ajuda em situações de emergência e catástrofe, entre outros.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos, a ONU reconhece que a pobreza e miséria persiste em muitos países mas, também considera que a cooperação para o desenvolvimento desempenha um papel fundamental ao apoiar os esforços nacionais que visam a redução dessa mesma pobreza e a promover um desenvolvimento sustentável.

Na sessão do Conselho Económico e Social, no ano 2000, foi afirmado:

*“As políticas da ONU no domínio da cooperação para o desenvolvimento evoluíram rapidamente em função das novas necessidades, mas os princípios subjacentes mantiveram-se: neutralidade, respeito pela soberania, compromisso a longo prazo e capacidade de responder às prioridades nacionais. Em 2000, a ONU tem mais consciência do que nunca de que o êxito das suas iniciativas no âmbito da cooperação para o desenvolvimento deriva, acima de tudo, da confiança que os países parceiros depositam nela e da sua aptidão para reforçar as capacidades nacionais”.*⁵⁴

⁵⁴ Citado pelo Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, in: www.onuportugal.pt, pag.2. Consultada em 11/7/05.

3. A perspectiva das ONGS

As Organizações não Governamentais (ONG), são instituições da sociedade civil constituídas por pessoas singulares ou colectivas de Direito privado, com fins não lucrativos.

3.1. As ONGs portuguesas inscritas na *Plataforma*⁵⁵

Estas Organizações apareceram em Portugal na década de oitenta, a única excepção é o Centro de Informação e documentação Amílcar Cabral (CIDAC) que iniciou a sua actividade logo após o 25 de Abril de 1974.

A cooperação para o desenvolvimento levada a cabo por estas Organizações iniciou a sua actuação de forma estruturada com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

A 23 de Março de 1985 teve lugar o primeiro seminário da **Plataforma das Organizações Não Governamentais**. Neste primeiro seminário faziam-se representar 13 ONGs.

Esta data marcou, pois, a institucionalização, no nosso país, das Organizações Não Governamentais.

Em Outubro desse mesmo ano foram eleitos os primeiros representantes das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesas para os órgãos europeus onde iriam ter assento como membros efectivos a partir de 1 de Janeiro de 1986, data da adesão de Portugal à CEE.

Em 2005 estavam inscritas na Plataforma 49 ONGD.

Apesar de fragilidades demonstradas por algumas ONGs, outras há que têm demonstrado grande vitalidade e que são consideradas como os agentes cooperantes mais dinâmicos e actuantes. Veiga Simão refere mesmo que:

⁵⁵ O anexo B, lista todas as ONGs inscritas na Plataforma no ano de 2005.

“Na parceria com a cooperação institucional, as ONGD introduzem características insubstituíveis, nomeadamente reforçam a vertente participação da cooperação, através da sua actuação no terreno e da mobilização das populações, facilitam a identificação de “grupos alvo” e ajudam a estruturar a sociedade civil dos países receptores e as suas capacidades de auto-organização.”⁵⁶

Para a Plataforma das Organizações Não Governamentais a “cooperação para o desenvolvimento” destina-se

(...) a apoiar regiões, países e comunidades que têm mais dificuldades, num contexto de desequilíbrio da repartição dos recursos e oportunidades a nível mundial. A cooperação deve ser o fruto de uma solidariedade recíproca entre povos e o desejo de fomentar o reconhecimento e o respeito pela dignidade humana.”⁵⁷

Para as ONGD, a cooperação é o espaço aberto à partilha de bens e valores, de criatividade cultural e perícia humana, dos recursos materiais e espirituais, próprios de cada povo.

Cooperar para o desenvolvimento é envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, é capacitar as pessoas e comunidades para intervirem no seu próprio desenvolvimento auto-sustentado, num mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

“Os programas e projectos de cooperação para o desenvolvimento inscrevem-se numa perspectiva de longo prazo, de modo a garantir a sua viabilidade e pertinência para as populações envolvidas. Por isso, muitas vezes, a sua visibilidade e impacto só se podem verificar no decorrer do tempo exigindo um esforço permanente de acompanhamento e avaliação da intervenção programada”.⁵⁸

3.2. A visão de uma ONG internacional

A escolha de uma ONG internacional, não foi tarefa fácil dado que existem em grande número. Assim, a opção recaiu numa das mais antigas do Reino Unido, a

⁵⁶ Simão, José Veiga, OLIVEIRA, Jaime da Costa; *Potencialidades de Cooperação para a Competitividade*, Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, pag.26, 2002.

⁵⁷ Plataforma Portuguesa das ONGD in: <http://www.plataformaongd.pt/plataforma/plataforma.htm>, consultada em 10/6/05.

⁵⁸ Ídem

OXFAM. Inicialmente, esta organização centrava o seu trabalho humanitário exclusivamente na Europa, esta ONG surgiu ainda no decorrer da 2ª Guerra Mundial. Posteriormente a sua actividade desenvolveu-se em prol do desenvolvimento e, actualmente, estende-se pelos cinco continentes.

Pode dizer-se que, para a OXFAM, o conceito de cooperação para o desenvolvimento se baseia nos seguintes princípios:

1. *A vida de todos os seres humanos tem igual valor;*
2. *Num mundo rico em recursos, a pobreza é uma injustiça a que tem que se pôr cobro;*
3. *As pessoas mais pobres e vulneráveis são discriminadas pelos poderes instituídos;*
4. *Trabalhando em conjunto com esses povos, pode-se construir um mundo mais seguro e mais justo em que cada pessoa adquira o controle da sua vida e usufrua dos seus direitos básicos como ser humano;*
5. *Reduzir a pobreza e o sofrimento, implicando mudar práticas e políticas injustas, quer nacionais quer internacionais.*

Para a OXFAM uma das palavras-chave do conceito de cooperação para o desenvolvimento é a palavra **Colaboração**, esta em termos alargados, quer com os povos alvo da cooperação, quer com o recurso a outras organizações, desses mesmos países, ou internacionais, a operarem no terreno.

A OXFAM, ao elaborar e implementar os seus projectos, tem como principal objectivo reduzir a pobreza e a injustiça (melhorando dessa forma, de modo mais equitativo, a qualidade de vida desses povos).

4. A perspectiva das Autoridades Timorenses

Em pleno século XXI, vários são os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) e alvo de cooperação. Timor é um exemplo. Desde 1999, após a saída da Indonésia, que a comunidade internacional desenvolveu largos esforços de cooperação para com Timor.

Neste momento parece-nos pertinente formular a questão:

Será que o conceito de desenvolvimento tem o mesmo significado para a comunidade internacional, que ali ocorreu em massa, e para Timor?

Para tentarmos perceber o que é o desenvolvimento para Timor, lemos o Plano de Desenvolvimento Nacional, elaborado em Maio de 2002 e, após a independência (20 de Maio de 2002), apresentado ao Parlamento Nacional, para aprovação.

Para a próxima geração, em 2020, o governo timorense preconiza:

- Timor-leste será um país democrático, com uma cultura tradicional vibrante e um ambiente sustentável;
- Será uma sociedade próspera com comida e roupa adequada, para todos;
- As comunidades viverão em segurança, sem discriminação;
- As pessoas serão letradas, com capacidades e perícias. Serão saudáveis e terão uma esperança de vida longa. Serão participantes activas no desenvolvimento social, político e económico promovendo a igualdade social e a unidade nacional;
- As populações não estarão mais isoladas porque haverá boas estradas, transportes, electricidade, comunicações entre as cidades e aldeias, em todas as regiões do país;
- A produção e o emprego crescerá em todos os sectores – agricultura, pescas e florestas;
- Serão proporcionadas, a todos os Leste Timorenses boas condições de vida e acesso a bens e serviços;
- Os padrões de vida e os serviços irão melhorar para todos os Timorenses, e o rendimento será distribuído de um modo justo e equitativo;
- Os preços serão estáveis, e o fornecimento da alimentação constante, com base numa boa gestão e numa utilização sustentável dos recursos naturais;
- A economia e as finanças do Estado serão geridas de forma eficiente, transparente e livre de corrupção;
- O Estado cumprirá a lei. Governo, sector privado, sociedade civil e líderes das comunidades serão responsáveis por todos os que são eleitos ou escolhidos.

Para atingir todas estas metas Timor conta com os países doadores, Nações Unidas, Instituições Financeiras Internacionais e Organizações Não Governamentais, como referiu Xanana Gusmão (Presidente da República).

O Plano Nacional de Desenvolvimento foi elaborado por uma Comissão Nacional do Plano, presidida pelo chefe do governo, e a sua vertente Conselho Consultivo Nacional da Sociedade Civil, presidido por Xanana Gusmão, Presidente da República.

Os projectos dos doadores têm que se enquadrar neste plano e corresponder às prioridades definidas pelo Governo Timorense, o que está de acordo com a Declaração de Roma sobre Harmonização elaborada em Fevereiro de 2003, nesta Declaração é afirmado que “ deve ser assegurado que a assistência ao desenvolvimento é dada em conformidade com as prioridades dos países parceiros”.

5. A perspectiva Portuguesa

O conceito Cooperação insere-se numa dinâmica de procura de uma nova ordem internacional. É um conceito inovador no quadro das relações internacionais, que se baseia na partilha de recursos entre países com o objectivo de promover o desenvolvimento e bem-estar do país receptor.

Se até 1974 Portugal vivia isolado do mundo, o mesmo não se poderá dizer a partir daí, desde 1974 que enfrenta dois desafios distintos, ambos igualmente importantes para o seu relacionamento e posicionamento de nova nação aberta ao mundo; por um lado temos a entrada na comunidade europeia, por outro temos o relacionamento com os países de expressão portuguesa, cuja História não pode ser esquecida.

Após o período de independência das ex-colónias tornou-se necessário repensar novos relacionamentos com aquelas.

Se é verdade que este relacionamento, quase sempre, foi mantido, não poderemos dizer que o foi de uma forma estruturada e concertada.

Estamos num mundo cada vez mais global. Esta globalização da economia e do conhecimento leva-nos a ter que repensar cada vez mais velhos conceitos que de forma alguma, são estáticos. Assim, o conceito de cooperação tem que ser equacionado por forma a diminuir o fosso existente entre países ricos e pobres, mas inserido numa perspectiva de desenvolvimento, de solidariedade, de coesão dos povos mas tem que assentar também na capacidade real de trabalho desses povos. Mas, como diz Veiga Simão

“(...)a solidariedade entre povos só pode ter lugar de modo criativo e eficaz se assentar em bases sólidas de estruturas do estado e da sociedade civil, que cultivem o bom desempenho, a produtividade, a qualidade e a justiça. A solidariedade baseada na dádiva e na caridade esconde, mas não resolve os problemas”⁵⁹.

Após a independência das ex-colónias, o enquadramento institucional da cooperação portuguesa tem vindo a desenvolver-se mas a sua visibilidade política, económica e cultural tem sido limitada, como referem vários analistas.

5.1. Evolução do quadro normativo⁶⁰

A 31 de Dezembro de 1974 foi criado através do Decreto-Lei nº 791/74, a primeira estrutura oficial de cooperação, o então, chamado Gabinete Coordenador para a Cooperação, sendo as suas competências as seguintes:

- a) Ajudar os portugueses nos territórios descolonizados
- b) Acolher em Portugal os cidadãos desses Estados, através da concessão de Bolsas de Estudo.

Em 1975 foi criada a “Comissão de Coordenação das Negociações no âmbito económico-financeiro”, com a qual se pretendia apoiar as negociações com os antigos territórios em África.

⁵⁹ SIMÃO, José Veiga, OLIVEIRA, Jaime da Costa; *Potencialidades de Cooperação para a Competitividade*, Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, pag.11, 2002.

⁶⁰ No fim do presente capítulo apresentamos em forma de síntese, a evolução do quadro normativo.

Em 1975 foi também criado o Ministério da Cooperação que integrou o Gabinete Coordenador para a cooperação, o qual viria a ser extinto em 1976.

Em 1976, ainda no âmbito do Ministério da Cooperação, a Comissão de Coordenação das Negociações foi substituída pelo Instituto para a Cooperação Económica, através do Decreto-Lei nº 97-A.

Em 1976, o Ministério da Cooperação é integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em 1977 surgiram as Comissões Mistas Permanentes de Cooperação, com funções meramente técnicas.

Em 1979, através do DL nº486/79, foi criada a Direcção Geral da Cooperação cuja acção incidia nas acções de cooperação bilaterais e multilaterais nos domínios sociocultural, científico e tecnológico. Por sua vez, ao Instituto de Cooperação Económica competia coordenar as acções de cooperação bilaterais e multilaterais nos domínios técnico-económicos, financeiro e empresarial com os países em vias de desenvolvimento.

Entre 1981 e 1983, durante o VIII Governo Constitucional, foi criada uma Secretaria de Estado com o objectivo específico de regular as relações de cooperação. Em 1983 o Gabinete Coordenador para a cooperação foi extinto (DL nº 439/A/83).

Em 1985 o MNE institucionalizou dois órgãos de consulta:

- a) **Comissão Interministerial para a Cooperação** (CIC, através do DL nº 175/85), que tinha como missão definir as grandes linhas de orientação da política de cooperação.
- b) **Comissão Consultiva para a Cooperação**, (CCC, através do DL. nº 266/85), surge como representante dos agentes económicos públicos e privados de natureza cultural ou científica.

Entre 1985 e 1987, durante o X Governo Constitucional, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e extinta a Secretaria de Estado da Cooperação (através do DL nº497/85).

O MNE, através do DL nº 529/85, atribui à Direcção Geral da Cooperação (criada em 1979) as funções de apoiar, em consonância com outros ministérios, as actividades no domínio sociocultural, científico e tecnológico.

O programa do XI Governo Constitucional, (1987/1991) afirma a necessidade de reforçar as políticas de Cooperação:

“o reforço dos laços políticos, económicos e culturais e diversificação da cooperação com os PALOP, tendo em atenção as especiais responsabilidades históricas de Portugal relativamente a África”.

A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação do MNE foi mantida (DL nº329/87, de 23 de Setembro). Estes factos permitiram que Maria Luísa Diego considerasse que se pretendia

“a dinamização das relações com os PALOP e preconizava-se o incentivo nas áreas sociocultural, científica e tecnológica, sobretudo no ensino, na saúde e na difusão da língua e da cultura portuguesa”⁶¹.

Entre 1991 e 1995, no programa do XII Governo Constitucional, era referido o interesse em reforçar os dispositivos de cooperação já existentes.

A adesão de Portugal à União Europeia em 1986 e a situação de Portugal como país doador em diversos organismos internacionais fez com que fossem repensados os mecanismos de cooperação de forma a torná-la mais eficiente.

Assim, em 1994, cria-se o Fundo para a Cooperação Económica (DL nº162/91, de 4 de Maio), o qual tinha por objectivo dinamizar a cooperação empresarial e a concessão de apoios para o desenvolvimento de projectos, com especial incidência nos PALOP. Neste mesmo ano é também criada a Unidade de Ajuda Humanitária com a fusão do Instituto de Cooperação Económica com a Direcção Geral de Cooperação. O Governo procede ainda à reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros (DL nº 48/94), de forma a reforçar a cooperação bilateral, multilateral e comunitária. Pretendia-se, desta forma, uma coordenação mais activa nas áreas politico-diplomática, económica, politico-cultural externa, destacando a difusão da língua e cultura portuguesas.

A difusão da língua portuguesa torna-se uma responsabilidade cada vez maior, pelo que o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP) é renovado transformando-se no Instituto Camões, de acordo com o DL nº 135/92 de 15 de

⁶¹ Citado por: LISBOA, Luísa Maria Diego: *Portugal/ São Tomé e Príncipe, que Cooperação no ensino Básico?* Lisboa, Universidade Aberta, pag.40, 1997 (Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais)

Julho, funcionando este sob tutela do MNE que passa a ser responsável pela política cultural externa.

Em 1994 surgiu, pela fusão da Direcção Geral de Cooperação e do Instituto para a Cooperação, o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) através do DL nº 60/94 de 20 de Fevereiro. Este Instituto fica responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação da política de cooperação para o desenvolvimento, sendo a sua competência articular todas as acções empreendidas pelos outros departamentos estatais na área da ajuda ao desenvolvimento.

A nível internacional a ajuda humanitária era cada vez mais solicitada. Desta forma aparece em Portugal a Divisão “Unidade de Ajuda Humanitária” no ICP, esta divisão tinha como tarefa dialogar com as organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD). A Comissão Interministerial para a cooperação reforça assim a sua capacidade de intervenção como órgão consultivo de planeamento e coordenação da política de cooperação. Contudo, o Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) considerou que as verbas para a cooperação não têm constado do orçamento geral do Estado, um dos aspectos negativos na análise que fez à cooperação portuguesa.

Em 1995, o programa do XIII Governo Constitucional refere o objectivo de dar

*“prioridade aos Estados africanos de língua oficial portuguesa, como beneficiários naturais de uma parte substancial da Ajuda Publica Portuguesa ao Desenvolvimento (APPD), tanto no plano bilateral como no plano multilateral”*⁶².

A política de cooperação para o desenvolvimento é mais uma vez enfatizada como um dos alicerces da política externa portuguesa.

*“No que se refere aos domínios prioritários da política de cooperação com os Estados africanos de língua portuguesa, o programa refere a promoção e defesa da língua portuguesa com o apoio ao ensino da língua e à cooperação no domínio da educação”*⁶³

Desta forma, o programa do governo pretendia tornar efectivamente operacional a Comissão Interministerial para a Cooperação, reforçar a política económica externa através do Instituto para a Cooperação, reformular a lei orgânica do

⁶² Programa do XIII Governo Constitucional, Lisboa 1995.

⁶³ Ídem

Fundo para a Cooperação Económica e tornar o Instituto Camões mais activo na sua acção cultural externa.

Em 1996, em 18 de Julho, é criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Os seus objectivos centravam-se na concertação política e diplomática e no investimento da cooperação e difusão da língua portuguesa.

Em 1997,

“por parte dos países desenvolvidos, Portugal é o país que marca a diferença. Portugal é o país que cresce enquanto outros diminuem. Portugal é de todos os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), aquele que mais faz expandir a ajuda pública ao desenvolvimento, com um crescimento de 27% em relação a 1996. Portugal dedica 0,25% do seu Produto Interno Bruto à cooperação, acima da média da OCDE nesse ano, que é de 0,22%”⁶⁴

Em 1998, são tomadas algumas decisões importantes para o fortalecimento da política de cooperação. Devem ser salientadas:

1. É criado o Conselho de Ministros para os Assuntos de Cooperação (DL n°267/98, de 28 de Agosto), que, “para além do acompanhamento sistemático da cooperação no plano político, deverá passar a aprovar anualmente, a proposta de orçamento integrado da cooperação em simultâneo com a proposta de Orçamento de Estado, bem como o respectivo programa integrado”

Assim, o Conselho de Ministros para os Assuntos de Cooperação, deverá ser o grande orientador, e deverá dotar com os mecanismos legais e institucionais as políticas de cooperação para que esta seja mais eficaz.

2. É apresentado, a 27 de Outubro pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama, o Programa Integrado da Cooperação Portuguesa (PIC) com o qual o governo pretendia responder às críticas feitas pela OCDE nos anos anteriores. Este programa visava garantir uma coordenação interministerial mais efectiva e fixaria as linhas gerais num programa trienal que estaria em consonância com os países destinatários em programas integrados nacionais.

⁶⁴ Gama, Jaime; *Programa Integrado de Cooperação Portuguesa*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1998 (Conferência)

O ministro afirmava que depois da adopção deste programa anual integrado seria presente a debate publico o documento geral sobre estratégia de cooperação e o primeiro programa trienal.

Pelo seu lado, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís Amado, referia que

“(...) uma das limitações graves do nosso sistema de cooperação, deriva justamente do facto de também, permanentemente assinalado, para além de uma ausência de estratégia de política de cooperação e para além de uma limitação nos seus objectivos, da inexistência de um orçamento integrado da cooperação e de um programa integrado de cooperação, que permitisse no fundo ao governo, ao país e às instituições, ter um controlo efectivo sobre o que está a ser feito pelo país em matéria de cooperação.”
Referiu ainda que “o problema da cooperação em Portugal não é tanto um problema de recursos (...) mas é um problema efectivo de estrutura e de sistema.”⁶⁵

Através da criação do PIC o governo pretende então dar resposta a estes problemas e refere como um dos objectivos estratégicos

“dar mais ênfase ao apoio, à expansão dos sistemas de ensino em língua portuguesa e ao apoio à língua portuguesa nos países africanos de expressão portuguesa, em particular”⁶⁶.

Em 1998 é também criada uma Comissão Interministerial de Cooperação.

Em 1999 foram criadas Delegações de Cooperação (Decreto-Lei de 4 de Agosto de 1999), que têm como função reforçar a coordenação das acções programadas. Entra também em funcionamento a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD) para apoiar projectos na área das infra-estruturas sociais nos países destinatários da cooperação portuguesa.

Em 1999 é discutido o documento de orientação estratégico “A cooperação portuguesa no limiar do século XXI”, que viria a ser publicado em 2001. Este documento permite-nos ter uma ideia global sobre o que é a cooperação, os seus princípios e objectivos, quais os instrumentos usados para a exercer activamente, como está organizado o sistema de cooperação e como se articula o sector não

⁶⁵ AMADO, Luís; *Programa Integrado da Cooperação Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1998 (conferência).

⁶⁶ Ídem

governamental por forma a que as acções de cooperação sejam efectivamente postas em prática. O mesmo documento refere que

*“o mais importante desafio que se coloca a Portugal é o de saber articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica da sua integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo e de reaproximação a outros povos regiões a que nos ligam, nalguns casos, séculos de história”.*⁶⁷

Em 26 de Outubro de 2000 foi aprovada em Conselho de Ministros a Lei Orgânica do Instituto de Cooperação Portuguesa (ICP), com o qual se pretende simplificar e dar mais eficácia às funções deste Instituto.

Em Março de 2001 encerrou-se um importante ciclo de reformas do sistema da cooperação portuguesa. Os objectivos destas reformas encontram-se no documento de Orientação Estratégica da Cooperação Portuguesa.

Em 2002 estabelece-se a reestruturação dos serviços e organismos da administração central que tenham objectivos complementares, através da Lei nº 16-A/2002 de 31 de Maio. Esta situação é precisamente a do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e a da Agência de Apoio ao Desenvolvimento (APAD), cujos organismos têm os mesmos objectivos.

Se por um lado o DL nº192/2001 de 26 de Junho aprova os estatutos do ICP que o caracterizam como o órgão central de coordenação da política de cooperação para o desenvolvimento, por outro o DL nº 327/99 de 18 de Agosto aprovara os estatutos da APAD donde se salienta entre outras responsabilidades a de “realizar projectos que contribuam para o desenvolvimento dos países receptores de ajuda pública”.

Face a esta duplicação de funções, em 13 de Janeiro de 2003 é criado, pelo DL nº 5/2003 o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) que passa a substituir o então ICP e a APAD.

A formação deste organismo é dos principais passos na criação de condições para que a ajuda pública ao desenvolvimento seja efectivamente concretizada através dos instrumentos necessários, ou seja dos planos indicativos de

⁶⁷ A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI, documento de orientação estratégica, pag.3, 2001.

cooperação (PIC) em estreita articulação com o orçamento de Estado e com os programas anuais de cooperação com todos os PALOP.

Ao Instituto Português de Apoio ao desenvolvimento (IPAD), cabe a missão de

*“supervisão, direcção e coordenação da política de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento, com vista ao fortalecimento das relações externas de Portugal e à promoção do desenvolvimento económico, social e cultural e à melhoria das condições de vida das populações receptoras da ajuda pública, em especial dos países de língua oficial portuguesa”.*⁶⁸

Em 2003 realizou-se ainda em Lisboa a 2ª Cimeira Euro-Africana. Havia a intenção de reforçar a parceria entre a Europa e África. É ainda importante referir a crescente participação na Cooperação Ibero-Americana e o papel desenvolvido pela CPLP.

5.2. A Política de Cooperação

Portugal foi membro fundador e pertenceu ao Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD), até 1974, momento em que saiu por razões de ordem política, directamente relacionadas com a descolonização. Nesse ano era o membro que maior percentagem do seu Produto Nacional Bruto (PNB) empregava em ajuda destinada às, então, “províncias ultramarinas”. Esta situação era um tanto ambígua na medida em que Portugal era simultaneamente, uma potência colonial e um País em Vias de Desenvolvimento (PVD), segundo a OCDE.

Em 1974, por razões inerentes à descolonização, retirou-se do CAD. De facto, de país doador passou a país em condições de beneficiar do apoio internacional.

Esta situação haveria de mudar quando Portugal entrou na Comunidade Europeia em 1986. A partir desse ano o país volta a participar activamente no esforço de cooperação para o desenvolvimento dos PVD, por intermédio das instituições comunitárias vocacionadas para o efeito.

⁶⁸ Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, MNE, *Plano de Actividades* 2003.

Mais tarde, a 3 de Dezembro de 1991, Portugal volta a integrar o CAD o que revela uma evolução positiva da economia portuguesa e comprova o reconhecimento do seu papel junto dos PALOP.

Em 1998, em virtude das críticas que foram feitas à cooperação portuguesa entre 1993 e 1997 por parte das entidades de avaliação da OCDE, foi criado um programa integrado de cooperação, conforme já anteriormente foi referido.

No final de 2000 e no primeiro semestre de 2001 o processo de avaliação da política de cooperação portuguesa é novamente efectuado pela OCDE. Do relatório final são de salientar os seguintes aspectos positivos:

- a) **Aumento** do controlo político sobre o programa descentralizado da ajuda, através do restabelecimento do comité interministerial para a cooperação;
- b) **Criação** do conselho de ministros para a cooperação ao qual cabe aprovar o programa e orçamento integrados;
- c) **Criação** e manutenção da base de dados de toda a cooperação portuguesa;
- d) **Apoio** a Timor Leste.

A cooperação portuguesa é um instrumento fundamental das relações internacionais, sendo crucial a solidariedade e o respeito pela cultura dos parceiros envolvidos. No entanto, a concretização de qualquer projecto depende do envolvimento das populações locais.

O Desenvolvimento deve apelar ao saber e criatividade das culturas tradicionais dos países alvo da cooperação.

O desenvolvimento cultural, como objecto da cooperação, terá de reconhecer o direito universal à cultura própria, aceitar e respeitar a diversidade cultural e desenvolver uma acção sociocultural destinada a superar a inexistência, ou insuficiências, das estruturas, ou de políticas culturais, educativas e formativas dos países alvo, sem o que não haverá desenvolvimento participado. Tal como refere Hermano Carmo,

“o processo de desenvolvimento não é linear, é um processo complexo”⁶⁹.

⁶⁹ Carmo, Hermano; *A educação intercultural: uma estratégia para o desenvolvimento*, ISPA, 29-31 de Maio de 2000 (conferência).

A Língua Portuguesa, património de uma comunidade multinacional, pode contribuir para fortalecer a unidade nacional dos novos países. A diplomacia cultural e a acção cultural externa constituem uma dimensão de grande importância para o reforço ou alargamento da influência externa de qualquer Estado.

São a história, a cultura, a língua, relações familiares e muitos outros valores sociais que nos ligam tão intimamente aos PALOP. Daí que a vertente sociocultural da cooperação portuguesa tenha a maior importância na relação com esses países.

Ao apostar na cooperação sociocultural Portugal investe no desenvolvimento da pessoa humana, mas investe também na continuidade de um relacionamento privilegiado no campo político e económico. São os próprios PALOP que, ao adoptarem o português como língua oficial, reconhecem a língua portuguesa como elemento da sua unidade nacional. Por outro lado, reconhecem que a língua constitui um instrumento de comunicação e divulgação de ciência e de cultura, pelo que apostam no seu ensino e divulgação.

A política de cooperação com os PALOP tem como objectivos prioritários o desenvolvimento sócio-económico, a integração gradual dos PALOP na economia mundial, a promoção dos sistemas democráticos e o respeito pelos direitos do homem, como garante dos direitos civis e políticos das populações.

A política portuguesa de cooperação assenta em três eixos considerados fundamentais:

1. Reforço da capacitação e modernização das estruturas da administração;
2. Valorização dos recursos humanos;
3. Cooperação técnica, económica e financeira.

Em 2005, o Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE faz nova avaliação da cooperação portuguesa, sendo de salientar que refere a criação do IPAD como um aspecto positivo da evolução política de cooperação portuguesa mas, refere também, que a competência técnica do IPAD deve aumentar em termos de cooperação para o desenvolvimento, dizendo:

“Para aumentar a eficácia da coordenação, gestão e supervisão das intervenções da ajuda, e para consolidar uma visão mais estratégica, o IPAD precisa de mudar de uma

abordagem administrativa para uma abordagem mais estratégica e orientada para a cooperação para o desenvolvimento, com adequada competência técnica sobre a problemática do desenvolvimento. Este requisito é evidente não só na sede mas também no terreno, onde a falta de funcionários da cooperação é um impedimento para o efectivo acompanhamento das intervenções portuguesas”.⁷⁰

5.3. Princípios e Objectivos

Em termos de filosofia global, a cooperação para o desenvolvimento assenta no respeito pelos Direitos do Homem e da cooperação para o progresso da humanidade, os mesmos princípios que regem as relações internacionais de Portugal.

Mas, no plano concreto, como escreve Lourenço Santos, é necessário muito “rigor e exigência”:

“As políticas de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento devem ser matérias de interesse e de responsabilidade colectivos que impõem, a todas as entidades envolvidas, numa atitude de total participação e articulação e de muito rigor e exigência.”⁷¹

Mais do que nunca, é importante que os países mais ricos tenham a responsabilidade de lutar pelo desenvolvimento a nível global, pois cerca de um quarto da população mundial vive abaixo do limiar da pobreza absoluta. Portugal tem assumido esta responsabilidade de solidariedade internacional, defendendo o respeito pelos princípios da parceria e da concertação a vários níveis:

◆ na definição da política ◆ na execução ◆ na avaliação dos seus resultados

Desta forma os princípios gerais subjacentes à política de cooperação portuguesa para o desenvolvimento surgem assim enunciados:

⇒ *respeito pela universalidade dos direitos do homem;*

⁷⁰ IPAD, “Resumo da Avaliação do CAD à Cooperação Portuguesa”, Lisboa, 2005, in: <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/examecad.pdf>, consultada em 20/8/2006

⁷¹ Santos, Lourenço; «A Reforma da Política Portuguesa de Cooperação», Elo-Cooperação e Desenvolvimento, Julho/Setembro, nº 40, pag.18-19, 2003.

- ⇒ *responsabilidade e solidariedade internacionais;*
- ⇒ *parceria com os países destinatários e concertação com outros doadores;*
- ⇒ *sustentabilidade do desenvolvimento e equidade na repartição dos seus benefícios;*
- ⇒ *coerência com outras política que afectam os países destinatários.*⁷²

Uma vez que a política de cooperação portuguesa se desenvolve “*em coerência com outras políticas que afectam o desenvolvimento dos países aos quais se dirige*”⁷³.

Membro fundador do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, Portugal viria a assumir, em 1996, os objectivos gerais de longo prazo para a cooperação para o desenvolvimento adoptados pelo CAD:

- *a redução para metade da população mundial que vive em estado de pobreza extrema (menos de um USD/dia) até 2015;*
- *educação primária generalizada em 2015;*
- *eliminação da discriminação das mulheres na educação primária e secundária até 2005;*
- *redução da mortalidade infantil (abaixo de 5 anos) em 2/3 e da mortalidade à nascença em 3/4, até 2015;*
- *acesso universal, através do sistema de cuidados primários de saúde, à saúde genética o mais tardar até 2015;*⁷⁴

No documento “A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI”, ao qual também já fizemos referência, são apontados como “*objectivos específicos de curto prazo*”⁷⁵:

1. “Reforçar a democracia e o estado de direito.”

Do considerando de que a democracia proporciona às populações a participação na definição das políticas de desenvolvimento, chegava-se à afirmação da necessidade da consolidação das Instituições do Estado de

⁷² IPAD, “A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI” in <http://www.gm-unccd.org/FIELD/Bilaterals/Port/estr.pdf>, acedida 14 de Julho de 2004

⁷³ Idem

⁷⁴ Idem

⁷⁵ Idem

direito, da defesa dos valores da boa governação e da afirmação da sociedade civil.

2. “Reduzir a pobreza, promovendo as condições económicas e sociais das populações mais desfavorecidas, bem como, desenvolver as infra-estruturas necessárias ao nível da educação.”

Assumindo que a verdadeira razão de ser da ajuda pública ao desenvolvimento é a “*redução da pobreza das populações mais desfavorecidas, nos países menos desenvolvidos*”, eram invocadas as razões históricas que justificam a canalização para os países africanos de expressão portuguesa da maior parte de esforço nacional de ajuda ao desenvolvimento. Apontava-se como prioridade o reforço de infra-estruturas e serviços “*nos domínios da educação de base e dos cuidados primários de saúde*”.

3. “Estimular o crescimento económico, fortalecendo a iniciativa privada.”

Aqui o pressuposto é de que, em países muito pobres, a promoção das condições económicas e sociais das populações se não pode desligar “*do crescimento económico, da criação de riqueza e do investimento produtivo*”. Depois de referir os baixos níveis de rendimento e os escassos valores de investimento estrangeiro nos países menos desenvolvidos, surge a afirmação de que a cooperação portuguesa para o desenvolvimento inscreve entre os seus objectivos “*a promoção de um ambiente globalmente favorável ao fortalecimento do sector privado nos países menos desenvolvidos*”, nomeadamente em relação às condições que favoreçam o “*investimento produtivo local e estrangeiro*”.

4. “Promover o diálogo e a integração regionais.”

A participação no sistema internacional e a integração da economia mundial são apontadas como dos principais desafios com que os países menos desenvolvidos estão confrontados, “*num quadro de pressão competitiva imposta pela liberalização dos mercados*”. Assim é destacada a importância da *cooperação e integração regionais*, quer no plano político: “*o diálogo intra-regional, regulador de tensões e de conflitos*”, quer no plano económico: “*os agrupamentos regionais e sub-regionais criam mercados de*

dimensões mais atractivas para os investidores". Num e noutro, proporcionando aos pequenos países menos desenvolvidos um maior "peso nas relações internacionais" e uma melhor "defesa dos seus interesses específicos".

5. "Promover uma parceria europeia para o desenvolvimento humano."

Evidenciadas as limitações da intervenção unilateral dos Estados doadores, decorrente da complexidade dos problemas e da dimensão do esforço exigido, reitera-se a necessidade – já anteriormente expressa no Relatório do Secretário Geral da Nações Unidas de abril de 1988 – de um esforço concertado da comunidade internacional. Uma concertação e coordenação a todos os níveis "de modo a que se crie um quadro comum de actuação aceite e partilhado por todos os agentes de desenvolvimento", favorecendo o melhor aproveitamento de recursos, evitando duplicações e permitindo aos países destinatários "adoptar e executar, com coerência, estratégias de desenvolvimento próprias, com objectivos precisos e realizáveis". E o Governo português, assumia o reforço da sua intervenção no quadro da União Europeia no sentido do "compromisso de abolir a pobreza extrema, (...) um imperativo moral que deve determinar as prioridades de um novo milénio".

Nesse mesmo documento surgem identificados os diversos instrumentos utilizados pela cooperação portuguesa "em função da natureza do projecto e do objectivo":

- *A assistência técnica, civil e militar, prestada por funcionários do Estado, por cooperantes ou mediante a contratação de consultores e especialistas privados;*
- *Donativos em espécie;*
- *Envio de formadores, professores, médicos e pessoal de enfermagem;*
- *Concessão de bolsas de estudo e estágios;*
- *Prestação, em Portugal, de cuidados médicos especializados;*
- *Empréstimo Estado a Estado, doações, perdão e bonificação de juros;*
- *Concessão de subsídios a ONGD, autarquias e outros promotores de projectos de cooperação;*

- *Incentivos, créditos de ajuda e garantias de seguros de crédito ao investimento e à exportação de bens e serviços portugueses.*⁷⁶

Uma crítica que figurava nos sucessivos exames do Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE à cooperação portuguesa tinha a ver com a fraca participação de Portugal nos instrumentos multilaterais de ajuda ao desenvolvimento. Por isso se entende a opção, então anunciada de optar por

*“reforçar a componente multilateral de ajuda ao desenvolvimento, tanto no quadro das instituições comunitárias, como no âmbito das agências das Nações Unidas”.*⁷⁷

Em Setembro 2000 foi adoptada, pelos 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, a **Declaração do Milénio**⁷⁸. Documento que veio dar um novo, e grande, impulso ao debate e à consciencialização em torno das questões do Desenvolvimento. Aí se identificam os desafios centrais que se colocam neste novo milénio e se definem os Objectivos a serem atingidos nos próximos 25 anos:

1. *Erradicar a pobreza extrema e a fome*
2. *Alcançar a educação primária universal*
3. *Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres*
4. *Reduzir a mortalidade infantil*
5. *Melhorar a saúde materna*
6. *Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças*
7. *Assegurar a sustentabilidade ambiental*
8. *Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento*

À Declaração do Milénio sucederam-se várias reuniões internacionais. A mais importante, porque registou avanços mais significativos, foi a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que teve lugar em Monterrey (México) de 18 a 22 de Março de 2002. Ai foi possível estabelecer

⁷⁶ Idem

⁷⁷ Idem

⁷⁸ Nações Unidas, “Declaração do Milénio”, Centro de Informação das Nações Unidas, Lisboa, Agosto de 2001, versão online em http://www.cv.undp.org/Publications/OMD/DecdoMilenario_pt.pdf, consultada em 15 de Maio de 2005

alguns consensos sobre financiamento do desenvolvimento mundial nos países em desenvolvimento.

A União Europeia, que contribui com mais de 50% da ajuda pública ao desenvolvimento à escala mundial, desempenhou um papel importante na busca de resultados palpáveis para esta conferência. No entanto, como refere Teresa de Almeida Cravo, em relação à meta dos 0,7% do PNB em Ajuda Pública ao Desenvolvimento, embora “*este compromisso tenha, de facto, sido assumido pelos países europeus, dificilmente estes serão seguidos pelos restantes Estados desenvolvidos*”⁷⁹. As principais reservas foram formuladas pelos Estados Unidos e o “*alcance das propostas acabou, na verdade, por ser mitigado*”⁸⁰.

Seja como for, ficou evidenciada a necessidade de encontrar um novo conceito de cooperação para o desenvolvimento, que deverá assentar numa abordagem holística, colocando a tónica na inter-relação entre o comércio, o financiamento e o desenvolvimento.

Portugal tem participado em todas estas discussões internacionais. Os compromissos e os objectivos estabelecidos na Assembleia Geral das Nações Unidas e as conclusões de Monterrey foram assumidos pela cooperação Portuguesa.

Para atingir esses objectivos Portugal, necessita, no entanto, de possuir uma estratégia política concertada, de forma a poder honrar esses compromissos.

Procurando respostas a algumas das críticas que tem sido feitas à Cooperação portuguesa, nomeadamente de dispersão, desfragmentação, falta de acompanhamento dos projectos, ausência de avaliação, etc., em Novembro de 2005, o Governo português aprovou um documento (*Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005*) intitulado “*Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*”. Em nosso entender, pelo menos como base teórica e analítica, um marco muito importante para a evolução da Cooperação portuguesa.

⁷⁹ CRAVO, Teresa de Almeida; *Entre a Centralidade e a Marginalização: a Reforma da ONU para o Séc. XXI*, Universidade de Coimbra, Outubro, 2005, in:

http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=18, consultada em 18/12/2005.

⁸⁰ Idem

Refira-se que em relação à falta de acompanhamento e ausência de avaliação (já anteriormente aqui referenciada) das acções de cooperação, esse documento assume claramente que

“O acompanhamento e a avaliação dos projectos, dos programas e das políticas de cooperação constituem mecanismos indiscutivelmente necessários para a construção de uma cooperação para o desenvolvimento que seja de qualidade e eficaz”⁸¹

A Cooperação portuguesa ganharia muito, em termos de eficiência, eficácia e transparência, se conseguisse implementar os princípios defendidos naquela Resolução. Destaque-se que, após três décadas de actividades de cooperação, o documento do Conselho de Ministros abre com esta declaração:

“Portugal precisa de uma política de cooperação.”⁸²

6. Operacionalização do conceito de COOPERAÇÃO

Se, como foi referido no início, o conceito Cooperação não é fácil de definir, mais difícil se torna operacionaliza-lo.

A discussão no seio das Nações Unidas que levou à adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio veio dar um novo impulso à reflexão e problematização em torno destas questões, implicando também um maior comprometimento da comunidade internacional.

Em Monterrey surgiram novas estratégias de redução da pobreza, referências a fontes de financiamento inovadoras e começou a falar-se de novas parcerias para o desenvolvimento. E, mais importante, assumiu-se um compromisso de coordenação de políticas e harmonização de conhecimentos.

Nesta área destaca-se o papel da OCDE, com dois momentos mais visíveis da sua actuação, primeiro na Conferência de Roma (Fevereiro de 2003) e mais

⁸¹IPAD, Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa, versão online: http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf consultada em 23/5/2006.

⁸²Idem.

recentemente na de Paris (Fevereiro de 2005). Reuniram-se responsáveis pelas instituições de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, representantes do Fundo Monetário Internacional, outras instituições financeiras multilaterais e países parceiros (a designação que passou a ser aplicada aos, até aí, considerados destinatários/receptores da ajuda internacional). Reafirmava-se um compromisso:

*“reafirmamos o nosso compromisso para a erradicação da pobreza, procurando um crescimento económico sustentável, e promovendo o desenvolvimento sustentável, à medida que avançamos para um sistema económico global integrador e equitativo.”*⁸³

e a cooperação passava a ser pensada em torno de expressões como **harmonização**⁸⁴, **alinhamento**⁸⁵ e **apropriação**⁸⁶. Reforçavam-se, entretanto, as preocupações e exigências em torno das **boas práticas**⁸⁷

Em Paris⁸⁸ a tónica da discussão foi recentrada em torno da *necessidade de aumentar a eficácia da cooperação* e deu-se ainda um maior peso às questões da *responsabilidade mútua*, a análise dos *resultados*. *Indicadores, calendários e objectivos* passa a ser determinante em todos estes processos, a *monitorização e avaliação* assumem-se como essenciais, defende-se a *gestão de recursos centrada nos resultados* e surge a definição de uma grelha de *Indicadores de Progresso*, baseada numa medição à escala nacional mas com supervisão internacional⁸⁹.

Em todas estas reuniões, conferências ou fóruns diversos verificou-se que o conceito de cooperação não apresentava para os diversos intervenientes um significado idêntico nem apresentava uma leitura unívoca. Por isso, frequentemente, surgia substituído por “ajuda ao desenvolvimento” ou “assistência para o desenvolvimento”. Como já se percebeu de anteriores

⁸³ OCDE, “Declaração de Roma sobre Harmonização” Roma, Fevereiro de 2003, tradução do IPAD, http://www.icp.mne.gov.pt/images/stories/APD/sinteseharmonizacao_final.pdf, acedida a

⁸⁴ Que já em Monterrey tinha sido entendida como uniformização e simplificação de procedimentos na concessão da ajuda.

⁸⁵ A articulação da ajuda dos doadores com as estratégias e prioridades de desenvolvimento do país parceiro.

⁸⁶ O reconhecimento da necessidade de ser o país parceiro a definir a sua própria agenda do desenvolvimento.

⁸⁷ Conjunto de princípios de responsabilização mútua a que devem obedecer os procedimentos de cooperação para o desenvolvimento.

⁸⁸ OCDE, “Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento”, Paris, Fevereiro de 2005, tradução do IPAD, http://www.icp.mne.gov.pt/images/stories/APD/declaraparis_portg_1.pdf, consultada em 12/12/05.

⁸⁹ Idem.

referências, a OCDE tem sido uma das organizações internacionais que, no esforço de fomentar diálogo, debate e colaboração entre doadores e parceiros, acabou por produzir um enorme acervo de reflexão e sistematização nesta área. Valerá a este propósito citar aqui um documento onde se apresentam alguns princípios que poderão determinar uma maior coordenação e eficácia da cooperação para o desenvolvimento.

1. *Os doadores devem apoiar as Estratégias de Redução de Pobreza dos próprios países parceiros, ou planos nacionais equivalentes, e basear a sua programação nas necessidades e prioridades identificadas nesses planos.*⁹⁰
2. *A assistência ao desenvolvimento deve ser dada de modo a fomentar, nos países parceiros, a capacidade sustentável de desenvolvimento, implementação e responsabilização por essas políticas, perante a população e a legislatura.*
3. *A coordenação da ajuda deve ser, sempre que possível, conduzida pelos governos dos países parceiros.*
4. *A confiança nos sistemas dos governos parceiros, onde estes dão garantias razoáveis de que os recursos da cooperação estão a ser usados para os fins acordados, possibilita o melhoramento da sustentabilidade das intervenções governamentais.*
5. *Países parceiros, doadores e receptores, têm um interesse comum em garantir que os fundos públicos são usados de modo apropriado.*
6. *Os doadores devem trabalhar estreitamente com os países parceiros para dar resposta às fraquezas da capacidade institucional, ou outros constrangimentos, que não permitam assegurar o bom uso dos recursos da cooperação.*
7. *O desenvolvimento de sistemas apropriados nos países parceiros, será normalmente um processo a médio prazo de modo a que os doadores possam confiar neles devendo os seus próprios procedimentos ser simplificados e harmonizados.*
8. *Nenhuma abordagem se adequa totalmente a todos os países. A forma como a harmonização é implementada precisa de ser adaptada às circunstâncias locais e capacidades institucionais.*

⁹⁰ Sublinhado nosso.

9. *A assistência para reforçar o poder da sociedade civil e apoiar as organizações eficazes na representação do sector privado também pode contribuir para o melhoramento do desempenho dos países parceiros.*⁹¹

Se, estes nove princípios forem postos em prática podemos considerar que o conceito cooperação está a ser operacionalizado e assim encontramos os elementos fundamentais do conceito. Existem mais que dois intervenientes no processo que trabalham em conjunto para atingir fins comuns, têm meios técnicos, económicos e humanos para dar a assistência, existe flexibilidade para se adaptar à realidade encontrada no terreno e têm em conta o ambiente em que o trabalho se desenvolve.

Mas, se estes princípios são elaborados pelos governos ou seus representantes, quem os operacionaliza no terreno? Será que esses sujeitos partilham dos mesmos princípios? Será que essas pessoas têm conhecimento (estão devidamente informados) acerca dos projectos que estão a desenvolver? Será que têm em conta a diversidade cultural do meio onde exercem as tarefas de cooperação?

A estas, e outras questões, vamos tentar responder nos próximos capítulos em que abordaremos “o olhar dos cooperantes”, “o olhar dos timorenses” e, “o olhar dos estudantes da Universidade Nacional de Timor Leste”. Sendo que Timor foi, em 2003, considerado pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas, como *um dos países mais pobres do mundo*. Um país que até aí estava integrado na Indonésia.

7. A Cooperação Portugal / Timor

Já atrás se escreveu que Portugal *saiu* de Timor em 1975. Em Dezembro desse ano a Indonésia invade Timor e aí permanece durante vinte e quatro anos. Uma vez que a anexação pela Indonésia nunca foi reconhecida pelas Nações Unidas,

⁹¹ OCDE, documento não referenciado, tradução do IPAD, http://www.icp.mne.gov.pt/images/stories/APD/sinteseharmonizacao_final.pdf, acedida a

à luz do Direito Internacional, Portugal continuou como *potência administrante*. E essa era a situação quando, após vários anos de conversações entre Portugal e a Indonésia sob a mediação da ONU, foi possível chegar aos chamados “Acordos de Nova Iorque”, de 5 de Maio de 1999.

Aquando da assinatura dos acordos, Portugal procedeu à entrega - ao Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan - de uma contribuição de dez milhões de dólares destinado a um fundo criado para suportar o Processo de Consulta ao povo timorense em relação ao futuro daquele território. E nessa altura, Kofi Annan advertiu para a extrema necessidade de Portugal participar activamente nas tarefas de reconstrução que urgia desencadear.

A 7 de Maio de 1999, o então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, anunciando a conclusão dos acordos, profere um discurso onde é assumido que:

“(...) Portugal está pronto a assumir todas as suas obrigações resultantes do acordo, antes e depois da consulta (...). No caso de os Timorenses escolherem o caminho da independência, Portugal está pronto para cooperar, no âmbito das Nações Unidas, na transição pacífica para a independência, em especial nos planos político-institucionais, administrativo e de segurança (...)”⁹²

O Referendo de 30 de Agosto de 1999 alcançou níveis de participação que impressionaram a Comunidade Internacional e a esmagadora maioria do povo timorense manifestou-se a favor da independência (78,5% dos votos expressos). Aproveitando a fragilidade (e os limites de actuação expressos no mandato da representação das Nações Unidas no território), os militares indonésios, e as milícias por eles criadas, desencadearam uma vaga de destruição e violência que levou milhares de pessoas a refugiarem-se de novo nas montanhas enquanto outros tantos eram deslocadas para a Indonésia - em Kupang e Atambua, localidades indonésias perto da fronteira com Timor-leste, foram, para esse efeito, criados campos de refugiados.

Face à vontade de independência manifestado pelos timorenses e perante o grau de gravidade da situação que se vivia em Timor, o governo português, levando à prática aquilo que anteriormente havia sido afirmado por Jorge Sampaio em Nova

⁹² SOARES, Sérgio; *Portugal Timor Leste reconstrução para o desenvolvimento*; ed. Do Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor Leste/ Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Lisboa; Junho 2000, pag.5.

lorque, decidiu-se por uma intervenção activa no esforço de cooperação para a reconstrução do novo país.

Perante a premência das situações e a dimensão da intervenção exigida, no quadro das instâncias de cooperação já existentes, foi conferido um carácter autónomo à cooperação com Timor. E, a 4 de Junho de 1999, o Decreto-lei 189/99 criava o cargo de Comissário para o Apoio à Transição em Timor-leste “*com a função de coordenar a elaboração e execução de programas e acções de apoio durante o período de transição previsto nos acordos de Nova Iorque de 5 de Maio de 1999*”⁹³

Três dias depois, 7 de Junho, toma posse o Comissário nomeado, Padre Victor Milícias. Para o desenvolvimento das suas funções, o Comissário dispõe de um Gabinete, de uma Comissão Interministerial e de um Orçamento. Ao Comissariado são conferidas as tarefas de “*coordenação dos vários programas, iniciativas e acções de cooperação e apoio, quer bilateral quer multilateral, promovidas ou participadas pelo Estado ou pela sociedade civil portuguesa*.”⁹⁴

Assim, a cooperação portuguesa com Timor-leste inseriu-se, por um lado, num quadro amplo de cooperação multilateral:

(na primeira reunião de doadores realizada em Tóquio em Dezembro de 1999 Portugal comprometeu-se a apoiar o Trust Fund da Administração Transitória das Nações Unidas - UNTAET- assim como o Trust Fund para Timor leste, gerido pelo Banco Mundial e pelo Banco Asiático de Desenvolvimento).

E por outro, com uma agenda própria de cooperação bilateral.

A criação, a 16 de Setembro de 1999, da Missão Humanitária pode ser vista como um marco na história da cooperação portuguesa com Timor-Leste. Esta Missão teve como objectivo principal intervir numa fase de emergência, prestando apoio médico de urgência, procedendo à distribuição de alimentos e prestando apoio a refugiados e deslocados. Em Dezembro desse ano passou para a fase de “reconstrução e desenvolvimento” que, para além de prosseguir os objectivos

⁹³ SOARES, Sérgio; *Portugal Timor Leste reconstrução para o desenvolvimento*; ed. Do Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor Leste/ Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Lisboa; Junho 2000, pag.7.

⁹⁴ SOARES, Sérgio; *Portugal Timor Leste reconstrução para o desenvolvimento*; ed. Do Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor Leste/ Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Lisboa; Junho 2000, pag.7.

iniciais, começou a apostar também em actuações na área da formação profissional.



Figura 6 Hospital de Liquiçá

Em 2000, a Cooperação Portuguesa começou a abranger áreas que iam desde a educação e implementação da língua portuguesa ao apoio à reconstrução e desenvolvimento económico, social e cultural, ao apoio à estruturação e funcionamento do Estado e da Sociedade Civil, ao apoio na área da saúde, à acção social e ao

apoio humanitário e cooperação técnico-militar.

Tal como hoje ainda acontece, as áreas abrangidas pela cooperação portuguesa surgiam dispersas e com falta de coordenação. Isso mesmo foi reconhecido no relatório elaborado pela delegação da 8ª Comissão Eventual, da Assembleia da Republica, que se deslocou à Austrália, Indonésia e Timor Leste entre 22 de Fevereiro e 8 de Março de 2001. Aí se pode ler:

“O envolvimento de Portugal na cooperação com Timor Leste (...) é substancialmente maior do que o oficial e correntemente referido. Como nem sempre essa cooperação é coordenada entre si nem com as autoridades responsáveis pela administração de Timor Leste, os resultados desse esforço sofrem com isso, pondo inclusivamente em causa a plena utilidade de certas acções de cooperação.”⁹⁵

O Comissário para o Apoio à Transição a Timor-leste (CATL) foi extinto em Maio de 2002, data da independência deste país. A responsabilidade da cooperação de Portugal com Timor-leste passou então a ser da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD). Com a extinção da APAD, e a criação - em Janeiro de 2003 - do actual IPAD (Instituto de Apoio ao Desenvolvimento), passaram a ficar cometidas a este instituto as responsabilidades de intervenção em Timor na área da Cooperação.

⁹⁵ Citado por: MESQUITA, Ana; in: www.janusonline.pt, pag. 4, consultada em 20/11/05

Cooperação de Portugal com Timor:	
Cooperação Bilateral	Cooperação Multilateral
<p>Tem-se desenvolvido através de dois instrumentos fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) que é um documento de estratégia que define os principais eixos de orientação para um período de três anos; • O Plano Anual de Cooperação (PAC) que operacionaliza a estratégia definida no PIC em projectos sectoriais. <p>O primeiro Programa Indicativo de Cooperação foi elaborado em 2000.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Portugal continua a contribuir para o Trust Fund for East Timor; • Apoia o Orçamento de Estado timorense; • Contribui para a UN Mission of Support in East Timor.

No momento em que iniciámos este estudo estava em fase de execução o **PIC 2004 – 2006** (anexo C) e estava a ser executado o **PAC 2005** (anexo D), assinado a 6 de Janeiro de 2005 pelo Presidente do IPAD e pela embaixadora de Timor Leste em Portugal, onde os *eixos* prioritários de intervenção são:

- Educação e Reintrodução da Língua Portuguesa;
- Capacitação Institucional do Estado;
- Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social

Estando os *eixos* de intervenção bem definidos, na realidade, verifica-se que há uma grande dispersão e desfragmentação dessa cooperação, por exemplo, o *eixo* que diz respeito à **Educação e Reintrodução da Língua Portuguesa** está dividido em:

1. Reintrodução da Língua Portuguesa em que as entidades⁹⁶ executoras são três;
2. Ensino Básico e Secundário, com três projectos, executado por duas entidades;
3. Ensino Superior, com dois projectos executados por duas entidades;
4. Bolsas, quatro projectos e quatro entidades envolvidas;
5. “Outras”, que abrange o Centro de Ensino à Distância, o Centro Cultural e a Cooperação Educacional com Timor- Leste, executada por três entidades

⁹⁶ No PAC, são consideradas *entidades*, as Fundações, os Institutos, as ONGs, Ministérios... quer executores da cooperação bilateral quer da cooperação multilateral.

Com o segundo eixo, **Capacitação Institucional**, é preconizado “a promoção e reforço do português como língua de trabalho das instâncias administrativas do Estado timorense”. Mas não se encontram explicitados (e/ou definidos) os projectos ou quem são as entidades que os executam. Apenas é dito que:

“A selecção das intervenções a realizar será efectuada pela Comissão de Acompanhamento do PAC 2005, composta por estruturas responsáveis pela coordenação da cooperação de ambos os países, e devem consubstanciar um justificado e efectivo apoio à capacitação de determinada estrutura da administração pública de Timor Leste, atendendo à estratégia e capacidade de execução da Cooperação Portuguesa, bem como às prioridades já manifestadas pelas autoridades timorenses, e respectiva capacidade de absorção”⁹⁷.

Ora, sendo este um plano anual onde é preconizado a operacionalização das actividades a desenvolver, pensamos que deveria ser mais explícito e rigoroso. Acerca da execução deste eixo apenas ficamos a saber que o montante a atribuir é de 3.000.000 de euros (!!!). Fica-se sem perceber quem serão “as estruturas responsáveis pelo acompanhamento”, porque, um dos aspectos referidos pela avaliação que o CAD fez ao modo como se processa o esforço de cooperação, foi a falta de funcionários da Cooperação Portuguesa (tanto na sede quanto no terreno) que permitam um efectivo (eficaz e atempado) acompanhamento das intervenções suportadas com fundos portugueses.

No terceiro eixo, **Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social**, Portugal participa quer no plano da cooperação multilateral quer no da bilateral. Na cooperação multilateral, Portugal intervém em programas multisectoriais executados por três entidades. Em termos bilaterais Portugal está presente nas áreas da:

- **Agricultura** ⇒ existe um projecto desenvolvido por uma entidade;
- **Saneamento Básico** ⇒ um projecto, uma entidade envolvida;
- **Emprego, Formação Profissional e Desenvolvimento Sócio - Comunitário** ⇒ há três projectos principais que se subdividem em nove, executados por seis entidades;
- **Planeamento /Ordenamento** ⇒ também um projecto e uma entidade envolvida;
- **Saúde** ⇒ aqui temos quatro projectos desenvolvidos por quatro entidades;

⁹⁷ Plano Anual de Cooperação Portugal – Timor Leste 2005, pag. 6.

Do que ficou exposto, deriva que a cooperação Portugal/ Timor incide em áreas diversas, abrange uma multiplicidade de projectos que envolvem uma enorme variedade de entidades. A pergunta que aqui se põe será a de saber se Portugal dispões de recursos e meios (humanos, instrumentais e outros) para estar presente em tantas frentes de Cooperação de uma forma eficaz e que garanta as exequibilidades e concretizações adequadas.

É sabido que Portugal sabe (tem conhecimento) de que as necessidades de Timor são de todos os níveis e em todas as áreas. Mas, como é referido no documento ***Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa***:

“Face aos desafios de desenvolvimento que se colocam nos países parceiros, os recursos à disposição da Cooperação Portuguesa serão sempre escassos (...) Esta realidade que deveria constituir um incentivo para o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção racional e baseada em prioridades claramente assumidas funcionou antes como um mecanismo de incentivo para a proliferação de actividades desenvolvidas com um elevado grau de autonomia”⁹⁸

A designação das entidades executoras e responsáveis pela elaboração dos projectos a desenvolver está discriminada no **PAC**, mas no terreno, quem são as pessoas, qual o seu nível de preparação para missões daquele tipo, que grau de formação e de competências para o desenvolvimento desses projectos que o Estado português, (quase sempre através do IPAD) financia? Se já atrás ficou clara a quase ausência de acompanhamento, de aferição de resultados e/ou de certificação da concretização de objectivos propostos...

A delegação técnica da Cooperação Portuguesa presente em Timor, é composta por um Conselheiro para a Cooperação e quatro adidos e está integrada na Missão Diplomática de Portugal em Timor Leste.

De acordo com dados fornecidos pelo IPAD, existem ainda 133 *agentes da cooperação*. Dezassete professores trabalham na *Escola Portuguesa de Dili*. No projecto de *Reintrodução da Língua Portuguesa* estão 97 professores. São ainda indicados mais 19 cooperantes, não inseridos em projectos específicos, que exercem funções de Assessores em organismos governamentais timorenses.

⁹⁸ IPAD, Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa, versão online: http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf consultada em 23/5/2006.

E mais não refere o IPAD. O que é estranho...

Porque, se considerarmos como base de trabalho a definição de *agente da cooperação* dada pelo próprio IPAD teríamos que:

“Considera-se Agente da Cooperação Portuguesa todo o cidadão que, ao abrigo de um contrato, participe na execução de uma acção de cooperação financiada pelo Estado Português, promovida ou executada por uma Entidade Portuguesa de direito publico ou por uma entidade de direito privado de fins não lucrativos em países beneficiários”⁹⁹

Ora, se levarmos em consideração todos aqueles que estão a executar os projectos incluídos no **PAC**, descobriremos que nos dados do IPAD, ao invés da contabilização de todos os agentes da cooperação portugueses que exercem funções no terreno - e que cabem na definição elaborada pelo próprio IPAD - , apenas são considerados como cooperantes os assalariados e contratados do IPAD...

Situação que consideramos estranha quando, no decorrer do nosso *Trabalho de Campo*, centrado na cidade de Dili, contactámos cooperantes da área da saúde (AMI), da área do Desenvolvimento (Gertil), professores universitários (FUP), militares, etc. etc. Todos eles a desenvolver projectos financiados pelo Estado português, executados por entidades portuguesas e contemplados no PAC...Mas não vêm referenciados nos dados do IPAD! Pelo que, o número de agentes de cooperação portuguesa presentes em Timor terá de ser corrigido para valores bastante superiores aos tais 133 que eram referenciados!

Nos capítulos seguintes, vamos então tentar conhecer as pessoas, ou como lhes chama João Milando os *actores do desenvolvimento* que, no terreno, desenvolvem (e dão corpo) a estes projectos. Como João Milando refere,

“sobre os «operadores de desenvolvimento» há relativamente poucos estudos dignos de referência (...). Conhecer-los e compreender-lhes as equações pessoais e estratégias organizacionais é por conseguinte, um meio de aprofundar a aproximação da problemática do desenvolvimento.”¹⁰⁰

⁹⁹ IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento; in: <http://www.ipad.mne.gov.pt>; consultada em 6/12/2005.

¹⁰⁰ MILANDO, João; *Cooperação sem Desenvolvimento*, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1ª ed. Novembro de 2005, pag. 60.

Não é nossa pretensão conseguir um estudo aprofundado destes *actores*, Mas através das respostas aos inquéritos que lhes submetemos no nosso *Trabalho de Campo* ficaremos a saber mais acerca de quem são, como vivem, o que fazem e o que pensam os cooperantes portugueses em Timor.

E quisemos também saber da imagem, dos efeitos e dos impactos da Cooperação junto população que era (é), ela própria, o objecto e o objectivo dessa mesma Cooperação. Um trabalho de inquirição que decorreu durante cerca de um mês, em oito *sucos* (talvez o equivalente à nossas freguesias), de Dili, e junto dos estudantes universitários da Universidade Nacional de Timor Leste.

Neste ponto do trabalho, e depois de tudo o que já foi dito acerca da Cooperação portuguesa, na sua multiplicidade de aspectos positivos, negativos ou de meio tom, que perspectivas, que sensibilidades, que frustrações ou desejos habitam quantos (de uma forma ou de outra) vivem o terreno onde se exerce o tal *esforço de cooperação*?

Evolução do quadro normativo - Síntese

Evolução do quadro normativo - síntese

DATA		Agência	Principais Funções	Extinção
1974	DL n° 791/74	Gabinete Coordenador para a Cooperação	Ajudar os portugueses nos territórios descolonizados; Acolher em Portugal os cidadãos desses Estados, através da concessão de Bolsas de Estudo	Dezembro de 1983
1975		Comissão de Coordenação das Negociações no âmbito económico-financeiro	Apoiar as negociações com os antigos territórios de África	1976
1975		Ministério da Cooperação		1976
1976	DL n°97-A	Instituto para a Cooperação Económica	Coordenar as acções de cooperação bilaterais e multilaterais nos domínios técnico-económicos, financeiro e empresarial	1994
1977		Comissões Mistas Permanentes de Cooperação	Funções técnicas	
1979	DL n° 486/79	Direcção Geral de Cooperação	Acções de cooperação bilaterais e multilaterais nos domínios sociocultural, científico e tecnológico	1994
1981/1983		Secretaria de Estado da Cooperação	Regular as acções de cooperação	1985
1985	DL.n°175/85 DL. n° 266/85	a) Comissão Interministerial para a Cooperação; b) Comissão Consultiva para a Cooperação	a) Definir as grandes linhas de orientação da política de cooperação; b) Representante dos agentes económicos públicos e privados de natureza cultural ou científica.	

Evolução do quadro normativo - síntese

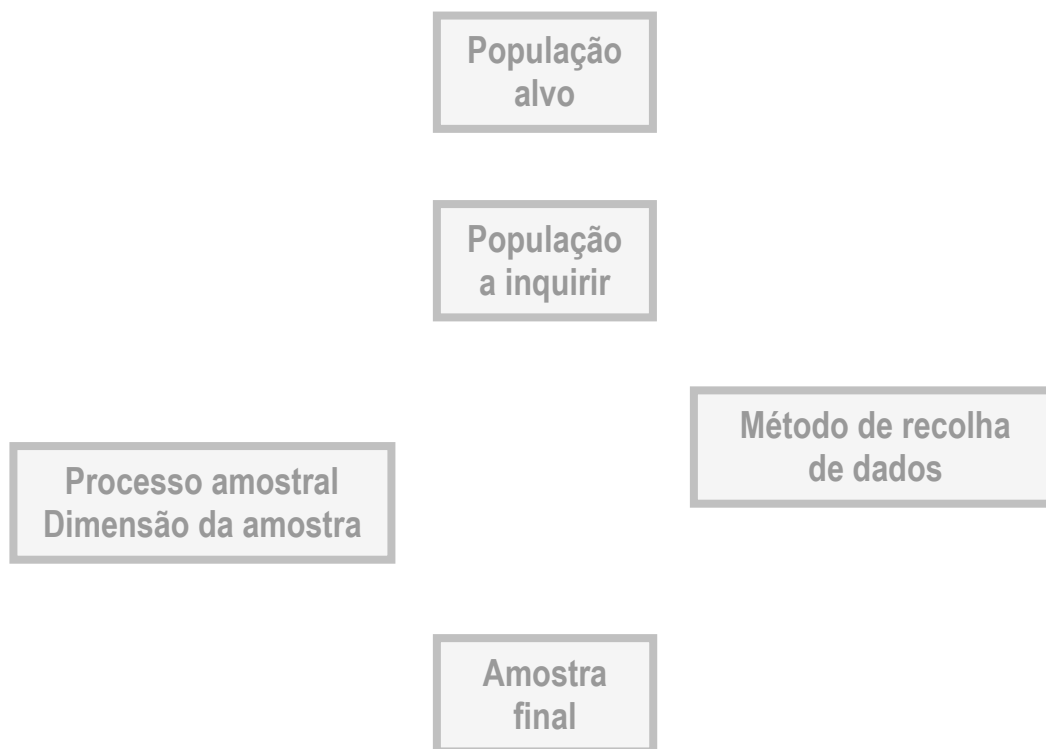
DATA		Agência	Principais Funções	Extinção
1985/1987		Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	Dinamização das relações com os PALOP	
	DL nº162/91	Fundo para a Cooperação Económica;	Dinamizar a cooperação empresarial	
1994		Unidade de Ajuda Humanitária		
1994	DL nº 135/92	Instituto Camões	Responsável pela política cultural externa	
1994	DL nº 60/94	Instituto da Cooperação Portuguesa	Coordenação, acompanhamento e avaliação da política de cooperação para o desenvolvimento	2003
1998	DL nº 267/98	Conselho de Ministros para os Assuntos de Cooperação	Dotar com os mecanismos legais e institucionais as políticas de cooperação	
1998		Comissão Interministerial de Cooperação		
1999		Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento	Apoiar projectos na área das infra estruturas sociais nos países destinatários da cooperação portuguesa	2003
2003	DL nº 5/2003	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento	Supervisão, direcção e coordenação da política de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento	

PARTE II

**Actores de um processo de
(Des)envolvimento**

CAPÍTULO III
Dispositivo Metodológico

Para a realização do nosso trabalho de campo, utilizamos a metodologia proposta por Elisabete Reis, que se pode ver resumida no seguinte quadro, por ela denominado como desenvolvimento de um plano amostral¹⁰¹.



Fonte: Elisabete Reis

A nossa população alvo, foram os cooperantes portugueses em Dili, habitantes de Dili e alunos universitários.

Para a selecção da população a inquirir, em termos de cooperantes, pretendíamos uma mostragem aleatória mas, não conseguimos obter o número exacto de cooperantes portugueses em Dili. O IPAD forneceu-nos uma listagem de nomes mas, onde só constavam aqueles que eram pagos directamente pelo IPAD, ou seja, só o nome dos professores do projecto de reintrodução da língua portuguesa (97 mas, em todo o país), 17 professores na escola portuguesa de Dili e 19 não inseridos em projectos específicos, num total de 133 cooperantes portugueses em Timor. Como o nosso objectivo era uma amostragem de diversas

¹⁰¹ Adaptado de: REIS, Elisabete; *Estatística Aplicada*, vol. 2, Ed. Sílabo, Outubro 1997, Lisboa, pag.26.

áreas, e só na cidade de Dili, optamos como método para a selecção da amostragem a definição de cooperante que consta no Diário da Republica – I Série – A de 14 de Abril de 2004 onde se pode ler: *“considera-se agente da cooperação portuguesa o cidadão que, ao abrigo de um contrato, participe na execução de uma acção de cooperação financiada pelo Estado Português, promovida ou executada por uma entidade portuguesa de direito publico ou entidade de direito privado de fins não lucrativos em países beneficiários”*.

Assim, a amostragem da população a inquirir foi seleccionada dentro das seguintes áreas: educação (docentes da escola portuguesa, docentes do projecto FUP, docentes do Instituto Camões, assessores ministeriais), Militar (estão em Timor 10 cooperantes da área militar, para a distribuição dos inquéritos aos militares foi pedida autorização ao Adido da Defesa e ao Embaixador de Portugal em Timor), área da saúde (AMI) e área do desenvolvimento económico-social. No **quadro 3.1** pode-se ver o número de questionários entregues e recebidos nas diferentes áreas.

Quadro 3.1

Cooperantes	Quest. Entregue	Quest. Recebido
Militares	10	4
FUP	28	19
Escola Portuguesa	17	11
AMI	5	3
Desenvol.	1	1
Instituto. Camões	3	3
Tibar	3	1
Assessor	3	1
Total	70	43

Para a selecção da população a inquirir dentro dos habitantes de Dili, seleccionámos 8 sucos de grande densidade populacional e distribuámos 12 inquéritos em cada suco. Os sucos seleccionados, como se pode ver no mapa

anexo¹⁰², abrangem diversas partes da cidade e, no **quadro 3.2** pode-se observar o número de questionários entregues e recolhidos em cada suco.

Quadro 3.2

Suco	Quest. Entregue	Quest. Recebido
Santa Cruz	12	11
Beira Mar	12	10
Pité	12	6
Fatu- Hada	12	12
Taibessi	12	11
Bécora	12	11
Bidau Lecidere	12	8
Motael	12	10
Total	96	79

Dentro dos sucos, o método utilizado foi “misto”, ou seja, utilizamos uma amostragem por conveniência, que como diz Elisabete Reis “*Este tipo de amostra baseia-se na permissa de que certo tipo de respondentes apresentam uma maior disponibilidade ou se encontram mais acessíveis para responder ao inquérito*”.¹⁰³ A disponibilidade/acessibilidade partiu do interesse em se pronunciarem sobre uma problemática actual, a cooperação Portugal/Timor é recente, os portugueses que foram antigos colonizadores actualmente estão em Timor para ajudar na reconstrução do país; com o domínio do português, para a amostra do estudo foram seleccionadas pessoas que dominassem minimamente o português mas, também, consideramos que a amostragem foi intencional pois a amostra foi constituída com base na opinião de pessoas dos sucos que conheciam o objectivo do nosso estudo e a partir daí seleccionavam os elementos que consideravam poder contribuir para um estudo representativo e fidedigno.

¹⁰² Os nomes dos sucos têm sofrido alterações, pelo que, o nome de alguns sucos não coincidem com os do mapa. Anexo M.

¹⁰³ REIS, Elisabete; *Estatística Aplicada*, vol. 2, Ed. Sílabo, Outubro 1997, Lisboa, pag.39.

Para a amostragem dos alunos universitários, seleccionámos aleatoriamente, 50 alunos dos cursos leccionados por professores portugueses inseridos no projecto de cooperação com a Universidade Nacional de Timor Leste.

Relativamente à metodologia utilizada para o levantamento de dados do trabalho de campo utilizámos a técnica de Inquérito por Questionário. Para a elaboração dos questionários, tivemos em conta a população a quem se destinavam, ou seja, o questionário destinado aos cooperantes portugueses é mais extenso e tem um maior número de perguntas abertas, o questionário destinado à população e alunos timorenses é menor e tem um menor número de perguntas abertas.

Tendo em conta a estrutura, os questionários eram assim constituídos:

Questionário A (cooperantes), composto por três partes principais, na primeira parte pretendíamos saber Quem São e Como Vivem, na segunda parte procurávamos saber O Que Pensam os Cooperantes Portugueses em Timor, na terceira parte denominada Experiência Intercultural, tentávamos saber acerca das suas vivências no seio de um povo culturalmente diferente (anexo E).

Questionário B (habitantes de alguns sucos de Dili), este questionário era constituído por três partes, a saber: Quem São? Como Vivem e, Como Olham os Portugueses, versão em português e em tetum (anexos F e G).

Questionário C (Estudantes da Universidade de Dili), os objectivos deste questionário eram semelhantes aos do Questionário B ou seja, procurávamos também saber Quem São, Como Vivem e Como Olham os Portugueses mas, uma geração diferente da anterior e que diariamente frequenta um curso leccionado por portugueses (anexo H).

Pela população de cooperantes (Questionário A) distribuámos setenta questionários só nos sendo possível recolher quarenta e três.

Pelos habitantes dos sucos (Questionário B) distribuímos noventa e seis questionários e, recolhemos setenta e nove.

Aos alunos Universitários (Questionário C) distribuímos cinquenta questionários e recolhemos quarenta.

O trabalho de campo decorreu entre 13 de Março e 25 de Abril de 2005.

Para a realização do trabalho de campo podemos contar com a colaboração de diversas entidades/pessoas, especialmente para a distribuição e recolha dos questionários, assim, junto dos cooperantes portugueses há a salientar a ajuda prestada pelo Dr. Filipe Silva dos serviços de educação da Cooperação portuguesa, Dra. Ana Ferreira directora da escola portuguesa em Dili, comandante Neto Simões e Dra. Cármen Berimbau do Hotel Timor.

Para a distribuição/recolha junto dos habitantes dos sucos, socorremo-nos de um habitante desse suco que falasse português, e que nos serviu de “intermediário” junto da população desse suco.

Junto dos alunos universitários, foi fundamental o apoio prestado pelo coordenador local do projecto FUP, Dr. Victor Ambrósio e do Prof. Luís Peças.

A maioria dos respondentes dos sucos afirmam saber falar português mas, logo no início do nosso trabalho de campo, apercebemo-nos das dificuldades em entenderem os nossos questionários, pelo que, com a colaboração da Dra Ângela Massa fizemos a sua tradução para tetum, a cada inquirido dos sucos entregávamos um questionário em português e um em tetum.

O inquérito foi tratado usando técnicas de estatística descritiva, nomeadamente medidas de tendência central, como média, moda e mediana e, medidas de dispersão como desvio padrão e coeficiente de variação. Analisaram-se as características da população através das variáveis no sentido de conhecer as suas frequências ou pesos relativos. Estamos a falar de estatística de cariz quantitativo, no entanto, atendendo a que existem perguntas abertas houve a necessidade de tratamento por análise de conteúdo às mesmas, isto quer dizer

que se construíram algumas variáveis e, posteriormente, conceitos a partir de unidades de registo (frases) com base nas perguntas e respostas “abertas”.

No conjunto deste tratamento de informação apresenta-se assim um tipo de análise Quantitativa e Qualitativa. Tanto para as perguntas abertas como para as fechadas houve um procedimento de codificação.

O programa utilizado para a análise Quantitativa foi o SPSS-PC, versão 14.0.

Para a execução dos gráficos utilizou-se o programa Excel.

Para a apresentação do resultado final do trabalho de campo, faremos, quase sempre, a análise pergunta a pergunta com respectivos quadros de resultados, ou gráficos, que permitam uma leitura fácil. Sempre que considerarmos pertinente, as respostas são “enriquecidas” com informações recolhidas na pesquisa bibliográfica de outros autores, que se dedicaram ao estudo de Timor e que sejam importantes para uma melhor compreensão da realidade actual.

CAPÍTULO IV
Na voz dos cooperantes...

4.0 Introdução

A cooperação Portugal/Timor desenvolve-se de acordo com os Planos Indicativos de Cooperação (PIC), assinados pelas entidades responsáveis portuguesas e timorenses. O PIC 2004-2006 foi assinado em Lisboa a 5 de Janeiro de 2004 pela então Ministra dos Negócios Estrangeiros de Portugal Maria Teresa Gouveia, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Timor Leste José Ramos Horta. Este documento estabelece a estratégia da Cooperação Portuguesa para Timor Leste assim como se apontam os três eixos prioritários de intervenção que, como já anteriormente foi referido, são: Educação e Apoio à Reintrodução da Língua Portuguesa; Capacitação Institucional; Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social.

Anualmente, são assinados os Planos Anuais de Cooperação (PAC), em 2005 está em vigor o PAC assinado dia 6 de Janeiro de 2005 pelo presidente do IPAD, José Iglésias Soares e, pela embaixadora de Timor Leste em Lisboa, Pascoela Barreto, com este plano pretende-se concretizar as prioridades e estratégias referidas no PIC, identificando os programas, projectos e acções a desenvolver durante 2005.

Se as políticas e projectos de cooperação são elaborados e assinados por altos responsáveis dos dois países, quem é que no terreno contribui para a execução desses projectos? Quem são esses actores tão importantes na concretização e êxito dos projectos?¹⁰⁴ O que fazem e o que pensam acerca da cooperação portuguesa em Timor, como é o seu relacionamento diário no seio dum povo culturalmente diferente, quais os aspectos que facilitam ou dificultam esse mesmo relacionamento.

Timor, que em 2003, foi considerado pela ONU como um dos países mais pobres do mundo.

¹⁰⁴ Hermano Carmo refere mesmo: “ Da análise dos recursos disponíveis, é nossa convicção que **os mais valiosos são as pessoas envolvidas**, delas dependendo todo o êxito dos projectos.”
in: CARMO, Hermano; *Hipóteses sobre o contributo dos portugueses no processo de reabilitação pós-guerra – A guerra Colonial: realidade e ficção*, atas do 1º congresso internacional, Ed. Notícias. Universidade Aberta, Lisboa, 2001, pag. 7.

4.1 Quem São, Como Vivem

4.1.1 Idade

Os respondentes ao nosso inquérito têm uma média de cerca de 35 anos de idade.

Consideramos esta média bastante representativa e fidedigna pois o desvio padrão de 9,8 anos não é elevado permitindo uma dispersão (coeficiente de variação) de cerca de 28%.

Como se pode ainda observar no **quadro 4.1** a idade mais representativa é a 27 (Moda), e as idades mínimas e máximas são respectivamente 24 e 59 anos.

Quadro 4.1

Idade	
Média	34,95
Moda	27
Desvio-padrão	9,803
Mínima	24
Máxima	59

4.1.2 Sexo

Sem grandes diferenças significativas podemos no entanto verificar que 41,9% dos cooperantes respondentes são homens e que 58,1% são mulheres.

Quadro 4.2

Sexo	Freq.	%
Feminino	25	58,1
Masculino	18	41,9
Total	43	100,0

4.1.3 Profissão/ocupação em Portugal e em Timor

É a área do ensino que mais cooperantes fornece a Timor: a maioria dos nossos inquiridos indicou como profissão base em Portugal a de professor. Este dado não nos surpreende tendo em conta que a educação é um dos vectores principais da política de cooperação com Timor, absorvendo mesmo neste caso 2 desempregados e 1 que, em Portugal, ainda não tinha entrado no mercado de trabalho. (Quadro 4.3)

Em Timor os cooperantes estão ligados às áreas em que já trabalhavam em Portugal, não se registando situações de mobilidade profissional. Existem casos de assessoria ou até consultoria mas mantendo-se ligados a área à qual já pertenciam cá. (Quadro 4.4)

Quadro 4.3

Profissão em Portugal	Freq	%
Professor(a)	30	69,8
Militar	3	7,0
Inspector Educação	1	2,3
Técnico Construção	1	2,3
Desempregada	2	4,7
Enfermeiro	2	4,7
Educadora Infância	1	2,3
Chefe da PSP	1	2,3
Psicóloga	1	2,3
Total	42	97,7
A entrar na vida activa	1	2,3
Total	43	100,0

Quadro 4.4

Profissão em Timor	Freq	%
Professor(a)	32	74,4
Militar	3	7,0
Assessor Ministro	1	2,3
Vice-presidente Escola	1	2,3
Formador Construção	1	2,3
Enfermeiro	2	4,7
Educadora Infância	1	2,3
UNPOL Team Leader	1	2,3
Psicóloga	1	2,3
Total	43	100,0

4.1.4 Habilitações académicas

Como se pode ver no **quadro 4.5**, a maior parte das pessoas têm como grau académico a Licenciatura (81,4%), tratando-se portanto de uma cooperação basicamente constituída por pessoas com um nível superior, o que está de acordo com as funções por eles desempenhadas, como se pode verificar no **quadro 4.4**.

Quadro 4.5

Habilitações Académicas	Freq	%
Licenciatura	35	81,4
Mestrado	3	7,0
Doutoramento	2	4,7
Liceu 7º Ano	1	2,3
12º Ano	2	4,7
Total	43	100,0

4.1.5 Habilitações profissionais

Quadro 4.6

Habilitações Profissionais	Freq	%
Ensino	25	58,1
Ensino - Estágio Pedagógico	3	7,0
Ensino - Estágio Integrado	2	4,7
Técnico Construção	1	2,3
Ensino e Consultora	1	2,3
Chefe do Corpo de Intervenção	1	2,3
Formação Militar	3	7,0
Total	36	83,7
Não Responderam	7	16,3
Total	43	100,0

Como se pode verificar no **quadro 4.6** as habilitações profissionais da maioria dos inquiridos situa-se na área do ensino (70%).

4.1.6 . Há quanto tempo está em Timor? 4.1.7 . Quanto tempo mais irá ficar cá?

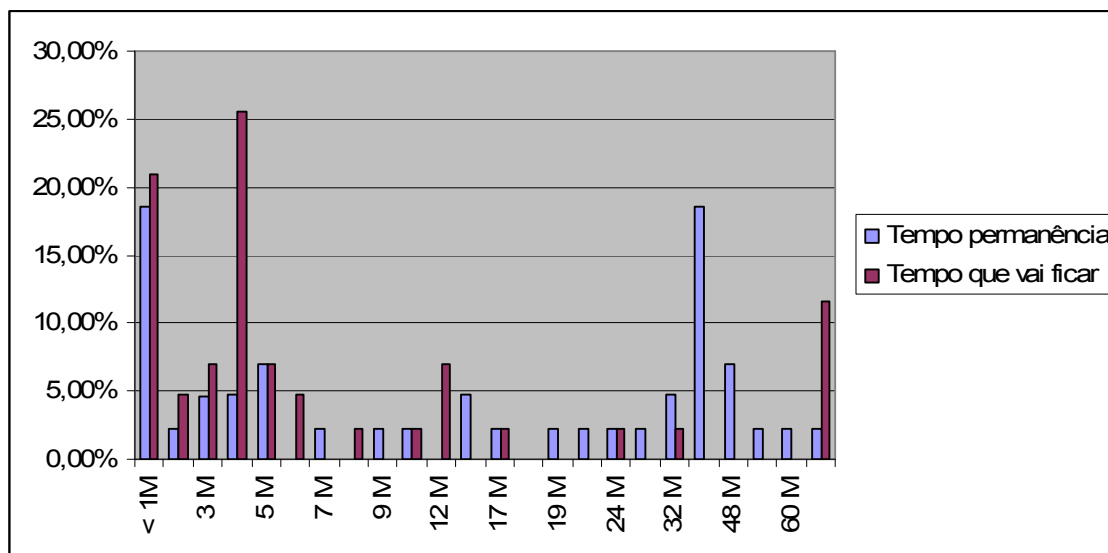
A análise das respostas a estas duas perguntas é feita em simultâneo para que melhor se perceba quanto tempo é que cada cooperante permanece em Timor.

Assim, a análise ao tempo que o cooperante está em Timor, bem como a sua expectativa em ficar está avaliada em meses.

Mas aqui, quer num caso ou noutro a dispersão é muito elevada. Ou seja, existem respostas de todo o tipo e podem ir de 1 mês até aos 60 meses, no caso do tempo em Timor. E no tempo que ainda vai ficar pode ir de 1 mês até aos 32 meses.

Isto quer dizer que a dispersão é enorme, os intervalos de variação são elevados e parece que existe alguma falta de estratégia bem como de segurança face a este estatuto de cooperante.

Gráfico 4.1



Apesar da grande dispersão o maior número de respostas relativas ao tempo de permanência em Timor vai para 1 e 36 meses com iguais percentagens (18,6%).

Em relação ao tempo que vão ficar temos que cerca de 1/4 dos cooperantes irão ficar mais 4 meses enquanto 1/5 irá ficar mais 1 mês Estes dados permitem-nos

concluir, que a maioria dos cooperantes permanece em Timor por curtos períodos de tempo (44,1% estão em Timor há menos de 1 ano e 81,5% também irão ficar menos de 1 ano).

4.1.8 Se, após o término do contrato, lhe propusessem ficar mais tempo, aceitava?

Quadro 4.7

Ficaria após o término do contrato	Freq	%
Sim	22	51,2
Não	15	34,9
Total	37	86,0
NR	6	14,0
Total	43	100,0

Cerca de metade dos nossos inquiridos (51,2%) desejam manter-se em Timor, temos ainda uma percentagem significativa de indecisos (14%). São pessoas que ainda não tomaram uma decisão, ou que esperam por determinadas condições contratuais.

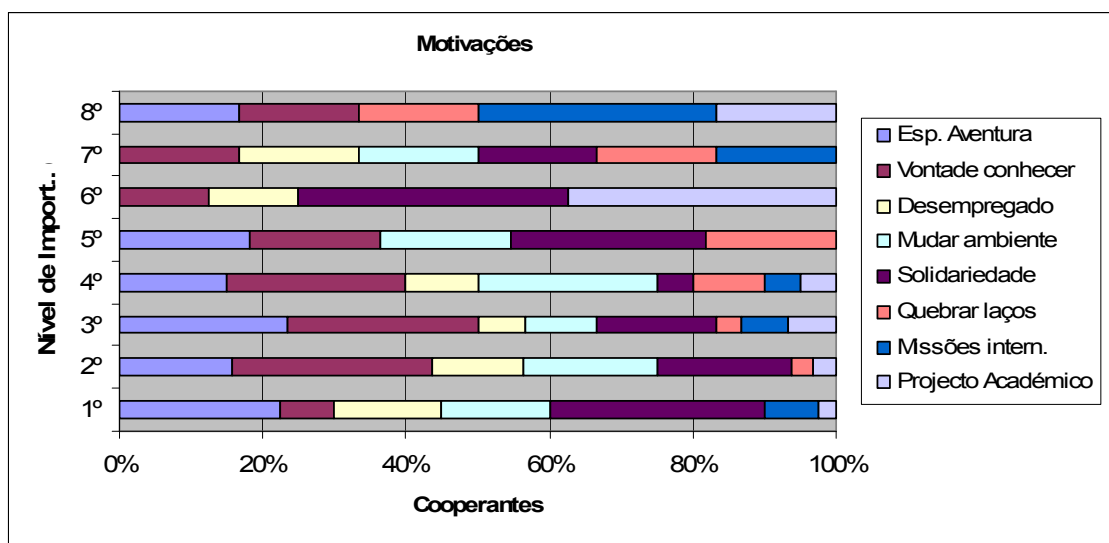
4.1.9 Quais as suas motivações par vir trabalhar para aqui?

Os motivos que trouxeram os nossos inquiridos a Timor são vários, por isso pedíamos que os ordenassem por ordem de importância. Assim, através do **gráfico 4.2** podemos constatar que os imperativos de solidariedade constituíram o principal motivo para cerca de 28% dos respondentes mas, se somarmos a estes os restantes níveis de importância temos que quase 3/4 dos inquiridos nos apontam os motivos de solidariedade como uma das causas pelas quais vieram para Timor. Mas, também não poderemos deixar de ter em conta aqueles que nos apontaram a vontade de conhecer Timor assim como o espírito de aventura, o apelo pelo desconhecido que se tornou parte do imaginário português que durante tantos anos esteve esquecido, como nos diz Miguel Vale de Almeida ao analisar os acontecimentos de 1999, em que Timor foi alvo de sentimentos de solidariedade da generalidade do povo português, da esquerda à direita, nunca

antes vistos “ *porquê Timor Leste (e não, por exemplo, Angola)? Que lugar ele ocupa no imaginário português? Que lugar – Timor é esse, para lá dele e apesar dele? (...) Ao longo dos eventos de 1999, Timor foi imaginado pelos portugueses. A sua pequenez, a distância, a existência de um grande inimigo (a Indonésia), a denuncia de uma ordem internacional injusta em que os fortes (os Estados Unidos) não protegem os fracos foram elementos de uma narrativa de construção de um lugar, a que até se deu um novo nome assim que surgiu a oportunidade (Timor Loro Sae).*”¹⁰⁵

Outro dado a reter da leitura do gráfico, que não coincide com as respostas dadas anteriormente, é a percentagem daqueles que vieram para Timor por não ter emprego em Portugal, como principal motivo temos que 14% dos inquiridos estavam desempregados e, continuando o rumo de análise anterior, ou seja, o somatório dos graus de importância, temos que para quase 40% dos inquiridos o espectro do desemprego foi impulsionador da sua vinda para Timor.

Gráfico 4.2



¹⁰⁵ ALMEIDA, Miguel Vale de; *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*, Editora Celta, 1ª ed., Oeiras 2000, pags. 223,224.

4.1.10 Onde reside?

Mais de 90% dos cooperantes vive em casa alugada pela organização. Existem em Dili dois bairros, denominados bairros dos professores, um para os professores de português, em Vila Verde, outro para os professores do projecto FUP, em Colmera.

Quadro 4.8

Residência	Freq	%
Hotel	2	4,7
Casa alugada pela organização	39	90,7
Casa alugada pelo próprio	2	4,7
Total	43	100,0

4.1.11 Em Timor vive sozinho?

Estas percentagens estão de acordo com a análise anterior, pois 81,4% repartem o espaço com mais cooperantes.

Quadro 4.9

Vive sozinho/acompanhado	Freq	%
Sozinho	8	18,6
Acompanhado	35	81,4
Total	43	100,0

Se respondeu Não, indique com quantas pessoas partilha a casa onde vive?

Quadro 4.10

Número de pessoas com que partilha a casa	Freq	%
2	4	9,2
3	10	23,3
4	2	4,7
+ de 4	19	44,2

Total	35	81,4
Não Responde	8	18,6
Total	43	100,0

De facto a maior parte dos cooperantes vive em casa alugada pelas organizações com mais de 4 pessoas.

4.1.12 Trabalha perto do local onde reside?

Quadro 4.11

Trabalha perto	Freq	%
Sim	35	81,4
Não	7	16,3
Total	42	97,7
Não responderam	1	2,3
Total	43	100,0

Uma elevada percentagem (81,4%) dos cooperantes vive perto do local onde trabalha.

4.1.13 Como resolve o problema das deslocações?

É a pé ou de carro da organização que a maioria dos cooperantes se deslocam.

Quadro 4.12

Meio de deslocação	Freq	%
A pé	12	27,9
De bicicleta	1	2,3
De carro	27	62,8
A pé e de carro	1	2,3
A pé e de bicicleta	2	4,7
Total	43	100,0

4.1.14 Se utiliza algum meio de transporte indique de quem ele é:

A maioria dos cooperantes (67,4%) utiliza o meio de transporte da organização para a qual trabalha.(quadro 4.13).

Quadro 4.13

De quem é o meio de transporte	Freq	%
Do próprio	2	4,7
Da organização para quem trabalha	29	67,4
Total	31	72,1
NR	12	27,9
Total	43	100,0

O recurso a outros meios de transporte é baixo, evidenciando-se a este nível o número daqueles que utiliza o táxi, para este facto não é alheio o grande número de táxis existentes em Dili, como refere Almeida Serra “ *Dili deve ter o maior número de táxis per capita do mundo!...*”¹⁰⁶ esta situação deve-se, como também salienta Almeida Serra, à expansão na concessão de crédito que muitos utilizam para a compra de um táxi

Quadro 4.14

Outro meio de transporte	Freq
Carrinha	1
Táxi	3
Apanha boleia	1
Jeep alugado	1
Total	6

¹⁰⁶ SERRA, António Almeida; *Timor-Leste: os caminhos do desenvolvimento e a cooperação lusófona*; II Encontro de Estudantes dos Países Lusófonos, Escola Politécnica da USP, 22-25 Julho 2004, Conferência, pag.16.

4.1.15 Se o meio de transporte é da organização para que trabalha, responde:

Tem fácil acesso à sua utilização

Quadro 4.15

Fácil acesso ao meio de transporte	Freq	%
Sim	25	86
Não	4	14
Total	29	100

Em relação aos que usam o meio de transporte da Organização, 86% deles refere que tem um fácil acesso na sua utilização (**quadro 4.15**).

Pode usá-lo fora dos períodos de trabalho?

Fora do período de trabalho, cerca de 2/5 dos cooperantes pode utilizar o meio de transporte para as suas deslocações particulares, enquanto 3/5 não o pode fazer.

Quadro 4.16

Utilização do meio de transporte fora do período de trabalho	Freq	%
Sim	12	41
Não	17	59
Total	29	100

4.1.16 Em Timor, com que tipo de actividades ocupa os seus tempos livres?

Quanto à forma como são passados os tempos livres, podemos, a partir de uma construção de scores que representam a comparação de médias, construir um escalonamento da ordem de importância.

Assim temos do mais importante para o menos importante:

Literatura ⇒ (2,52)	Computador / Net ⇒ (3,25)
Convívio ⇒ (2,69)	Música e discos ⇒ (3,58)
Passeios ⇒ (2,97)	Fotografia e Vídeo ⇒ (4,61)

Um número mais reduzido de cooperantes (8) refere outras actividades, que vão desde o Desporto ao Xadrez. Importa realçar que as pessoas não ficam isoladas nem se fecham unicamente no trabalho, acabam por desenvolver redes sociais onde ocupam os seus tempos.

4.1.17 A sua actividade de cooperação desenvolve-se no seio de:

Quase 90% dos cooperantes respondentes afirmam trabalhar para uma Organização Oficial.

Quadro 4.17

Tipo de organização	Freq	%
Organização Oficial	38	88,4
Organização Não Governamental	5	11,6
Total	43	100,0

4.1.18 Em que área?

E a este respeito percebemos que é a área da Educação aquela que mais cooperantes têm, o que podemos considerar normal pois uma das vertentes principais da cooperação portuguesa é contribuir para a reintrodução da língua portuguesa, seguindo a Militar e Segurança e logo a seguir a Saúde.

Quadro 4.18

Área de trabalho	Freq	%
Educação	35	81,4
Saúde	3	7,0
Militar e Segurança	4	9,3
Desenvolvimento Local	1	2,3
Total	43	100,0

4.1.19 É a sua primeira missão em Timor?

Quanto a conhecer se estamos perante cooperantes com experiência ou não a estes níveis de trabalho e missões em Timor, pode-se dizer que estamos perante um equilíbrio. Pois 51,2% referiu que é a sua primeira missão, mas 46,5% referiu que já não é a sua primeira missão.

Quadro 4.19

Primeira missão	Freq	%
Sim	22	51,2
Não	20	46,5
Total	42	97,7
Não Respondeu	1	2,3
TOTAL	43	100,0

4.1.20 Se já desenvolveu missões anteriores, indique quantas

Em relação aos que responderam que não é a sua primeira missão, temos que a maior percentagem (42%) já fez 2 Missões, seguindo-se cerca de 1/4 dos cooperantes com uma e três 3 Missões.

Quadro 4.20

Número de missões	Freq	%
1	5	26,0
2	8	42,0
3	5	26,0
4	1	6,0
Total	19	100,0

Tendo em conta os dados anteriores, relativos ao tempo de permanência em Timor, concluímos que um número significativo de cooperantes faz várias missões de curta duração, como exemplo desta situação temos os professores do projecto da FUP que estão em Timor por períodos de cerca de 2/3 meses.

4.1.21 Escolha uma opção relativa ao tempo (total) que já permaneceu em Timor

Após analisarmos a distribuição de frequências verificámos que a dispersão é enorme. Vai desde 1 mês até o máximo de 54 meses. Mas, se 14% dos inquiridos está em Timor há três anos, cerca de 28%, portanto o dobro, está em Timor por um período de tempo igual ou inferior a seis meses.

4.1.22 Alguma dessas estadas em Timor ocorreu antes de Outubro de 1999?

Quadro 4.21

Estadas antes de 1999	Freq	%
Sim	0	0,0
Não	39	90,7
Total	39	90,7
NR	4	9,3
Total	43	100,0

Praticamente a totalidade dos cooperantes refere que as suas estadas já são posteriores a 1999. Estamos a falar de uma percentagem de 90,7 %. Não responderam a esta questão 9,3% dos inquiridos.

4.1.23 Em missões posteriores a Outubro de 1999, esteve ligado sempre à mesma Organização?

Como se pode verificar através do **quadro 4.22**, a maioria (67,4%) dos inquiridos que já realizaram mais que uma missão, estiveram sempre ligados à mesma Organização.

Quadro 4.22

Mesma organização?	Freq	%
Sim	29	67,4
Não	3	7,0
Total	32	74,4
NR	11	25,6
Total	43	100,0

4.1.24 A sua actividade de cooperação desenvolveu-se sempre no ramo/sector a que agora está ligado?

Quadro 4.23

No mesmo ramo/área	Freq	%
Sim	43	100,0
Não	0	0,0

Todos os cooperantes (100%) desenvolveram a sua actividade no mesmo ramo/sector mas, se tivermos em conta, a resposta à pergunta anterior, temos que os 7% que mudaram de organização continuam a trabalhar dentro do mesmo sector em que já trabalharam, assim podemos concluir da existência de várias organizações a desenvolver o mesmo tipo de trabalho, o que nos vem confirmar os dados já referidos que nos diziam haver varias entidades envolvidas no mesmo projecto.

4.2 O Que Pensam os Cooperantes Portugueses em Timor

4.2.1 Antes de chegar a Timor, quais as suas expectativas acerca do trabalho que vinha realizar?

São muitas e diferentes, em termos de conteúdo e características, as expectativas que os cooperantes tinham do trabalho a desenvolver. Assim, apenas apresentaremos aquelas que nos foram referidas por um maior número deles. Assim temos:

- *Realizar um trabalho útil e em condições difíceis;*
- *Curiosidade em saber como iriam ultrapassar a barreira linguística;*
- *Curiosidade em saber como iria ser implementado o projecto;*
- *Encontrar um país pobre com cultura muito diferente;*
- *Colaborar na divulgação de língua portuguesa que todos queriam aprender;*

Se a expectativa dominante era a da curiosidade, também obtivemos mas, com menor frequência, aqueles que nos disseram ter expectativas péssimas (2 pessoas) e, duas que referiram positivas/elevadas.

Alguns cooperantes afirmam não terem grandes expectativas porque as informações que detinham ou eram escassas ou nulas.

Mas, obtivemos uma resposta de um cooperante que gostaríamos de aqui realçar: *“foram-me dadas informações que me permitiram preparar, tendo presente que deveria ser feita adequada gestão entre o que deveria ser feito e o que é possível tendo em conta a realidade”*

Estas respostas permitem-nos concluir que as expectativas criadas estão intimamente relacionadas com o conhecimento/ou não das condições em que o trabalho que se vai desenvolver.

4.2.2 Antes de vir para o terreno tinha algum conhecimento acerca do projecto que a sua organização está a desenvolver em Timor?

A maioria (76,7%) dos respondentes tinha conhecimento do projecto que vinha desenvolver. No entanto, em termos estratégicos e de organização, além de tratar-se de cooperação, é elevada a percentagem daqueles que afirmaram que desconheciam o projecto que a organização estava a desenvolver (20,9%)

Quadro 4.24

Conhecimento do projecto	Freq	%
Sim	33	76,7
Não	9	20,9
Total	42	97,7
NR	1	2,3
Total	43	100,0

4.2.3 Foram-lhe explicitadas as condições em que o seu trabalho se iria desenvolver?

No mesmo rumo da análise anterior é elevada a percentagem (48,8%) daqueles que acham que apesar de lhes ter sido explicado as condições em que o trabalho se irai desenvolver, tal foi feito numa forma insuficiente

Quadro 4.25

Condições de trabalho	Freq	%
Sim	19	44,2
Não	3	7,0
De forma insuficiente	21	48,8
Total	43	100,0

4.2.4 Foi-lhe ministrada alguma preparação específica para o tipo de missão que está a desenvolver ou para o tipo de realidade que veio a encontrar?

Ainda numa forma coerente com as variáveis anteriores também aqui e em termos de preparação específica encontramos uma percentagem de 81,4% de cooperantes que afirmam não terem tido qualquer formação para as condições que viriam a encontrar bem como para o tipo de Missão que se lhes deparou.

Quadro 4.26

Formação específica	Freq	%
Sim	7	16,3
Não	35	81,4
Total	42	97,7
Não Responderam	1	2,3
Total	43	100,0

4.2.5 Em caso de resposta afirmativa, como definiria esse tipo de preparação?

Quadro 4.27

Tipo de preparação	Freq	%
Adequada	2	4,7
Útil	1	2,3
Suficiente	1	2,3
Insuficiente	4	9,3
Total	8	18,6

Dos inquiridos que nos responderam ter tido preparação específica, cerca de metade considera-a insuficiente.

4.2.6 Tinha alguns conhecimentos de tetum?

É revelador o nível praticamente nulo acerca do conhecimento do Tétum (95,3%), atendendo a que 42% dos nossos inquiridos já fizeram duas missões em Timor e 26% já realizaram três missões, consideramos importante aqui referir a opinião de Geoffrey Hull (estudioso do Tetum e defensor da língua portuguesa como língua oficial de Timor) emitida em 2001 durante o Congresso do CNRT em que diz “ *É também oportuno recomendar a todos os indivíduos que venham a Timor como professores de português que façam o esforço de aprender o tetum. Tal gesto de respeito pela língua partilhada pela maioria da população, iria comprovar a todos que o trabalho de restauração da língua portuguesa em Timor- Leste não tem qualquer agenda neocolonialista* ”.¹⁰⁷

Quadro 4.28

Conhecimento de tetum	Freq	%
Sim	2	4,7
Não	41	95,3
Total	43	100,0

4.2.7 Se respondeu Não, refira se lhes foram facultados alguns meios de aprendizagem da língua?

A maioria dos inquiridos (60,5%) dizem-nos que não lhes foram facultados meios de aprendizagem de tetum.

Quadro 4.29

Ministrada formação de tetum	Freq	%
Sim	15	34,9
Não	26	60,5
Total	41	95,3
NR	2	4,7
Total	43	100,0

¹⁰⁷ HULL, Geoffrey; *Timor – Leste Identidade, Língua e Política Educacional*, Instituto Camões, Lisboa 2001, pag. 47.

4.2.8 Já em Timor, que expectativa mantinha acerca do trabalho que iria realizar?

Também a este nível as múltiplas expectativas revelam a mesma falta de conhecimento de uma realidade que só se constrói à medida que o desempenho vai avançando no papel de cooperante. Aqueles que nos referiram, na pergunta 27, não ter expectativas, continuam sem elas, porque entendem que cada um faz o que quer, os que manifestaram curiosidade em relação a como ultrapassar a barreira linguística, consideram que o trabalho por eles desenvolvido é mais útil do que imaginavam mas, de facto, o falarem línguas diferentes constitui um grande entrave.

Quem nos disse ter expectativas positivas/elevadas, no terreno, considera não haver resposta nem empenho por parte dos timorenses.

- A maioria dos respondentes considera ser difícil implementar o projecto apontando para tal os seguintes factores:
- Debilidade linguística dos alunos;
- Desorganização das instituições e inércia dos timorenses;
- Abaixamento drástico do grau de exigência (os alunos não estão preparados para estar no ensino superior);
- Inexistência de directores técnicos e coordenadores para tornar as acções mais eficazes.¹⁰⁸

4.2.9 No seu dia a dia, no terreno, em Timor, consegue aperceber-se dos efeitos/resultados do trabalho que desenvolve?

Como se pode verificar no **quadro 4.30**, a maioria dos cooperantes (76,7%) afirma conseguir aperceber – se dos efeitos do seu trabalho no dia a dia.

¹⁰⁸ A ausência de directores técnicos, no terreno, também foi apontada como uma das lacunas no processo de cooperação portuguesa, na avaliação feita pelo CAD da OCDE em 2005.

Quadro 4.30

Percepção dos efeitos do trabalho	Freq	%
Sim	33	76,7
Não	8	18,6
Total	41	95,3
NR	2	4,7
Total	43	100,0

4.2.10 Sente que a sua actividade se desenvolve de acordo com parâmetros e objectivos previamente delineados e passíveis de posterior avaliação?

Quadro 4.31

Objectivos previamente delineados	Freq	%
Sim	25	58,1
Não	15	34,9
Total	40	93,0
NR	3	7,0
Total	43	100,0

58,1% afirmam que o seu desempenho se desenvolve de acordo com objectivos previamente delineados e passíveis de posterior avaliação. As razões para que tal aconteça são as seguintes:

- ➔ Realização de relatórios para avaliação;
- ➔ Verificar a evolução dos alunos a falar português;
- ➔ A médio prazo verificar-se-ão situações de empregabilidade;
- ➔ Elogios de várias entidades oficiais timorenses;

Aqueles que consideram que a sua actividade não se desenvolve de acordo com objectivos delineados são em menor número mas, as razões por eles apontadas são em número superior e algumas estão em consonância com as expectativas por eles anteriormente referidas, ou seja:

- Os projectos não se adaptam à situação de Timor;
- A definição de estratégias parte da experiência “de terreno”;
- Conhecimentos linguísticos dos alunos são deficientes;
- Desorganização das entidades Oficiais;
- Fraca definição de Metas e Objectivos;
- Às constantes alterações de Metas e Objectivos;
- A pouca sensibilização para o estudo e aprendizagem dos alunos;
- Falta de Planeamento, Execução e Avaliação do projecto;
- Ausência de controlo de qualidade do processo de cooperação;

Considerando estas respostas e o que nos diz o IPAD, “ *aquando da elaboração dos projectos, o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento distribui pelas entidades executoras/promotoras formulários específicos de apresentação de projectos que contemplam diversos itens, nomeadamente o cronograma de execução, objectivos concretos e específicos, bem como a aferição dos resultados a serem atingidos.*”(anexo 4) Concluimos existir uma deficiente comunicação entre as entidades promotoras dos projectos e aqueles que no terreno desenvolvem esses projectos.

4.2.11 No âmbito da sua Organização existem instrumentos de avaliação que permitam medir/avaliar os efeitos/resultados de um Projecto de Cooperação?

Quanto à existência ou não dos instrumentos de avaliação no âmbito da organização, como se pode observar no **quadro 4.32**, a maioria (60,5%) diz que existem mas, ainda é elevada a percentagem daqueles que consideram o contrário (37,2%).

Quadro 4.32

Instrumentos de avaliação	Freq	%
Sim	26	60,5
Não	16	37,2
Total	42	97,7
NR	1	2,3
Total	43	100,0

Se respondeu **Sim**, enumere alguns desses instrumentos

Os instrumentos que existem e que foram referidos por aqueles que reconhecem a sua existência, estão assim apresentados bem como distribuídos percentualmente por grau de referência. É de salientar o peso dos relatórios¹⁰⁹, bem como dos testes e resultados dos alunos como meio de avaliação. Falta pois processos de controlo de qualidade inerente a uma visão holística das actividades implícitas ao desempenho e prossecução de objectivos, o que se torna ainda mais difícil quando os mesmos objectivos são alterados constantemente, como referiram anteriormente, revelando a falta de política e estratégia quer global, quer sectorial.

Quadro 4.33

Tipo de Instrumentos de avaliação	Freq	%
Testes e resultados dos alunos	5	11,6
Frequências de aulas e resultados	3	7,0
Programas e materiais didácticos	1	2,3
Relatórios	7	16,3
Avaliação pelo coordenador	1	2,3
Relatórios e reuniões de grupo	2	4,7
Material didáctico e nº de formadores timorenses	1	2,3
Regulamentos de avaliação de desempenho	2	4,7

¹⁰⁹ Referem-nos os relatórios como instrumentos de avaliação mas, posteriormente, na resposta a outra questão, dizem-nos não terem qualquer feed back desses mesmos relatórios, pelo que podemos concluir, que apesar de considerarem os relatórios como instrumento de avaliação, os cooperantes não têm conhecimento dos resultados dessa mesma avaliação.

Total	22	84,6
NR	4	15,4
(NOTA: Aqui o Universo deviam ser os 26 da Anterior) Total	26	100,0

4.2.12 Opinião/sensibilidade acerca da importância – para o desenvolvimento de Timor – do projecto em que está a trabalhar

A este respeito quase a totalidade dos cooperantes (83,7%) considera que se trata de um projecto “Importante” para o desenvolvimento de Timor.

Quadro 4.34

Importância do projecto para o desenvolvimento de Timor	Freq	%
Importante	36	83,7
Apropriado	5	11,6
Irrelevante	1	2,3
Total	42	97,7
NR	1	2,3
Total	43	100,0

Explicite as razões da sua escolha

- As razões para tais opiniões são em grande número, pelo que apresentaremos aquelas que um maior número de cooperantes referiu:
 - Aumentar a Formação em Timor
 - Dar oportunidade aos alunos de contactarem com materiais pedagógicos;
 - Desenvolver a educação em Timor mantendo professores portugueses;
 - Vontade de Timor (re)introduzir o Português como símbolo, identidade e língua oficial;
 - Preparar Quadros Técnicos Timorenses;
 - Saber que o português é uma língua associada à “Resistência”;
 - Saber que os portugueses ajudam a desenvolver Timor;

- Ajudar os timorenses a resistirem à assimilação cultural e linguística da Indonésia e Austrália;
- Perceber e ajudar o povo timorense para que este não se sinta “voltado para o mar”
- Ajudar na formação e no desenvolvimento para a empregabilidade e para o auto-emprego;
- Ajudar a reforçar uma Identidade nacional distinta da Indonésia
- Incentivá-los a trabalhar

4.2.13 No dia a dia de realização das suas tarefas de cooperação, no dia a dia de relacionamento com os destinatários dessa cooperação, no dia a dia da sua vida em Timor, a sua percepção acerca da necessidade/utilidade (reconhecida pela população local) em relação ao projecto em que está envolvido

A percentagem daqueles que considera que o seu trabalho é reconhecido como imprescindível (46,5%) está muito próxima daqueles que o consideram adequado (44,2%). Tendo em conta a resposta à pergunta anterior, ou seja, a importância que os cooperantes atribuem ao seu próprio trabalho para o desenvolvimento de Timor e, a importância que consideram que os timorenses lhe atribuem, temos uma diferença de cerca de 40% assim, a percepção que os cooperantes têm acerca da forma que os timorenses vêem esse trabalho é inferior ao esforço que desenvolvem.

Quadro 4.35

Reconhecimento	Freq	%
Imprescindível	20	46,5
Adequado	19	44,2
Dispensável	0	0,0
Total	39	90,7
NR	4	9,3
Total	43	100,0

Explicita as razões da sua escolha

Para tal as razões são várias, e apresentadas de seguida:

- ⇒ Número de docentes inferiores às necessidades;¹¹⁰
- ⇒ Conhecimentos de base inferiores às exigências do Ensino
- ⇒ A Língua Portuguesa é oficial
- ⇒ Os alunos reconhecem as necessidades e desejam aprender
- ⇒ O orgulhos que os pais têm por ter filhos formados em Português
- ⇒ A percepção da necessidade de criar identidade própria
- ⇒ A dificuldade perante o facto da língua portuguesa não ser usada quotidianamente
- ⇒ Reconhecimento do trabalho dos professores quer pelos alunos como pelos encarregados de educação;
- ⇒ O próprio “Projecto” deve repensar a sua projecção e imagem. Pois isso melhora a imagem construída pelos destinatários.

4.2.14 Dispõe de apoio e incentivo por parte das chefias das organizações e serviços a que está ligado?

Relativamente ao apoio e incentivo das chefias, a maior parte dos cooperantes reconhece-os (62,8%). No entanto ainda é considerável a percentagem de 30,2% que acha que não dispões de apoio e incentivo por parte das chefias e serviços a que está ligado.

Quadro 4.36

Apoio e incentivo das chefias	Freq	%
Sim	27	62,8
Não	13	30,2
Total	40	93,0
NR	3	7,0
Total	43	100,0

¹¹⁰ Os docentes têm consciência, que os timorenses consideram que o bahasa foi amplamente implementado durante vinte cinco anos, devido ao número elevado de professores indonésios no terreno.

4.2.15 Enumere alguns tipos de apoio que lhe faltem e que considere imprescindíveis

Na opinião dos cooperantes, são diversos os apoios que lhes faltam, assim, apresentaremos apenas os principais e que foram referidos por um maior número de inquiridos:

- ⇒ Falta de materiais didácticos e pedagógicos;
- ⇒ Falta de apoio logístico, administrativo; técnico e metodológico;
- ⇒ Falta de organização das entidades responsáveis pelos projectos assim como das estruturas locais envolvidas. Esta falta de organização reflecte-se a vários níveis, tais como: falta de preparação dos cooperantes, ausência de planeamento do trabalho, falta de informação, ausência de formação contínua adequada e falta de coordenação entre os responsáveis pelo projecto e as pessoas que estão no terreno;
- ⇒ Falta de recursos humanos;
- ⇒ Falta de formação em tetum;
- ⇒ Falta de feed back sobre os relatórios;
- ⇒ Falta de apoio médico e psicológico

4.2.16 Acha que o seu trabalho se tem concretizado de uma forma eficaz?

Na auto-avaliação feita pelos cooperantes destaca-se que cerca de 3/4 dos respondentes considera que o seu trabalho se tem concretizado numa forma eficaz.

Quadro 4.37

Eficácia do trabalho	Freq	%
Sim	32	74,4
Não	6	14,0
Total	38	88,4
NR	5	11,6
Total	43	100,0

As principais razões apontadas são:

- ⇒ Os resultados dos alunos são positivos;
- ⇒ Os professores timorenses dominam melhor o português;
- ⇒ Os jovens já brincam e cantam em português;
- ⇒ Apesar das dificuldades alguns objectivos vão sendo concretizados;
- ⇒ O empenho pessoal ultrapassa a falta de condições das escolas;
- ⇒ Verificam-se algumas mudanças de comportamento e aumento de competências por parte dos timorenses;
- ⇒ Alguns recém formados entram no mercado de trabalho;

Quanto às razões apontadas que conduzem a que o trabalho não esteja a ser concretizado de uma forma eficaz, algumas prendem-se com a falta de apoios já anteriormente referidos, ou seja:

- Falta de planeamento;
- Falta de infra-estruturas;
- A enorme vontade em apresentar resultados faz esquecer a qualidade do trabalho. Atendendo a que a maioria dos nossos inquiridos são professores, concluímos que estes consideram que o trabalho que estão a desenvolver enferma dos mesmos defeitos dos apontados aos indonésios, ou seja, o que é preciso é trabalhar para os números em detrimento da qualidade do ensino.
- Dificuldade no “terreno” em comunicar com os locais e, fazer passar as ideias. Mais uma vez constatamos a grande dificuldade que os cooperantes sentem em termos de comunicação, a ausência de conhecimentos de tetum impede-os de concretizar um trabalho eficaz, um dos pressupostos de um trabalho de cooperação é a colaboração entra duas partes para atingir objectivos comuns, ora, não havendo comunicação a eficácia do trabalho desenvolvido fica aquém do desejado.

4.2.17 Na sua avaliação os resultados obtidos estão:

A avaliação dos resultados obtidos está para a maioria (53,5%) dos cooperantes num patamar “Como Previsto”. E para 7% “Ultrapassaram o Previsto”, “ Abaixo do Previsto” temos uma opinião de 32,6%.

Quadro 4.38

Avaliação dos resultados	Freq	%
Abaixo do previsto	14	32,6
Como previsto	23	53,5
Ultrapassaram as previsões	3	7,0
Total	40	93,0
NR	3	7,0
Total	43	100,0

4.2.18 Enumere aqueles que, em seu entender, são os principais obstáculos que entram (ou retiram eficácia) ao desenvolvimento do seu trabalho:

Tal como na resposta à pergunta 41, também aqui, os factores referidos como obstáculos ao desenvolvimento do trabalho são muitos, pelo que também só referiremos os principais e que foram apontados por um maior número de cooperantes:

- Barreiras linguísticas, estas barreiras manifestam-se não só com os alunos mas também com os colegas (professores) timorenses;
- Desconhecimento do tetum;
- Falta de bases dos alunos e, habituados a um tipo de ensino muito memorizado;
- Falta de empenho do governo timorense;
- Desorganização das entidades responsáveis pelos projectos;
- Falta de logística, tanto para professores quanto para alunos;
- Deficientes condições de saúde e alimentares por parte dos alunos;
- Falta de material didáctico e pedagógico adequados ao desempenho;
- Mudanças constantes nas políticas locais;
- Falta de comunicação entre pessoal docente português e timorense;
- Recursos humanos escassos;
- Falta de informação e de ligação com as entidades locais;
- Fraca cooperação local;

- Falta de selecção e preparação do pessoal que vem para o terreno;
- Fraca assiduidade dos alunos;
- Os pais não apoiam os alunos em casa a falar português.

4.2.19 projecto em que está a trabalhar envolve outros parceiros?

Dos inquiridos que responderam a esta questão, a maioria (72,1%) refere que as entidades parceiras envolvidas no projecto que estão a desenvolver são entidades Oficiais. Cerca de 11% refere ter como parceiros de projecto Organizações Não Governamentais. Também, como se pode ver no quadro, nestes mesmos projectos os parceiros distribuem-se de uma forma uniforme entre portugueses e timorenses, aqueles que referem ter como parceiros entidades de Outros Estados são em número reduzido mas, da leitura do quadro também concluímos que há projectos com mais de um parceiro envolvido

Quadro 4.39

Entidades Parceiras do projecto	Freq	%
Oficiais	31	72,1
Não Governamentais	5	11,63
Não Responderam	7	16,27
Total	43	100

Quadro 4.40

Parceiros do projecto	Freq
Portugueses	23
Timorenses	24
Outros Estados	4
Agências Internacionais	3

Se, referiu parceiros timorenses, explicita a opinião acerca do seu grau de envolvimento e empenhamento, estabelecendo um relação com a leitura que fez acerca da eficácia do projecto:

Também aqui são várias as razões apresentadas, assim temos:

- Diferenças de perspectiva entre os Portugueses e os Timorenses sobre o que é o Ensino;
- Falta de capacidade pedagógica dos professores Timorenses;
- Antagonismo de interesses;
- Parceiros Timorenses pouco participativos;
- Falta de ligação entre os vários cursos;
- Falta de qualificação profissional
- Falta de formação específica
- Dificuldade na escolha de estratégias e metodologias adaptadas na sala de aula.
- Necessidade na criação da figura de Coordenador da Cooperação
- Inexperiência no Ministério da Educação Timorense com pouca eficácia organizativa
- O baixo nível cultural influencia o fraco empenho Timorense
- Pouco dinamismo nas actividades;
- O cumprimento de alguns objectivos deve-se ao empenho dos parceiros Portugueses;
- Falta de entendimento entre poder político e poder militar.

4.2.20 Considera que o esforço de cooperação portuguesa em Timor atinge níveis de notoriedade:

A maioria dos cooperantes portugueses em Timor (51,2%) considera que o esforço de cooperação atinge níveis de notoriedade “Abaixo do investimento realizado” (em 2005 o montante atribuído pelo IPAD à cooperação portuguesa com Timor foi de 29 500 000 euros).

Ninguém considera “Muito acima”, ou “Muito abaixo do investimento realizado”, e uma grande percentagem considera “Ao nível do investimento realizado” (41,9%).

Quadro 4.41

Níveis de notoriedade	Freq	%
Muito acima do investimento realizado	0	0
Acima do investimento realizado	2	4,7
Ao nível do investimento realizado	18	41,9
Abaixo do investimento realizado	22	51,2
Muito abaixo do investimento realizado	0	0
Total	42	97,7
Não Responderam	1	2,3
Total	43	100,0

4.2.21 Que visibilidade para a Cooperação Portuguesa?

Na óptica dos nossos inquiridos a visibilidade da cooperação Portuguesa situa-se entre o “Razoável” (34,9%) e “Mediana” (30,2%), um número inferior mas, não muito distante considera-a “Evidente” (20,9%).

É ainda de registar os 7% que consideram essa visibilidade “Dominante” e, 4,7% que a consideram “Insignificante”. Não responderam a esta questão 2,3% dos inquiridos.

Quadro 4.42

Visibilidade da cooperação	Freq	%
Dominante	3	7,0
Evidente	9	20,9
Razoável	15	34,9
Mediana	13	30,2
Insignificante	2	4,7
Total	42	97,7
Não Responderam	1	2,3
Total	43	100,0

4.3 Experiência Intercultural

4.3.1 Fora do âmbito específico do trabalho que desenvolve em Timor, olhemos o seu dia a dia, os momentos de pausa e de convívio, os seus relacionamentos...

A sua rede de relacionamentos constrói-se essencialmente com: Timorenses, Portugueses, outros expatriados?

Fora do âmbito de trabalho podemos dizer que os cooperantes constroem a sua rede de relacionamentos segundo o seguinte grau de intensidade:

Em primeiro lugar, com maior importância, temos os Portugueses, depois os Timorenses e por fim outros expatriados.

Quadro 4.43

Relacionamentos	Média
Rede de Relacionamentos com Timorenses	2,03
Rede de Relacionamentos com Portugueses	1,43
Rede de Relacionamentos com outros expatriados	2,45

4.3.2 No convívio com a população local, a língua constitui uma barreira?

Como se verifica na leitura do **quadro 4.44**, uma grande parte (67,4%) acha que a língua é efectivamente uma barreira para o desenvolvimento do convívio e de redes de sociabilidade entre os cooperantes e a população local. No entanto regista-se uma taxa de 27,9% que acha o contrário.

Quadro 4.44

Barreira linguística	Freq.	%
Sim	29	67,4
Não	12	27,9
Total	41	95,3
Não Responderam	2	4,7
Total	43	100,0

Em que aspectos concretos?

Vejamos algumas dos facto e circunstâncias apontados:

- Transmissão de experiências prejudicadas pela comunicação deficiente
- Dificulta na troca de informações quotidianamente
- Para apanhar um Táxi
- Na negociação nos mercados
- Num supermercado à procura de produtos
- A classe dos 15 aos 35 não fala nem quer aprender português.

Os que são de opinião contrária defendem que existe sempre troca de conhecimentos porque, na prática, existe uma aprendizagem de tetum que leva a que as barreiras desapareçam.

4.3.3 Baseando-se na sua experiência no terreno, enumere outros factores que possam condicionar (facilitar ou dificultar) um maior contacto vivencial com os timorenses.

Facilitam o contacto:

São muitos os factores que os cooperantes apontam como facilitadores do relacionamento entre as duas comunidades pelo que apresentaremos apenas aqueles que nos foram apontados pela maioria:

- ✓ Amizade entre os dois povos;
- ✓ Cultura;
- ✓ Religião católica;
- ✓ Futebol (a maioria dos timorenses são profundos conhecedores do futebol português);
- ✓ Língua (o tetum utiliza muitas palavras adaptadas do português);
- ✓ Razões histórico-culturais;
- ✓ O quererem aprofundar o português;
- ✓ Vontade de quererem contactar com portugueses;
- ✓ Demonstrarmos conhecimentos ou vontade em os adquirir, acerca de usos e costumes locais;
- ✓ Respeito pelos costumes locais.

Dificultam o contacto

Quanto aos aspectos que consideram dificultar o relacionamento, eles ainda são em maior número. A saber:

- ✗ O facto de ser estrangeiro, a arrogância e prepotência de alguns estrangeiros afastam os timorenses;
- ✗ Excesso de trabalho que impossibilita um maior relacionamento;
- ✗ Dificuldades linguísticas;
- ✗ Falta de cultura geral e de espírito crítico;
- ✗ Existência de barreiras e preconceitos sócio-culturais;
- ✗ Excessiva ligação à religião;
- ✗ O facto de ser “mulher”;
- ✗ Falta de envolvimento social de alguns portugueses e manifestações por parte destes de sentimentos de superioridade cultural e arrogância;
- ✗ Negligência no respeito e aprendizagem dos costumes locais;
- ✗ Alguma arrogância dos jovens timorenses;
- ✗ Diferenças económicas e financeiras;
- ✗ Ideologias distintas.

Não sendo nosso propósito, considerar uns factores mais importantes que outros, consideramos no entanto significativo, os nossos inquiridos terem mencionado factores comuns, que podem constituir um aspecto facilitador ou obstáculo ao relacionamento entre as duas comunidades. No capítulo em que abordámos a história de Timor, ficou claro que a presença portuguesa ao longo dos séculos em Timor, foi aceite de uma forma pacífica dado que estes nunca se intrometeram muito nos usos e costumes locais e, da nossa experiência no terreno, confirmamos que o interesse por nós demonstrado em relação à cultura timorense constitui um factor muito importante de aproximação.

O outro aspecto é a questão da religião católica, sem dúvida, que este é um factor que aproxima os dois povos e que constitui um dos pilares da identidade cultural timorense dado o papel que desempenhou ao longo dos séculos, foram as ordens religiosas as responsáveis pelo ensino durante quase toda a permanência portuguesa mas, os timorenses aderiram em massa a esta religião apenas nos anos oitenta (há autores que apontam para apenas 10% de católicos antes da invasão indonésia e em finais dos anos noventa esses números quase rondavam os 100%), devido ao importante papel que a igreja católica timorense desempenhou na ajuda à população, durante os anos de ocupação indonésia, assim, há que entender o excessivo peso que a igreja ainda hoje exerce sobre o povo, pois estamos-nos a referir aos últimos vinte e cinco anos.

4.3.4 Estava preparado(a) para uma experiência de vida deste tipo?

Como se observa no **quadro 4.45**, a maior parte considera que estava preparado para uma experiência deste tipo. (86%). Consideramos este facto significativo atendendo a que a maioria (81,4%) nos havia referido não ter recebido formação específica para o trabalho que veio desenvolver e, as barreiras que encontraram para o desenvolvimento desse trabalho assim como para o convívio com os timorenses, também por eles citadas, foram numerosas mas, mesmo assim, consideram que estavam preparados para esta experiência de vida.

Quadro 4.45

Preparado	Freq.	%
Sim	37	86,0
Não	4	9,3
Total	41	95,3
Não Responderam	2	4,7
Total	43	100,0

Porquê?

Os que responderam esta preparados detalharam as seguintes razões:

- Capacidade de adaptação¹¹¹ apesar das diferenças e obstáculos;
- Experiências noutros países dos PALOP;
- Vontade em ter novas experiências fora do Ocidente;
- Apesar de o choque ter sido grande é possível ultrapassá-lo;
- Estar preparado para as condições reais;

Aqueles que dizem não estar preparados concretizam os motivos:

- Relações interpessoais fúteis;
- Interesses pessoais;
- Estar longe da família e de Portugal;
- Estado de depressão inicial, entretanto superado;

¹¹¹ Relativamente à capacidade de adaptação pensamos ser importante aqui referir aquilo que nos diz Hermano Carmo após ter feito uma leitura de dois autores brasileiros, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro, em que eles referem os seus pontos de vista sobre o potencial e limitações dos portugueses durante os quinhentos anos de contacto com outros povos e outras culturas e que consideramos pertinente: “*ressalta uma característica típica da cultura portuguesa, a sua fácil adaptação à mudança, que tanto pode constituir uma potencialidade a explorar nos processos de cooperação, para responder a situações desconhecidas com recursos exíguos, como uma limitação, justamente pela tentação permanente do imprevisto com efeitos negativos nos resultados que se procuram obter*”

In: CARMO, Hermano; *Hipóteses sobre o contributo dos portugueses no processo de reabilitação pós-guerra – A guerra Colonial: realidade e ficção*, atas do 1º congresso internacional, Ed. Notícias. Universidade Aberta, Lisboa, 2001, pag. 16.

4.4 Conclusão

Estando definidos três eixos prioritários para a cooperação Portugal/Timor, os respondentes que colaboraram neste estudo foram maioritariamente da vertente educacional.

A maioria permanece em Timor por curtos períodos de tempo

Os motivos pelos quais aderiram a um processo de cooperação foram vários mas, o espírito de solidariedade para com o povo timorense teve um peso significativo.

Um número elevado dos nossos respondentes não recebeu formação específica para o trabalho que iria desenvolver, ainda assim, o reduzido número daqueles que referiu ter recebido formação considerou-a insuficiente.

O desconhecimento da língua nacional, o tetum, era generalizado.

Grande parte dos cooperantes consegue aperceber-se dos resultados do trabalho efectuado.

A maioria refere que a sua actividade se desenvolve de acordo com parâmetros e objectivos previamente delineados, um menor número defende o contrário mas, apontando mais razões que aqueles que defendem o Sim.

Referiram-nos existir instrumentos de avaliação do processo de cooperação mas, após a análise das respostas concluímos que esses instrumentos não avaliam o processo em si, mas sim, a actividade individual de cada cooperante.

Quanto à noção que os nossos respondentes têm acerca da importância do seu próprio trabalho para o desenvolvimento de Timor não coincide com a percepção que eles têm acerca do impacto desse trabalho sobre os timorenses, este é inferior.

Referem a falta de apoios a vários níveis mas, que não impedem que o trabalho se desenvolva de uma forma eficaz atingindo os resultados previstos. Mas, mesmo assim, referem um grande número de obstáculos que retiram eficácia ao trabalho desenvolvido. Todos os projectos envolvem outros parceiros, nomeadamente portugueses e timorenses, considerando os parceiros timorenses pouco participativos e pouco dinâmicos.

Consideram que a notoriedade da cooperação portuguesa está abaixo do investimento realizado, situando-se a sua visibilidade entre o razoável e o mediano.

A sua rede de relacionamentos extra laborais situa-se essencialmente dentro da comunidade portuguesa. A barreira linguística foi apontada como a principal causa para que tal aconteça, é de salientar, que em respostas a várias questões o problema de comunicação foi levantado, sendo dito frequentemente que a ausência de conhecimentos de tetum por parte dos cooperantes constituía um obstáculo importante ao processo de cooperação que se pretende que seja eficaz.

Tendo em conta todas as limitações e obstáculos encontrados, maioritariamente referem sentir-se preparados para esta experiência de vida, contribuindo para tal o seu poder de adaptação.

CAPÍTULO V

Um olhar a partir dos Sucos de Dili

5.0 Introdução

O nosso estudo centrou-se na cidade de Dili. Mas, por vezes, para uma melhor compreensão da realidade, faremos o seu enquadramento no contexto geral de Timor. Se é verdade que Timor é um país pequeno de apenas cerca de 15 000 km², no entanto apresenta uma grande diversidade morfológica. Tem cadeias montanhosas de elevada altitude (o pico do Ramelau, situado na área fronteiriça de Ermera e Ainaro, na zona oeste do país, atinge os 2 960 metros de altitude), contrastando com planícies que, especialmente na costa sul, podem atingir 13 km de largura. Como já foi referido em anteriores capítulos, aliada a esta diversidade morfológica encontramos também uma grande diversidade étnico-linguística.

Dili é a capital de Timor-leste desde 1769 e é o principal centro urbano, económico e administrativo do país.

A cidade foi-se desenvolvendo à volta do porto, factor que ao longo dos séculos se manifestou de decisiva importância: Timor, como ilha que é, dependia do mar como única ligação ao exterior¹¹². Na zona em redor do porto predominam as casas de pedra e cal, muitas ainda destruídas, nos subúrbios são mais frequentes as construções em *palapa*¹¹³ e em *chapas de zinco*

A capital ganhou importância como centro económico, administrativo, comercial e até cultural. Foi ali que se concentraram os principais estabelecimentos de ensino, quer durante o tempo da governação portuguesa quer durante a governação indonésia. Em 1999, Dili foi alvo de uma enorme vaga de destruição levada a cabo pelas milícias (e/ou soldados indonésios) e poucas foram as construções que ficaram intactas.¹¹⁴

O clima de terror e violência provocou (ao longo de alguns meses de 1999, especialmente Agosto e Setembro) um grande êxodo da população. No entanto, logo em Outubro desse ano, com a chegada das forças internacionais, verificou-se o regresso dos que tinham fugido e acentuou-se mesmo a concentração de população em Dili. Há autores que afirmam que o número de residentes na capital acabou por quadruplicar, situação comum a muitos países na sequência das crises

¹¹² O primeiro aeroporto só surgiu na década de sessenta do século passado.

¹¹³ Nome que se dá em Timor à um tipo de palmeira.

¹¹⁴ Se não é para nós que construímos também não é para vocês... que hão-de comer pedras – uma frase, nessa altura, bastante comum na boca dos indonésios...

pós-independência, como se pode constatar em relação às novas nações africanas.

Actualmente, estima-se que a população de Dili atinja cerca de 160.000 habitantes, ou seja: 20% da população de todo o território, concentrada num espaço que representa apenas 1% de solo timorense. Daqui resulta uma grande densidade populacional e um elevadíssimo grau de ocupação humana. Como na própria cidade a distribuição populacional se não faz de um modo uniforme, há fontes que apontam¹¹⁵ para cerca de 15 000 pessoas vivendo na zona central e os restantes amontoados nos subúrbios.

À capital afluíram, além da população que anteriormente a habitava, muitos daqueles que anteriormente haviam abandonado as suas terras e procurado refúgio nas montanhas ou em Timor Ocidental. Chegavam na mira de condições de sobrevivência e de segurança, porque foi ali que ocorreu primeiro toda a Comunidade internacional com o objectivo de prestar ajuda humanitária a Timor. E, Portugal não constituiu excepção, concentrando muita da sua actividade no distrito de Dili.

* * *

Quisemos sondar os efeitos e impactos da Cooperação Portuguesa nessa mesma população. Seleccionámos aleatoriamente 8 Sucos¹¹⁶ de Dili e distribuimos 12 inquéritos por cada Suco, num total de 96. Destes, só nos foi possível recolher 79. Para a distribuição e aplicação dos inquéritos pedimos a colaboração de um habitante de cada um dos sucros (que dominasse minimamente o português) mas, para melhor compreensão das perguntas, entregávamos também a cada um deles uma versão com a tradução em tétum.

Através do inquérito pretendíamos saber quem são, como vivem e como olham os portugueses aqueles que - para todos os efeitos - constituem o alvo da Cooperação Portuguesa.

¹¹⁵ Apesar de não existirem dados correctos (ou sequer consensuais) acerca da população que reside em Dili.

¹¹⁶ A menor unidade de divisão administrativa de Timor Leste.

As respostas, frequentemente, extravasam o conteúdo da pergunta formulada. Por exemplo, quando questionámos “*sabe falar português?*”¹¹⁷, alguns dos inquiridos entenderam à pergunta como se ela tivesse um carácter geral. E responderam *sim* mesmo que não estivessem a conseguir perceber o formulário de inquérito. Ou seja, apesar de a maioria dos inquiridos responder ter estudado português, como a língua não foi alvo de utilização durante vinte e quatro anos, o conhecimento que dela subsiste é muito reduzido.¹¹⁸

Quadro 5.1:

Sucos estudados¹¹⁹, número de indivíduos que respondeu e percentagens das respostas de cada Suco no universo total dos inquéritos recolhidos:

Suco	Freq	%
Santa Cruz	11	13,9
Beira Mar	10	12,7
Pité	6	7,6
Fatu Hada	12	15,2
Taibessi	11	13,9
Becora	11	13,9
Bidau Lecidere	8	10,1
Motael	10	12,7
TOTAL	79	100,0

A participação de cada um dos sucos no total das respostas apresenta valores homogéneos de distribuição. Apenas o “Pité” apresenta um menor número de respondentes.

¹¹⁷ Pergunta que vinha na sequência da anterior questão “já utilizou os serviços prestados pelas organizações/instituições com cooperantes portugueses?”

¹¹⁸ Mesmo nos casos em que se verificou a respectiva aprendizagem.

¹¹⁹ A sua localização consta de um mapa anexo (anexo M).

5.1 Quem São

5.1.2 Idade dos Respondentes

Quadro 5.2

Variável	Nº	Mínima	Máxima	Média	Desvio padrão
Idade	77	16	72	44,69	11,9

Dos 77 respondentes à questão idade, obtivemos uma média de praticamente 45 anos de idade (44,69). Como se pode observar através do desvio-padrão, existe alguma dispersão relativa em torno da idade média. Tal poderá também ser comprovado pela grande amplitude no intervalo entre a idade mínima (16 anos) e a idade máxima (72 anos).

5.1.3 Sexo dos Respondentes

De forma destacada, a maior percentagem de respondentes é do sexo masculino, isto é, são 72,7%. Dado que a adesão aos inquéritos estava intimamente relacionada com alguma capacidade de conhecimento da língua portuguesa, este dado veio confirmar as estatísticas já anteriormente referidas, e que nos diziam haver mais escolas do sexo masculino - e portanto mais homens escolarizados - durante o período de colonização portuguesa.

Quadro 5.3

Sexo	Frequência	%
Masculino	58	73,4
Feminino	21	26,6
TOTAL	79	100,0

5.1.4 Profissão

Ocupação (antes Independência)

Quadro 5.4

Categorias	%
Funcionário Público	45,5
Enfermeiro	5,2
Motorista	6,5
Professor	9,1
Estudante	13,0
Desempregado	3,9
Pensionista	1,3
Hoteleiro	1,3
Mecânico	2,6
Chefe do Suco	3,9
Técnico de Saúde	2,6
Pescador	1,3
Monitor Escolar	1,3
Chefe Serviços Educação	1,3
Marinheiro	1,3
TOTAL:	100,0

Ocupação (depois da independência)

Quadro 5.5

Categorias	%
Funcionário Público	19,4
Enfermeiro	4,2
Motorista	4,2
Professor	11,1
Estudante	9,7
Desempregado	22,2
Pensionista	5,6
Hoteleiro	1,4
Mecânico	1,4
Chefe do Suco	1,4
Militar	1,4
Funcionário, ONG	2,8
Administrativo, Emb. Portugal	1,4
Guia Turístico	4,2
Doméstica	1,4
Catequista	1,4
Comerciante	4,2
Segurança	1,4
Intérprete	1,4
TOTAL:	100,0

Apesar de a questão colocada ser a profissão (antes e depois da independência), consideramos importante referir que alguns dos respondentes indicaram como profissão “Funcionário Público” enquanto outros, apesar de também serem também funcionários públicos, referiram a profissão. Assim, se somarmos, aos 45,5% que referiram a sua condição de funcionários públicos, o enfermeiro, os professores, o chefe de Suco, o técnico de saúde, o monitor escolar e o chefe de serviços de educação, verificamos que o peso do funcionalismo público sobe para

68,9%, **quadro 5.4**. O que também vem confirmar as estatísticas que referem o grande número de funcionários públicos existentes durante o domínio Indonésio (cerca de 28000).

Na leitura do **quadro 5.5**, constata-se a existência de uma maior diversificação de actividades após a independência em paralelo com elevados números de desemprego. A Taxa de Desemprego antes da independência era de 3,9% contra os actuais 22,2%. Cifras que não surpreendem sabendo-se que a já de si escassa actividade económica permanece paralisada e o funcionalismo público “ainda” não absorve números comparáveis aos dos tempos da Ocupação Indonésia¹²⁰. Na situação estudada - somando os 19,4% que referem ser funcionários públicos com os que, apesar de concretizarem as respectivas profissões, também o são - a taxa de funcionários públicos atinge os 37,5%, bem longe dos 68,9% dos tempos anteriores à independência.

Paralelamente, os tempos mais recentes deram origem ao surgimento de novas actividades como *guia turístico* ou outras directamente relacionadas com trabalho que as ONGs e outras instituições de Desenvolvimento Local aí desenvolvem e para as quais acabam por recrutar mão-de-obra local. De referir também o número dos que criaram o seu próprio negócio (comerciantes).

5.1.5 Grau de escolaridade

Relativamente ao grau de escolaridade, cerca de 1/4 (25,3%) dos respondentes diz ter concluído o ensino primário. Nota-se uma grande homogeneidade na amostra em causa, sendo o ensino técnico profissional (com 15,2%) que apresenta valores mais baixos, embora aproximados de todos os outros níveis. Mais uma vez, os dados recolhidos confirmam aquilo que nos diz Luís Filipe Thomaz “ *o progresso da escolarização foi deveras lento (...) o desenvolvimento do ensino secundário foi mais lento ainda*”¹²¹. Apesar de estarmos em 2005, o grau de escolarização dos nossos inquiridos ainda reflecte esta realidade: dos

¹²⁰ Em 2000 as autoridades timorenses pretendiam que o número de funcionários públicos não ultrapassasse os 9 000, mas actualmente esse número está calculado em 15 000. Continua, no entanto, longe dos 28 000 existentes à época dos indonésios.

¹²¹ THOMAZ, Luís Filipe F. R.; DE Ceuta a Timor; Difel, 2ª ed.; Lisboa, Maio de 1998, pag. 646.

vinte inquiridos que responderam só ter concluído o ensino primário, nove concluíram-no durante o período de governação portuguesa.

Ainda segundo o censo de 1970, também referido por Luís Filipe Thomaz

*“no conjunto da população presente em Timor a percentagem de indivíduos com a 4ª classe não excedia os 3,3 por cento entre os maiores de dez anos...”*¹²². Mas, ele também considera que *“esta situação tendia a evoluir rapidamente (...) a taxa de escolarização subiu de 28% em 1970-1971 para 77% em 1973-1974”*¹²³.

Em 1970 a taxa de analfabetismo em maiores de dez anos era de 92,8% ora, tendo em conta a idade dos inquiridos que responderam ter estudado português, deduzimos que muitos deles usufruíram desta tal *evolução rápida* da taxa de escolarização.

Durante o domínio indonésio estes dados sofreram grandes alterações. Em 2001 o Banco Mundial fez um inquérito aos agregados familiares e concluiu que a taxa de alfabetização de adultos era de 43%, existindo grande diferença entre as zonas rurais e as urbanas. Nas zonas rurais a taxa de alfabetização rondava os 37%, enquanto nas zonas urbanas atingia os 80%. Não foram encontradas diferenças significativas entre os sexos.

Mas, como observa Almeida Serra, em relação à situação do ensino durante a governação Indonésia, predominavam preocupações de quantidade em detrimento da qualidade:

*“por várias razões a Indonésia adoptou uma política de aumento da quantidade de estudantes mas de relativamente baixa qualidade de ensino. Se nos lembrarmos que os principais indicadores internacionais sobre educação privilegiam os aspectos quantitativos em relação aos qualitativos, temos uma parte importante da justificação para a opção indonésia: o que era preciso era “trabalhar para as estatísticas”*¹²⁴.

¹²² IDEM, pag. 647.

¹²³ THOMAZ, Luís Filipe F. R.; Babel Loro Sa'e O problema Linguístico de Timor- Leste; Instituto Camões, Lisboa, Abril de 2002, pag.140

¹²⁴ SERRA, António M. de Almeida; *Timor- Leste: os caminhos do desenvolvimento e a cooperação lusófona*; XIV Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa e II encontro de Estudantes dos Países Lusófonos; Comunicação; Escola Politécnica da USP, 22 a 25 de Julho de 2004, pag. 19.

Socorrendo-se dos dados do inquérito de 2001 do Banco Mundial, Almeida Serra, referindo-se à taxa de matrícula nos vários graus de ensino, diz que:

“em relação ao número de jovens na correspondente classe de idades – seria de cerca de 75% no ensino primário, 33% no secundário inferior¹²⁵, 18% no secundário superior e 2,8% na educação terciária, o ensino superior”¹²⁶.

Os níveis de escolarização concluída pelos nossos inquiridos situam-se muito acima dos números citados por Almeida Serra, ultrapassando mesmo, o número dos que concluíram o ensino superior, o daqueles que concluíram o ensino técnico--profissional. Terão de ser levadas em linha de conta as condicionantes deste estudo (já anteriormente enunciadas), aliadas ao facto de estarmos a falar de população residente na capital timorense e à discrepância de taxas de escolaridade entre o meio rural e meio citadino.

Quadro 5.6

Ensino	Freq	%
Primário	20	25,3
Pré secundário	16	20,3
Secundário	18	22,8
Técnico Profissional	12	15,2
Superior	13	16,5
TOTAL	79	100,0

¹²⁵ Que em Timor é denominada pré secundário.

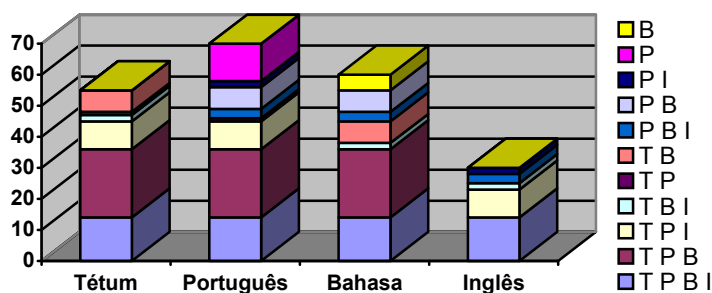
¹²⁶ ÍDEM

5.1.6 Em que língua (s) estudou?

Quadro 5.7

Língua	Freq	%
Bahasa	5	6,3
Português	12	15,2
Tétum, Bahasa, Português, Inglês	14	17,8
Tétum, Bahasa, Português	22	27,9
Tétum, Bahasa, Inglês	2	2,5
Tétum, Bahasa	7	8,9
Tétum, Português	1	1,3
Bahasa, Português	7	8,9
Bahasa, Português, Inglês	3	3,7
Inglês Português	2	2,5
Tétum, Português, Inglês	3	3,7
Total	78	98,7
Não responderam	1	1,3
TOTAL	79	100,0

Gráfico 5.1



Na grande maioria dos casos o estudo processou-se em mais do que uma língua. No universo dos inquiridos, 81% (isoladamente ou em conjunto com outras línguas) estudou português. Nessa mesma perspectiva, 76,2% respondeu que o bahasa foi uma das suas línguas de estudo. No caso do tétum a percentagem desce para 62,2% e não surge nenhuma referência à sua aprendizagem isolada.

Estes dados reflectem a média etária dos respondentes, 45 anos. Muitos deles estudaram ainda durante o período de colonização portuguesa.

O estudo do inglês é citado por 27,9% dos respondentes. Apesar de apresentar valores abaixo das restantes, são significativos e coincidentes com o nível de escolaridade dos nossos respondentes: 54,5% concluíram os ensinos secundário, técnico profissional ou superior.

A esta questão não responderam 1,3% dos inquiridos.

Fazendo uma análise pormenorizada dos dados recolhidos, verificamos que, dos doze inquiridos que nos responderam ter estudado somente português, apenas dois completaram o ensino pré secundário, um o ensino técnico profissional, um o ensino secundário e os restantes oito só completaram o ensino primário. Dados que vêm confirmar a, já anteriormente referida, leitura da situação feita por Luís Filipe Thomaz. Estamos perante indivíduos entre os 42 e os 72 anos, que fizeram a sua escolaridade durante o período colonial português com todas as especificidades já apontadas anteriormente.

Outra língua estudada

Somente 5 respondentes referiram que estudam outra língua para além do Tétum, Português, Bahasa, e (embora com menor expressão) o Inglês¹²⁷,

Quadro 5.8

Língua	Freq.	%
Espanhol	1	1,3
Francês	4	5,1
TOTAL	5	6,3

Como se mostra através do **quadro 5.8**, de distribuição de frequências, a referência a “outras línguas” fixa-se nos 6,3%, englobando o francês e o espanhol.

¹²⁷ Todavia, nas gerações mais novas, o Inglês passou a ser uma Língua de referência.

5.2 COMO VIVEM

5.2.1 Agregado Familiar

Os dados recolhidos indicam quase 8 pessoas por cada agregado familiar, mas com uma dispersão relativa. Verifica-se um valor mínimo duas pessoas face a um máximo de 15 por agregado familiar¹²⁸.

Quadro 5.9

Nº de pessoas no agregado familiar	Freq	%
2	1	1,3
3	3	3,8
4	4	5,0
5	11	14,0
6	8	10,1
7	10	12,7
8	9	11,2
9	11	14,0
10	10	12,7
11	1	1,3
12	3	3,8
13	1	1,3
14	3	3,8
15	2	2,5
Total	77	97,5
Não responderam	2	2,5
TOTAL	79	100,0

Como se pode verificar no **quadro 5.9**, o maior peso está nas famílias com 5, 9, 7 e 10 pessoas. Repare-se na relativa dispersão já anteriormente referida

¹²⁸ Dados coincidem com os resultantes do já citado inquérito do Banco Mundial sobre o estado da educação em Timor. Aí se indicava, como dimensão média das famílias dos alunos, 7,4 pessoas.

5.2.2 Quantas divisões têm a casa onde mora?

Em Timor encontramos descritos vários tipos de habitação tradicional, no Atlas de Timor Leste podemos mesmo ler “*A habitação tradicional de Timor Leste, assim como as formas de povoamento, é um livro aberto para a interpretação da cultura timorense*”¹²⁹

Se é verdade que disperso pelo país, ainda podemos encontrar a tal “habitação tradicional” já o mesmo não se poderá dizer na cidade de Dili. Aqui, ainda podemos encontrar uma mescla de influência portuguesa, que como já em 1956 Ruy Cinatti nos dizia:

*“Depois da ocupação japonesa as construções timorenses mudaram de estilo e, de uma maneira geral, pioraram sob vários aspectos. Ignoraram-se os problemas próprios levantados pela defesa contra o clima tropical, ignoraram-se os recursos locais em materiais de construção, ignorou-se ainda a maneira de viver da gente que habita nos trópicos, particularmente Timor. Podemos afirmar que se trata de um estilo importado de Portugal, possivelmente adaptado ao clima nacional mas inteiramente despropositado em Timor”*¹³⁰. e, indonésio. Apesar de ainda se notarem algumas das influências acima referidas, predomina no entanto, um elevado grau de destruição dessas habitações.¹³¹

Mas, actualmente, como já foi referido, podemos considerar a cidade constituída por um núcleo central, onde encontramos casas de pedra e cal (algumas das quais ainda destruídas), e subúrbios, onde predominam as construções em palapa (nome que se dá em Timor à palmeira, cujas folhas também são aproveitadas para a cobertura das casas) e, em “chapas de zinco”.

Após a destruição levada a cabo em 1999 a reconstrução tem sido lenta, e a maioria das casas que se encontram reconstruídas, com materiais de mais qualidade, ou são habitadas pela comunidade internacional que ali reside (uma

¹²⁹, GERTIL, Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor Leste, Faculdade de Arquitectura – Universidade Técnica de Lisboa; *Atlas de Timor Leste*; Lidel, Lisboa, Setembro de 2002, pag.92.

¹³⁰ CINATTI, Ruy, ALMEIDA Leopoldo de, MENDES Sousa; *Arquitectura Timorense*; Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia, Lisboa, 1987, pag.226.

¹³¹ Idem.

das formas que os timorenses utilizaram para conseguir recuperar as casas, foi alugá-las a internacionais, com o objectivo destes as recuperarem, ou então, recuperaram-nas para as alugar, foi uma forma encontrada para a reabilitação do tecido urbano e de contribuir, em alguns casos, para a sua subsistência), ou por um restrito, estrato social mais elevado da população timorense. Portanto, quando nos referimos ao número de divisões, se exceptuarmos o núcleo central da cidade, estamos a referir-nos a zonas divididas através de tabiques de madeira ou de “chapas de zinco” (que actualmente parece ser o material de construção predominante em Dili mas, como os timorenses nos dizem é o mais barato...).

Então, de acordo com os dados recolhidos junto da população alvo do nosso estudo, constatamos que as casas onde residem têm em média 5,5 divisões, se considerarmos o numero médio do agregado familiar, por nós anteriormente referido, que é de 8 pessoas, concluímos não existir grande sobrelotação do espaço habitacional.

Mas, neste caso, continuamos ainda com uma dispersão muito elevada O valor mínimo é de 2 divisões enquanto o máximo é de 12.

5.2.3 Tem saneamento básico?



Figura 7 Esgotos para a rua em Dili

Quando falamos de saneamento básico em Timor, não estamos a falar de uma rede pública de esgotos, estamos a falar de fossas, construídas junto das habitações, quando existem, porque é frequente encontrar valas de esgotos a céu aberto, junto às casas, onde também podemos encontrar crianças a brincar... Existe também um sistema de drenagem de esgotos que os descarregam, sem qualquer

tratamento, directamente no mar, mesmo em frente à marginal.

Neste contexto, verificamos que cerca de 3/5 (59,4%) dos nossos inquiridos referem ter saneamento básico, portanto os restantes 2/5 incluem-se naqueles

que fazem os seus “despejos” para a rua. Não responderam a esta questão 1,3% dos inquiridos.

Quadro 5.10

Saneamento Básico	Freq.	%
Sim	47	59,4
Não	31	39,3
Total	78	98,7
Não Responderam	1	1,3
TOTAL	79	100,0

5.2.4 Tem. Electricidade?

A rede de distribuição eléctrica foi outra das infra estruturas que ficou muito destruída em 1999, a sua recuperação tem sido lenta, mas esta situação é mais gravosa fora de Dili, como podemos constatar pelas respostas dos nossos inquiridos, actualmente já todos possuem energia eléctrica.

Quadro 5.11

Electricidade no domicilio	Freq	%
Sim	79	100,0
Não	0	0,00
Total	79	100,0

5.2.5 Tem água canalizada?



Figure 8 Bomba de captação de água

A infra-estrutura de abastecimento de água pública também ficou destruída em 1999 e, ainda não se encontra totalmente reabilitada. Assim, as pessoas que nos referem possuir água canalizada é porque procedem à sua captação através de bombas, eléctricas ou manuais, de poços que se situam em geral perto das casas, através de canalizações que já foram reabilitadas.

Os poços que servem para o abastecimento de água, assim como as fossas, anteriormente referidas, coexistem no mesmo subsolo. Como os terrenos são permeáveis, na época das chuvas, que vai de Outubro a Maio, a água captada constitui um grande risco para a saúde pública da população. Temos assim, que a população apesar de ter água canalizada não possui água potável.

Consciente desta situação, o Ministério da Saúde, desenvolveu uma campanha local de incremento ao aleitamento materno, um dos rostos dessa campanha foi Kirsty Gusmão, mulher do Presidente da Republica, Xanana Gusmão, que diz *“imagine o perigo de dar leite em pó dissolvido em água contaminada a um recém-nascido”*¹³²

De acordo com o que foi referido, quase 3/4 (73,4%) dos nossos inquiridos disseram possuir água canalizada e cerca de 1/4 (26,6%) responderam não usufruir dessa infra-estrutura.

.Quadro 5.12

Água canalizada	Freq.	%
Sim	58	73,4
Não	21	26,6
TOTAL	79	100,0

Aos que responderam não possuir água canalizada, colocávamos a questão:

¹³²Jornal Expresso, Revista Única; de 18/2/2006, pag. 55

Se respondeu Não, diga a que distância a vai buscar?

É estatisticamente irrelevante o nº de pessoas que responderam acerca da distância percorrida para irem buscar água. As 3 pessoas que responderam fazem-no relativamente perto, entre 20 a 40 metros de casa.

5.2.6 Trabalha perto do local onde vive?**Quadro 5.13**

Trabalha perto do local onde vive?	Freq	%
Sim	27	34,2
Não	37	46,8
Total	64	81,0
Não Responderam	15	19,0
TOTAL	79	100,0

Constata-se que a maior parte das pessoas trabalha longe. E no que diz respeito aos que não responderam, numa primeira leitura, poderá parecer exagerada a percentagem de 19%, contudo ela é adequada ao nível da taxa de desemprego já apresentada. Como tal, trata se resultados bastante coerentes.

5.2.7 Como resolve o problema das deslocações?

Relativamente ao tipo de deslocações encontramos um grande número de combinações, contudo é o transporte publico “Microlet”(carrinha de 9 lugares, utilizada como transporte publico urbano) o mais usado (26,6% somente, e 36,7% considerando as pessoas que o usam conjuntamente com outro tipo de transporte), como se pode observar no **quadro 5.14**.

Ainda se regista uma elevada percentagem de pessoas que se deslocam a pé (29,1%).

Quadro 5.14

Deslocação casa-trabalho	Freq	%
Pé	15	19,0
Mota	10	12,7
Taxi	3	3,8
Microlet	21	26,6
Mota e microlet	2	2,5
Pé, mota e taxi	2	2,5
Taxi, microlet	1	1,3
Pé, bicicleta, mota	1	1,3
Mota, taxi	1	1,3
Pé, microlet	5	6,3
Total	61	77,2
Não Responderam	18	22,8
TOTAL	79	100,0

Outro? Qual?

Seis respostas referiam “outro” meio de transporte. E especificavam:

Quadro 5.15

Outros meios	Freq
Cavalo	2
Carro privado	2
Transporte da Instituição	1
Carro do Estado	1

Somente 6 pessoas responderam que usam outro tipo de transporte, como se verifica no quadro anterior. Esta situação, vai desde o carro do estado, até ao cavalo, (pode parecer estranho aparecer aqui o cavalo mas, a cidade actualmente é habitada por muitas pessoas oriundas das “montanhas” que para aqui

transferiram o seu modo de viver, também é frequente encontrar na cidade outros animais) passando pelo uso do carro privado seja ele da instituição onde trabalha ou do próprio.

5.3 Como Olham os Portugueses

5.3.1 Em 1999/ 2000, quando se deu a grande reentrada de portugueses em Timor, o que é que pensou:

Perante 5 hipóteses de resposta os inquiridos fixaram-se em 3. Isto é, não se identificaram com a ideia de que estão a aceitar cooperantes enquanto “malais”(termo pelo qual são designados os estrangeiros brancos), ou mesmo com a da rejeição dos antigos colonizadores. Assim, a maior parte das opiniões, cerca de 76% vai para a ideia de “vêm ajudar-nos, precisamos deles” e, 15,2% referem “tanto faz desde que nos ajudem”. Perante estas respostas concluímos que de facto as pessoas reconhecem necessitar de ajuda, independentemente do prestador dessa mesma ajuda. Não responderam a esta questão 1,3% dos inquiridos.

Quadro 5.16

Reentrada dos portugueses	Freq	%
Ainda bem que são os portugueses	6	7,6
Vêm ajudar-nos, precisamos deles	60	75,9
Tanto faz, desde que nos ajudem	12	15,2
São mais uns “malais” que para aqui vêm	0	0,00
Não os tínhamos já mandado embora?	0	0,00
Total	78	98,7
Não Responderam	1	1,3
TOTAL	79	100,0

5.3.2 Passados estes anos, hoje considera importante a presença de cooperantes portugueses em Timor?

Numa primeira análise, as respostas a esta questão parecem contradizer as respostas anteriores, mas de facto o que eles reconhecem é necessitar muito da ajuda externa e, nessa mesma perspectiva consideram importante a presença dos cooperantes portugueses.

Praticamente 90% considera que é importante, passados estes anos, a presença de cooperantes portugueses em Timor.

Quadro 5.17

Presença Portuguesa	Freq	%
Sim	71	89,9
Não	1	1,3
Indiferente	6	7,6
Total	78	98,7
Não responderam	1	1,3
TOTAL	79	100.0

5.3.3 Na escola, teve aulas com professores:

A este respeito mais uma vez são várias as combinações, porque o mesmo aluno teve vários professores com mais de uma nacionalidade, no entanto, são os Timorenses e os Portugueses que mais se destacam. A maior parte dos professores são Timorenses e em segundo lugar Portugueses.

Estes resultados estão de acordo com a faixa etária dos nossos inquiridos (45 anos em média), portanto, quando estudaram os professores ou eram portugueses ou timorenses.

As pessoas que tiveram professores doutras nacionalidades foram 6,3%, mas tendo em conta as várias combinações que se constataram então essa percentagem sobe para 17,6%.

Quadro 5.18

Nacionalidade dos professores	Freq	%
Timorenses	22	27,8
Portugueses	13	16,5
Outras nacionalidades	5	6,3
Timorenses e Portugueses	28	35,4
Timorenses, Portugueses e outras nacionalidades	5	6,3
Timorenses e outras nacionalidades	2	2,5
Portugueses e outras nacionalidades	2	2,5
Total	77	97,5
Não responderam	2	2,5
TOTAL	79	100,0

5.3.4 Frequentou algum curso profissional ministrado por Portugueses?

A maior parte das pessoas não frequentou qualquer curso ministrado por portugueses (72,2%). 22,8% dos inquiridos referem ter frequentado um curso profissional e, 5,1 dos inquiridos não responderam a esta questão.

Quadro 5.19

Formação Profissional Portuguesa	Freq	%
Sim	18	22,8
Não	57	72,2
Total	75	94,9
Não responderam	4	5,1
TOTAL	79	100,0

Se respondeu Sim, refira a sua utilidade:

Quadro 5.20

Utilidade da Formação	Freq	%
Abriu perspectivas de futuro	9	50,0
Talvez sirva para alguma coisa	9	50,0
Estive a perder tempo	0	0,0
TOTAL	18	100,0

Dos 22,8% que representam aqueles que frequentaram cursos ministrados por Portugueses dividem-se em metade, 50% acha que lhe abriu perspectivas de futuro e outros 50% acha que talvez sirva para alguma coisa. Isto quer dizer, que se espera a utilidade destes cursos e, como já verificámos, actualmente existe uma maior diversidade de ocupações donde, podemos concluir, que provavelmente alguns dos que frequentaram esses cursos, já aproveitam os conhecimento em áreas como a construção, as artes e ofícios ou até o micro-crédito, para poderem trabalhar desde a construção civil até à vontade de criar o seu próprio negócio.

5.3.5 Sabe alguma coisa acerca do trabalho feito por organizações da cooperação portuguesa?

Apesar da pergunta feita ser acerca das organizações de cooperação, as respostas obtidas, não se referem apenas aquelas que à luz da definição do IPAD são consideradas como fazendo parte da Cooperação Portuguesa, mas, de forma alguma poderíamos pretender que os nossos inquiridos conseguissem fazer essa distinção, portanto eles enumeram-nos todas as organizações portuguesas que sabem estar a desenvolver trabalho em Timor.

Mais de metade dos respondentes respondeu que conhece alguma coisa acerca do trabalho feito pelas organizações portuguesas (53,2%). Não responderam a esta questão 1,3% dos inquiridos.

Quadro 5.21

Sabe do trabalho desenvolvido	Freq	%
Sim	42	53,2
Não	36	45,6
Total	78	98,7
Não responderam	1	1,3
TOTAL	79	100,0

Se respondeu Sim indique alguma (s) das organizações portuguesas que conheça

Quadro 5.22

Organizações Portuguesas que conhecem	Freq	%
Instituto Camões, AMI	4	5,1
AMI, ENSUL	2	2,5
AMI, ENSUL, RTP	1	1,3
Instituto Camões	3	3,8
UCCLP	1	1,3
ENSUL	5	6,3
AMI	8	10,1
AMI , GERTIL	1	1,3
Centro Juvenil P ^a António Vieira	2	2,5
GERTIL; CML, ENSUL	2	2,5
CML, ENSUL	1	1,3
Centro Formação Técnico Profissional em Tibar	3	3,8
GNR, Universidade	1	1,3
Instituto Camões, Fundação Oriente, AMI	1	1,3
AMI, MDM Instituto Camões, Centro Formação Profissional	1	1,3
ENSUL, Instituto Camões, BNU, Universidade	1	1,3
AMI, Forças Armadas	1	1,3
Forças Armadas	2	2,5
Total	40	50,6

Não responderam	39	49,4
TOTAL	79	100,0

Dos 53,2% dos inquiridos que referiram conhecer o trabalho das organizações/instituições portuguesas, 50,6% enumeram as organizações que conhecem.

Consideramos significativa a lista de organizações portuguesas que os nossos inquiridos referem conhecer – 15

O valor dos que não responderam a esta questão tem um valor normal segundo a análise anterior.

A AMI (Assistência Médica Internacional) foi a organização que mais pessoas referiram conhecer (24,2% dos 53,2% que responderam conhecer organizações portuguesas) este dado não nos surpreendeu pois esta foi a primeira organização a entrar em Timor em 1999, com o objectivo de prestar apoio humanitário A par das actividades que esta organização desenvolvia em vários pontos do território manteve uma clínica em Dili, de finais de 1999 até finais de 2001, altura em que as ONG a prestar cuidados de saúde foram convidadas a sair, mas durante o ano de 2002, foram encetados contactos entre as autoridades timorenses e o presidente da AMI com o objectivo da sua reentrada, o que veio a acontecer em Janeiro de 2003. Em 2005 a AMI tem ali uma equipa que dá apoio ao principal centro de saúde de Dili assim como a dois postos, que pertencendo ao distrito de Dili se encontram em zonas periféricas (Dare e Balibar).

Em segundo lugar é referida a ENSUL (empresa de construção civil e obras publicas) que é conhecida por 13,9% dos 53,2% do universo dos inquiridos que responderam conhecer organizações portuguesas. A ENSUL foi uma das primeiras empresas de construção civil portuguesas a entrar em Timor, mas ao longo destes anos os seus investimentos tem incidido em várias vertentes, que vão desde o aluguer de automóveis, à restauração de vários edifícios públicos mas, sempre com a preocupação de dar emprego e formação ao pessoal local.

O Instituto Camões é conhecido por 12,8% do universo dos 53,2%, que responderam afirmativamente a esta questão. Mas do trabalho deste Instituto

apenas conhecem a biblioteca, não referem a vertente do ensino da língua portuguesa.

As respostas a esta pergunta revelaram algumas surpresas, não vimos referidos “os professores”, pois um dos eixos principais da Cooperação portuguesa é a reintrodução da língua portuguesa e, em Dili está localizada a escola portuguesa...

Apenas 2,5% do universo dos inquiridos, referiu conhecer o Centro Juvenil Padre António Vieira que foi construído pela Cooperação portuguesa. Actualmente é gerido por timorenses, mas continua a ser financiado pela cooperação portuguesa, através do IPAD. Em 2003 este Centro foi referido como “ *um dos grandes sucessos do apoio português. É um importante pólo de dinamização cultural, e inseriu-se num campo de trabalho essencial para a recuperação sócio-cultural de Timor Leste. A necessidade de fornecer meios alternativos de educação cívica e cultural aos inúmeros jovens timorenses que palmeiam as ruas de Dili deteve neste Centro um arauto de Portugal no território*”¹³³.

5.3.6 Neste Suco há alguma organização/instituição com cooperantes portugueses que aqui trabalhe?

Temos a este nível 21,5% de respostas que salientam a presença de organizações cooperantes Portuguesas no suco onde reside.

Quadro 5.23

Organização portuguesa presente no Suco	Freq	%
Sim	17	21,5
Não	61	77,2
Total	78	98,7
Não responderam	1	1,3
TOTAL	79	100,0

¹³³ VAL-FLORES, Gustavo Silva; *Portugal e o Período de Transição em Timor Leste*; Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Fevereiro de 2006, pag. 168.

Se respondeu Sim, diga se sabe que trabalho elas fazem e descreva-o

É de salientar, que todos os que referiram existir no seu Suco organizações/instituições com cooperantes portugueses referiram qual o trabalho por eles desenvolvido, realçando no entanto o trabalho de apoio humanitário/ saúde. Mas, ao analisarmos pormenorizadamente as respostas dadas, 75% dos respondentes do Suco Bidau Lecidere, referiram ali existir a AMI e descreveram o trabalho por ela desenvolvido mas, de facto a AMI não desenvolvia ali o seu trabalho, ali apenas residia a equipa...

Como já foi referido, as carências sentidas pela população de Timor são de várias ordens mas, as carências em termos de saúde, são as mais sentidas pela população pois interferem com o seu bem estar, daí que todo o trabalho que se desenvolve nesta área seja mais “valorizado”, e abranja um maior número de pessoas, como se pode verificar através dos dados anteriormente referidos o trabalho da AMI era conhecido em vários Sucos.

Em Taibessi, onde fica situado o Centro Juvenil Padre António Vieira e, dos 91,6% que responderam afirmativamente à questão anterior, apenas, 9,09% disseram conhecer o Centro e o trabalho que ele desenvolve

5.3.7 Acha que o trabalho que desenvolvem tem alguma importância para as pessoas que aqui vivem?

Mais uma vez constatamos que as respostas dadas não se referem apenas à pergunta feita, pois apenas 21,5% dos inquiridos, nos responderam existirem no seu Suco organizações/instituições com cooperantes portugueses, e quando questionamos acerca da importância desse trabalho, temos como respostas: 30,4% acha importante e 31,6% não o considera importante para as pessoas que lá vivem, portanto, concluímos que nestas respostas estão incluídos inquiridos que nos falam do trabalho das organizações portuguesas de uma forma geral, e não só aplicada ao suco onde residem.

Quadro 5.24

Importância do trabalho	Freq	%
Sim	24	30,4
Não	25	31,6
Total	49	62,0
Não Responderam	30	38,0
Total	79	100,0

Porquê?

Quadro 5.25

Factores	Freq	%
Formação, Futuro de Timor	5	26,3
Ensino Português e reconstrução de Timor	5	26,3
Ensino Português, Reconstrução de Timor, Assistência Médica	1	5,3
Desenvolver o sector Privado	3	15,8
Desenvolver Saúde, Futuro de Timor	3	15,8
Desenvolvimento Profissional	1	5,3
Desenvolvimento Profissional e Saúde	1	5,3
Total	19	100,0

As razões apontadas para a importância do trabalho desenvolvido pelas organizações/instituições de cooperantes portugueses, como se pode ver através do **quadro 5.25** são várias mas, as mais apontadas são: contribuir para a reconstrução de Timor, desenvolver a área da saúde (esta é uma área muito carenciada, em Timor apenas existem 31 médicos e, alguns deles estão a exercer funções governamentais), implementar o ensino do português, contribuir para o desenvolvimento profissional e desenvolver o sector privado.

É importante que os timorenses reconheçam a importância do sector privado para o desenvolvimento do país, para contrariar aquilo que escreve Almeida Serra *“Timor Leste tem um défice muito significativo de “empreendedorismo” e de “empreendedores” e, por isso, estará, pelo menos nos próximos anos, relativamente dependente do capital estrangeiro – no sentido financeiro mas também no sentido de capacidade empresarial...”*¹³⁴.

Tradicionalmente, o sector empresarial privado, nunca se encontrou nas mãos de timorenses, durante o período colonial português dominavam os comerciantes chineses, com a “entrada” dos indonésios muitos chineses saíram, verificando-se então a entrada de empresários também indonésios, apenas durante a vigência do governador Mário Carrascalão (1982 – 1992) como também refere Almeida Serra, se dá *“ o aparecimento por ele incentivado, de um núcleo relativamente restrito – contam-se pelos dedos de uma só mão ou pouco mais...-, de empresários timorenses de raiz mais moderna.”*¹³⁵

5.3.8 Já alguma vez utilizou esses serviços prestados por organizações portuguesas?

Quadro 5.26

Utilizou organizações portuguesas	Freq	%
Sim	15	19,0
Não	61	77,2
Total	76	96,2
Não Responderam	3	3,8
Total	79	100,0

Neste rumo, temos que praticamente 20% já utilizou os serviços das organizações portuguesas mas, se considerarmos o número de organizações que conhecem

¹³⁴ SERRA, António M. de Almeida; *Timor- Leste: os caminhos do desenvolvimento e a cooperação lusófona*; XIV Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa e II encontro de Estudantes dos Países Lusófonos; Comunicação; Escola Politécnica da USP, 22 a 25 de Julho de 2004, pag. 17.

¹³⁵ ÍDEM, pag. 16.

(15), assim como o número daqueles que referem ser importante a presença de cooperantes portugueses (89,9%) e ainda aqueles que dizem conhecer o trabalho desenvolvido pelas organizações portuguesas (53,2%) consideramos ser esta percentagem baixa.

Se respondeu Sim, indique qual (ou quais)

Quadro 5.27

Organizações/Serviços utilizados	Freq	%
Docência em escolas reabilitadas	1	7,7
Assistência Médica	5	38,5
Distribuição de Medicamentos, Assistência Médica	1	7,7
Reconstrução de edifícios	2	15,4
Frequência de cursos	1	7,7
Formação em Micro crédito	2	15,4
Embaixada Portuguesa, BNU, AMI, ENSUL; Biblioteca Luís de Camões	1	7,7
Total	13	100,0

Como se pode ver através do **quadro 5.27** vários foram os serviços utilizados pelos inquiridos mas, continua a ser a assistência médica o serviço a que mais inquiridos recorreram (53,9% do universo dos que recorreram aos serviços prestados pelas organizações portuguesas).

Como foi recebido?

Mais uma vez constatamos que as respostas vão além da pergunta formulada, pois se apenas 19% dos inquiridos respondeu terem recorrido aos serviços prestados pelas organizações portuguesas, não é possível termos 44,3% a responder-nos acerca da forma como foi recebido, assim apenas vamos considerar como válida a forma como nos dizem ter sido recebidos, ou seja a maioria foi bem recebida e uma minoria foi recebido de forma regular, ninguém refere ter sido mal recebido.

Quadro 5.28

Como o receberam	Freq	%
Bem	30	38,0
Regular	5	6,3
Mal	0	0,0
Não Responderam	44	55,7
Total	79	100,0

Sabe falar português?

No universo dos nossos inquiridos, 49,4% dos que utilizaram os serviços prestados por organizações portuguesas, sabem falar português, 11,4% referem não saber português, o número dos que não responderam a esta questão (39,2%) pode ser considerado normal atendendo a que esta questão está relacionada com a anterior em que a pergunta formulada era se já utilizou serviços prestados por organizações portuguesas mas, nesta mesma perspectiva concluímos que o número de respostas ultrapassa o número de inquiridos que respondeu afirmativamente à questão anterior.

Quadro 5.29

Fala português	Freq	%
Sim	39	49,4
Não	9	11,4
Total	48	60,8
NR	31	39,2
Total	79	100,0

Os portugueses dessas organizações de cooperação sabiam falar tétum?

Dos inquiridos que dizem ter utilizado serviços prestados por organizações portuguesas, 10,1% respondem que os cooperantes portugueses sabiam falar tétum, 32,9% respondem que não sabiam, a percentagem de não respostas (57%) pode ser considerada normal atendendo a que o número de inquiridos que

respondeu ter utilizado os serviços das organizações portuguesas era de 19% mas, ainda podemos concluir, que responderam a esta questão inquiridos que nunca utilizaram esses serviços.

Quadro 5.30

Portugueses falavam Tétum?	Freq	%
Sim	8	10,1
Não	26	32,9
Total	34	43,0
Não Responderam	45	57,0
Total	79	100,0

Havia um intérprete?

Em 32,9% dos casos existia intérprete, como se demonstra no quadro seguinte

Quadro 5.31

Interprete de tétum	Freq	%
Sim	26	32,9
Não	8	10,1
Total	34	43,0
Não Responderam	45	57,0
Total	79	100,0

Se não sabe português, se os portugueses não sabiam falar tétum, se não havia intérprete, como é que comunicavam?

Sem intérprete e sem conhecimentos das línguas implícitas para uma comunicação, neste caso entre Tétum e Português, as pessoas na maior parte dos casos (13,9%) usavam a Linguagem Gestual. Nalguns casos tentavam arranjar intérprete ou ainda outra situação de comunicação possível era recorrendo, por exemplo, ao Inglês.

Quadro 5.32

Como comunicavam	Freq	%
Sinais e gestos	11	13,9
Arranjavam intérprete	2	2,5
Através de outras línguas	34	43,0
Utilizando o inglês	1	1,3
Total	15	19,0
Não responderam	64	81,0
Total	79	100,0

5.3.9 Em Timor estão organizações de cooperação de diversos países:

Relativamente à nacionalidade das organizações de cooperação que estão em Timor, são as Portuguesas as preferidas (54,4%). No entanto, não deixa de ser importante o facto de praticamente 40% achar que é indiferente a nacionalidade, pois desde que ajudem é o mais importante, ou como já nos haviam referido anteriormente “vêm ajudar-nos, precisamos deles”, 1,3% dos inquiridos responderam “as outras são melhores” e, não responderam a esta questão 5,1% dos inquiridos.

Quadro 5.33

Organizações preferidas	Freq	%
Prefere as portuguesas	43	54,4
Tanto faz desde que ajudem	31	39,2
As outras são melhores	1	1,3
Total	75	94,9
NR	4	5,1
Total	79	100,0

5.3.10 Gostou que o português fosse considerado como uma das línguas oficiais de Timor?

Quadro 5.34

Português, língua oficial	Freq	%
Sim	73	92,4
Não	6	7,6
Total	79	100,0

Não existem dúvidas sobre a aceitação do português como língua oficial, 92,4% concordou e gostou de tal facto, 7,6% dos inquiridos não gostou.

Porquê?

Quadro 5.35

Factores que levam a concordar	Freq	%
Razões Históricas, Portugal é o irmão mais velho	8	10,1
Manutenção de boas relações entre Portugal e Timor	1	1,3
História e Cultura comuns, era a Língua da Resistência	3	3,8
Língua difícil mas que gostaria de aprender	3	3,8
Tétum adapta-se à Língua Portuguesa	2	2,5
Questões Culturais e conhecimento dos Portugueses	5	6,3
Desenvolvimento da educação e por ter aprendido Português	6	7,6
Razões Constitucionais	19	24,1
Marca a diferença e eleva o prestígio, mantém boas relações com país irmão	9	11,4
Cultura e identidade comuns	2	2,5
Gosto da Língua Portuguesa	4	5,1
Pertencer à CPLP	3	3,8
Amizade pela evangelização	1	1,3
Português é uma língua desenvolvida e correcta	3	3,8
Obrigação moral por parte de Portugal	6	7,6
Total	75	94,9

Não Responderam	4	5,1
TOTAL	79	100,0

São em grande número as razões para aceitar o português como língua oficial, e todas muito importantes devido à grande homogeneidade nas percentagens, contudo existem três que se destacam, a saber:

- ⇒ Razões Constitucionais
- ⇒ Razões históricas, Portugal é o irmão mais velho
- ⇒ Marca a diferença (em relação ao vizinho indonésio) e eleva o prestígio,

Mas, é importante perceber que todas estas razões têm um denominador comum, Portugal é visto como um irmão mais velho, e muitas vezes como um pai, derivado a um tipo de relações que são de adaptação e de respeito. As boas relações são a base desse tipo de amizade nutrida por este povo que vê com normalidade a língua portuguesa enquanto língua oficial. Vêm nisso uma questão moral, ligada à história de meio século, e uma certa identidade e cultura que se mistura na língua, pois muitas das palavras do tetum foram adaptadas do português.

Para que melhor se perceba o porquê de os timorenses considerarem Portugal como irmão ou como pai, pensamos ser importante transcrever o que nos diz José Mattoso quanto à provável origem desses conceitos

“As estruturas tradicionais marcam, evidentemente, a mentalidade dos Timorenses, e é preciso, portanto, tê-las em conta (...) é uma sociedade que tomou como modelo a nobreza tradicional autóctone, isto é, uma nobreza dividida em três níveis, a saber o dos liurais, o dos datos e o dos tumungos. A preservação desta nobreza e dos seus privilégios até uma época recente, com o apoio da administração portuguesa que se aproveitava dela como estratégia de dominação de tipo paternalista, verifica-se por meio de dados históricos, de episódios ainda gravados na memória de muita gente e de factos tais como o laço que ainda hoje une as «famílias largas» mais conhecidas no território (...). Ora esta repartição social deu origem a hábitos próprios dos nobres, aceitados e reforçados pela administração portuguesa e eles próprios influenciados por costumes portugueses. O conjunto destes factos sociais determinou, provavelmente, a difusão dos usos e costumes das camadas mais altas em todo o tecido social, e, por isso mesmo, a formação de comportamentos colectivos valorizados por toda a gente.

Um dos indícios deste fenómeno, com manifestações muito variadas, parece-me ser testemunhado pelo uso, muito difundido e típico do tétum praça, de formas de tratamento muito peculiares. Trata-se do título maun/mana atribuído pelos irmãos mais novos aos irmãos e irmãs mais velhos, e, por extensão, atribuído também às pessoas do mesmo nível, mas às quais se deve um respeito afectuoso (...). Na mesma linha de significado pode-se mencionar também o título de tia/tio atribuído a pessoa de geração anterior e ainda o título avô/avó atribuído a pessoas mais velhas (...). Ora, como testemunha esta forma de tratamento, os Timorenses inspiram-se neste modelo familiar para aplicar os mesmos títulos a relações sociais mais largas, quando elas são marcadas simultaneamente pela proximidade afectuosa e pelo respeito.”¹³⁶

5.3.11 Os portugueses devem continuar a cooperação com Timor?

Quadro 5.36

Continuação da Cooperação	Freq	%
Sim	79	100,0
Não	0	0,0%
Total	79	100%

A totalidade dos inquiridos considera que os portugueses devem continuar cooperação com Timor.

Porquê?

Quadro 5.37

Razões da necessidade da cooperação portuguesa	Freq	%
Desenvolvimento do país, Educação, Recursos Humanos	8	10,1
Obrigaçã Moral e Histórica	16	20,3
Socialização e desenvolvimento da Língua que é difícil	1	1,3
Desenvolvimento do país	8	10,1

¹³⁶ MATTOSO, José; *Sobre a Identidade de Timor Lorosa 'e*, in: Revista Camões, nº 14, Julho –Setembro 2001, pag. 11.

Formar professores e desenvolver o país	4	5,1
Precisamos de Portugal	19	24,1
Razões Históricas	3	3,8
Cooperação sincera, sentimento de à vontade	4	5,1
Cultura Portuguesa é superior	1	1,3
Portugal lutou pela independência de Timor	6	7,6
Por ser língua oficial	3	3,8
Educação e saúde	1	1,3
Ligação à Europa	1	1,3
Total	75	94,9
Não Responderam	4	5,1
Total	79	100,0

Na mesma linha das razões apontadas para a língua oficial, também a este nível, e agora para a continuação da cooperação, é avançado um elevado número de factores, onde se destacam:

- Precisam de Portugal, é a resposta mais expressiva (24,1%) mas, se a esta resposta acrescentarmos aqueles que nos dizem precisar de Portugal para o seu desenvolvimento aos vários níveis temos uma percentagem de 49,7%
- Portugal tem obrigação moral e histórica; esta resposta foi-nos dada por 20,3% dos inquiridos, mas se acrescentarmos aqueles que apenas referem razões históricas este valor sobe para 24,1%;
- Portugal lutou pela independência, esta resposta apesar de apresentar uma taxa mais baixa (7,6%), não deixa, no entanto, de ser importante de realçar pois, se por um lado, é sinónimo de reconhecimento do povo timorense pelo envolvimento de Portugal na luta pela independência, por outro, também implica que estes respondentes atribuam uma maior responsabilidade a Portugal na ajuda ao desenvolvimento do país.

Outras respostas, apesar de terem menor representatividade, não deixam no entanto de ser importantes, ou seja, o reconhecimento de Portugal enquanto país da União Europeia que lhes pode abrir “portas” para a Europa. O português ter sido considerado uma das línguas oficiais de Timor, implica que Portugal tenha que assumir maiores responsabilidades na área da educação e da formação de professores.

De tudo o que ficou dito, ressalta a consciência que os inquiridos têm, da necessidade de ajuda externa em diversas áreas, que vão desde a formação de recursos humanos até ao desenvolvimento nas áreas da saúde e educação, tendo sempre como objectivo final o desenvolvimento do país.

5.3.12 No seu dia a dia, dá-se com portugueses?

Quadro 5.38

Relacionamento com portugueses	Freq	%
Sim	54	68,4
Não	25	31,6
Total	79	100,0

Uma grande percentagem, quase 70%, estabelece relações diárias com Portugueses.

Se respondeu Sim, diga se o relacionamento com eles é Fácil ou Difícil:

No universo dos inquiridos, 54,4% considera o relacionamento fácil e, 30,4% considera-o difícil, o número de inquiridos que não responderam a esta questão (15,2%) pode ser considerado normal pois aqueles que não se relacionam diariamente com os portugueses não responderam a esta questão

Quadro 5.39

Como é o relacionamento	Freq	%
Fácil	43	54,4
Difícil	24	30,4
Total	67	84,8
Não Responderam	12	15,2
Total	79	100,0

Porquê?

Quadro 5.40

Factores que contribuem para um relacionamento fácil	Freq	%
São os professores	1	2,3
Sabe falar português	23	53,5
Convive com os Portugueses	3	7,0
Boa compreensão	3	7,0
Está a aprender português	1	2,3
Pertence à CPLP	1	2,3
Curiosidade e, o Português é expressivo	1	2,3
Já trabalhava com Portugueses no tempo colonial	3	7,0
Somos irmãos e tenho orgulho	3	7,0
Questões de hábito	3	7,0
Tenho filhos em Portugal e desejo que tenham formação superior em Português	1	2,3
Total	43	100,0

São várias as razões para aqueles que referem o relacionamento fácil, mas a mais expressiva é o facto de saberem falar Português (53,5% do universo que respondeu ser o relacionamento Fácil)) e como veremos no **quadro 5.41** mesmo aqueles que consideram difícil gostavam de aprender português. Nesta base está a o valor dado à cultura Portuguesa como superior, e aqui reside a noção de valor ligada ao orgulho de falar Português mesmo que não seja duma forma correcta. As referências ao tempo colonial, e da aprendizagem do português são um factor que também aparece como que indicador de um determinado tipo de memória colectiva que ainda existe, permanecendo laços com uma língua diferente que ajudou a criar uma identidade.

Quadro 5.41

Factores que contribuem para um relacionamento difícil	Freq	%
Poucos a falar Português	2	10,5
Poucas Relações de trabalho	1	5,3
São poucos os Portugueses	4	21,1
Difícil o Português	2	10,5

Os filhos estão a aprender Português	1	5,3
Desejo em falar melhor Português	3	15,8
Necessário maior aposta na educação, mais professores	4	21,1
Formação e desenvolvimento do país	1	5,3
Necessário Comerciantes Portugueses	1	5,3
Total	19	100,0

Dos 30,4% dum universo de 68,4%, que referiram ser o relacionamento difícil, apenas cerca de 24% dos inquiridos nos apontaram as razões. Mas, mais que apontarem os obstáculos ao relacionamento, dão-nos as pistas para ultrapassar essas barreiras, ou seja, 21,5% dos respondentes dizem-nos ser necessário uma maior aposta na educação que passa por um maior numero de professores portugueses no terreno e, ainda também 21,5% nos dizem haver em Timor poucos portugueses. Estas respostas se forem analisadas à luz das suas vivências recentes, poderemos considerá-las normais, pois os timorenses têm consciência que o bahasa foi amplamente implantado num período de 24 anos devido ao grande numero de professores indonésios, espalhados pelo país, assim como, ao grande numero de cidadãos da indonésia existente em Timor, há dados que nos dizem que em 1999 – antes da crise – 20% dos habitantes de Timor eram originários de outras ilhas da Indonésia. 15,8% dos respondentes, dizem que gostariam de falar melhor português para que o relacionamento fosse mais fácil.

Em suma, não se vêem aqui outras razões que possam ser evocadas como destabilizadores de relações sociais, ou doutro tipo. Não são invocados estrangulamentos oriundos de áreas económico-políticas ou sociais. Portanto, as pessoas conhecem que a aposta deverá ser na educação, e no estabelecimento de laços de conhecimento.

5.4 Conclusão

Timor Leste, foi uma ilha colonizada por Portugal até 1975, em Dezembro desse mesmo ano é invadida pela Indonésia. Durante quase vinte cinco anos, o seu povo lutou pela independência do país, conseguiu libertar-se da Indonésia em Setembro de 1999. Os indonésios antes de deixarem o país destruíram grande parte das infra estruturas físicas, a qualificação de recursos humanos timorenses também nunca constituiu uma prioridade da política da colonização portuguesa nem indonésia, assim, Timor torna-se um país independente mas, muito dependente da ajuda externa para a sua sobrevivência. A toda esta situação, não ficou alheia a comunidade internacional, que ali acorreu massivamente com o objectivo de prestar ajuda.

De Outubro de 1999 até Maio de 2002, data oficial da independência do país, as Nações Unidas exerceram a governação do país mas, para esta governação, foi fundamental as contribuições financeiras dos países doadores. Desde o primeiro momento que Portugal foi um dos principais doadores, quer em termos de cooperação multilateral quanto bilateral. Timor, constituiu para a cooperação portuguesa um marco e um desafio importante, daí o nosso interesse em conhecer as pessoas alvo dessa cooperação, quem são? Como vivem? Como olham os portugueses?

Para tentarmos encontrar respostas para estas perguntas, analisámos detalhadamente, o que nos responderam os 79 habitantes de Dili que colaboraram no nosso estudo.

Os nossos inquiridos foram na sua maioria do sexo masculino e com uma média de idade de 45 anos. Antes da independência, a profissão dominante era “funcionário público” e a taxa de desemprego era muito baixa. Após a independência, o número de funcionários públicos diminuiu, a taxa de desemprego subiu e há um aparecimento de novas actividades para as quais contribuiu a presença de Organizações de Apoio ao Desenvolvimento e de Organizações Não Governamentais, que empregaram mão-de-obra local. Quanto às línguas estudadas confirmámos o que diz Geoffrey Hull, ou seja, os timorenses são naturalmente políglotas, quase todos falam mais que uma língua e, 87% dos nossos inquiridos estudaram português.

Têm agregados familiares numerosos. Quanto a infra estruturas, apenas a electricidade abrange todas as habitações, saneamento básico apenas 60,3% dos inquiridos referem possui-lo, assim como, a água canalizada abrange 73,4% dos inquiridos mas, convém referir que água canalizada não é sinónimo de água potável.

Na terceira parte do inquérito em que procurávamos saber como olham os portugueses, constatámos que aquando da reentrada dos portugueses a maioria pensou “ vêm ajudar-nos precisamos deles”, os portugueses não foram olhados como antigos colonizadores, consideram antes que devido a razões morais e históricas Portugal tem obrigação de contribuir activamente para o seu desenvolvimento. A maioria dos inquiridos conhece as organizações portuguesas assim como o trabalho que estas desenvolvem mas, apenas uma minoria já utilizou os serviços prestados por essas organizações, salientando-se aqui os serviços de saúde.

Se a totalidade dos inquiridos considera que Portugal deve continuar a cooperação com Timor para ajudar a desenvolver o país nas áreas mais carenciadas, só um pouco mais de metade (54,4%) prefere as organizações de cooperação portuguesas.

A opção do governo de Timor, pelo português como uma das línguas oficiais, tem a concordância de 92,4% dos nossos inquiridos, mas a principal razão que invocam são “razões constitucionais” ou seja, “está escrito na constituição de Timor nós aceitamos”, outra razão apontada tem a ver com a história e cultura comuns

Também 68,4% dos nossos inquiridos relacionam-se diariamente com portugueses mas, consideram haver poucos portugueses em Timor. Consideram que deveria haver uma presença mais numerosa, especialmente de professores que possam ensinar o português às camadas mais jovens, e comerciantes/empresários que dinamizem as relações de trabalho e promovam o desenvolvimento de Timor. De tudo o que ficou dito, concluímos que os timorenses consideram que na actualidade, Portugal tem grandes responsabilidades para com Timor nas áreas do desenvolvimento e da implementação da língua portuguesa. Como nos dizem, Portugal tem obrigação moral e histórica de ajudar Timor

CAPÍTULO VI

Dizem os alunos da Universidade Nacional de Timor Leste...

6-0 Introdução

A Educação é um dos sectores prioritários de intervenção da cooperação entre Portugal e Timor. Existindo duas instituições portuguesas ¹³⁷a desenvolver um projecto de apoio directo à Universidade Nacional de Timor Leste, interessa perceber a forma (e o modo como os alunos daquela Universidade olham a Cooperação Portuguesa.



Figure 9 Alunos à porta da UNTL

Estes alunos situam-se na faixa etária dos vinte anos, ou seja, nasceram durante o domínio Indonésio e, para muitos deles, o português é uma língua estranha. Isso mesmo podemos constatar através dos dados dos inquéritos que lhes foi solicitado responder. O que vem dar razão ao afirmado por um docente da FUP que escrevia no seu relatório final: *“Um dos mais fortes choques que os docentes sofrem*

*logo nas primeiras aulas, é a constatação das debilidades linguísticas dos alunos”*¹³⁸.

Apesar desse constrangimento linguístico, vamos tentar ao longo deste capítulo fazer uma leitura das respostas daquele jovens. Procurávamos perceber: Quem São esse alunos, Como vivem e de que modo Olham os portugueses. Sempre que tal se mostre conveniente e eficaz, estabeleceremos comparações entre estas respostas e as produzidas pelos habitantes dos sucos com o objectivo de nos apercebermos das diferenças ou semelhanças em relação a modos de vida, horizontes de futuro, formas de ver a cooperação portuguesa, etc em duas gerações distintas.¹³⁹

¹³⁷ FUP (Fundação das Universidades Portuguesas) e Instituto Camões. A FUP lecciona quatro cursos: Economia/Gestão, Ciências Agrárias, Engenharia Informática e Engenharia Electrotécnica, e o Instituto Camões é responsável pelo curso de Língua Portuguesa.

¹³⁸ OLIVEIRA, Eugénio; Relatório Final sobre a disciplina de Inteligência Artificial, in http://paginas.fe.up.pt/~eol/TIMOR/Relat%F3rio_ECO.pdf

¹³⁹ Nascidas em épocas diferentes: uma caracterizada pela colonização portuguesa a outra pela colonização indonésia.

Sempre que considerarmos pertinente, socorrer-nos-emos de outros autores que se dedicaram ao estudo de Timor para aprofundar algumas questões que considerarmos importantes para a compreensão da realidade actual. E referiremos os dados estatísticos existentes para melhor clarificar a evolução do ensino em Timor.

6.1 Quem são

6.1.1 Idade dos Respondentes

Quadro 6.1.

Variável	Frequência	Idade mínima	Idade máxima	Idade média
Idade	40	21	28	23,18

A idade varia dos 21 aos 28 anos, com uma média de 23 e com uma moda de 21. O que corresponde à idade habitual dos estudantes do ensino superior.

6.1.2 Sexo dos Respondentes

Quadro 6.2.

Sexo	Frequência	%
Masculino	23	57,5
Feminino	17	42,5
TOTAL	40	100,0

Existe um equilíbrio na distribuição desta variável. Apenas há uma ligeira predominância dos homens (57,5%).

Se compararmos com tempos anteriores, especialmente durante o período de colonização portuguesa¹⁴⁰, verificaremos uma evolução muito positiva em relação à não discriminação das mulheres no acesso ao ensino.

Estes dados estão na linha dos resultados do inquérito sobre o estado da educação em Timor, realizado pelo Banco Mundial em 2001 junto das famílias dos alunos timorenses.¹⁴¹

6.1.3 Em que Língua(s) Estuda (Estudou)?

Quadro 6.3.

Língua	Frequência	%
Português	24	60,0
Tétum, Bahasa, Português e Inglês	12	30,0
Português, Bahasa e Tetum	4	10,0
TOTAL	40	100,0

No caso desta universidade, a totalidade dos alunos estuda português. Como quarenta por cento deles estuda mais de duas Línguas, o tetum e bahasa, acabam por ter um peso significativo.¹⁴²

Quadro 6.4.

Outra língua	Frequência	%
Quêmac	1	2,5
Makasai	1	2,5
Mambai	1	2,5
Tocodete	1	2,5
TOTAL	4	10,0

¹⁴⁰ Em que o analfabetismo era predominante no sexo feminino.

¹⁴¹ Uma das conclusões a que nessa altura se chegou foi a da não existência de diferenças significativa entre sexos quanto à taxa de alfabetização.

¹⁴² O tétum, a par do português, foi considerado como língua oficial de Timor e é considerada como a língua nacional. O bahasa foi instituído (e amplamente implementado) pelos indonésios. É a língua que os jovens timorenses melhor dominam pois, até 1999, a escolarização era feita em bahasa.

Para além das cinco línguas referidas, 4 respondentes (10%) referiram que estudam/estudaram “outra língua”, como se mostra através do **quadro 6.4** de distribuição de frequências, e consideraram como línguas estudadas alguns dos “dialectos” ou línguas locais.

Consideramos este facto importante porque nos nossos inquiridos nos Sucos (que atingiram uma faixa etária mais elevada) ninguém referiu ter estudado qualquer destas línguas.

Não é consensual entre os diversos autores por nós consultados, o número de línguas existentes em Timor. E Luís Filipe Thomaz adianta uma explicação para a discrepância encontrada

“as línguas locais de Timor Oriental são em numero de 19 a 31, segundo as contagens – provindo a discrepância do critério adoptado na distinção entre línguas autónomas e variantes dialectais da mesma língua”¹⁴³

Não sendo objectivo deste trabalho fazer um estudo aprofundado da questão linguística timorense, pensamos no entanto ser importante fazer algumas referências às línguas, que apesar de terem sido referidas por uma minoria dos nossos inquiridos, fazem parte da diversidade étnico-linguística timorense. E os alunos que frequentam a Universidade de Dili são provenientes de diversas zonas de Timor, logo pertencem a diferentes grupos.

As línguas de Timor dividem-se em dois segmentos principais, as austronésicas e as papuas. O Quêmac é uma língua austronésica, falada nalgumas zonas de Hermera e em algumas zonas de Bobonaro. O Makasai é uma língua papua, falada em quase todo o concelho de Baucau (a 2ª maior cidade do país). O Mambai é também da família das línguas austronésicas e é falada em algumas zonas de Dili, em algumas zonas de Liquiçá, em algumas zonas de Hermera, em Aileu, em Same e ainda em algumas zonas de Manatuto,¹⁴⁴. O Tocodete também é uma língua austronésica e é falado no concelho de Liquiçá, excepto na zona de Bazartete onde é falado o Mambai. Temos assim que apenas o Makasai é uma língua papua, as restantes pertencem à família austronésica, à qual também pertence o tétum.

¹⁴³ THOMAZ, Luís Filipe F. R. ; Babel Loro Sa'e, O Problema linguístico de Timor – Leste, Instituto Camões, 2ª ed. Lisboa, Abril 2002, pag. 141.

6.2 COMO VIVEM

6.2.1 Agregado Familiar

Em relação ao número de pessoas por agregado familiar, os dados são muito variáveis. Com uma média de 7,68 pessoas por agregado, verificamos um elevado desvio-padrão. Isto é, em termos de coeficiente de variação (dispersão relativa) acabamos com

um valor de praticamente 50%. Podemos constatar tais situações até pelos valores máximo e mínimo: desde aqueles que referiram 1 por agregado até agregados de 20 pessoas.

Quadro 6.5.

Média	7,68
Moda	5
Desvio-padrão	3,826
Mínimo	1
Máximo	20

¹⁴⁴ Há autores que referem ser esta uma das línguas mais faladas em Timor, logo a seguir ao tétum

Quadro 6.6.

A média do agregado familiar dos estudantes está de acordo com a média dos agregados familiares dos inquiridos dos Sucos. Ou seja, no caso dos estudantes os agregados familiares têm em média de 7,68 pessoas quando em relação aos habitantes dos Sucos os agregados apresentavam um valor médio de 7,83 .pessoas. Também no caso dos estudantes se verifica um maior peso das famílias.com 5,8 e 10 pessoas.

Mas para melhor identificação da distribuição dos valores da variável número de pessoas por agregado familiar apresenta-se o **quadro 6.6**, com a distribuição total.

O elevado número de pessoas por agregado familiar foi um dado que não

nos surpreendeu atendendo que a taxa de natalidade está calculada em 27,46 nascimentos por cada 1000 habitantes (dados de 2004) e, permanece em Timor o conceito de família alargada, é comum fazer parte do mesmo agregado familiar várias gerações.¹⁴⁵

Nº de Pessoas	Frequência	%
1	1	2,5
2	3	7,5
3	1	2,5
4	1	2,5
5	6	15,0
6	4	10,0
7	4	10,0
8	5	12,5
9	4	10,0
10	5	12,5
11	1	2,5
12	1	2,5
13	1	2,5
14	1	2,5
15	1	2,5
20	1	2,5
TOTAL	40	100,0

¹⁴⁵ Se é verdade que a taxa de natalidade é elevada há também que referir que a taxa de mortalidade está calculada em 6,36 óbitos por cada 1000 habitantes (dados de 2004) e, a taxa de mortalidade infantil é de 87 por 1000 nados vivos. A esperança média de vida à nascença é de apenas 55,5 anos (abaixo da média dos países vizinhos).

6.2.2 Quantas divisões têm a casa onde mora?

Quadro 6.7

Média	4,75
Moda	4
Desvio-padrão	3,095
Mínimo	1
Máximo	12

Também a este nível se mantém uma elevada dispersão de valores, com uma média de 4,75 divisões por casa. Ou seja, uma dispersão ainda maior do que na variável anterior. Repare-se que o coeficiente de variação é 65%, bastante elevado. Vejam-se os dois quadros seguintes.

Quadro 6.8

Nº de divisões	Frequência	%	Acumulado em %
1	4	10,0	10,0
2	6	15,0	25,0
3	7	17,5	42,5
4	8	20,0	62,5
5	3	7,5	70,0
6	2	5,0	75,0
7	1	2,5	77,5
8	3	7,5	85,0
9	1	2,5	87,5
10	3	7,5	95,0
12	2	5,0	100,0
TOTAL	40	100,0	

Observa-se no **quadro 6.8** que 75% dos nossos respondentes afirmaram viver em casas que vão de 1 até 6 divisões. Quando nos referimos ao número de divisões das casas, temos que ter em consideração o tipo de casas habitadas hoje pelos timorenses, como referimos no capítulo “ Um olhar a partir dos sucos de

Dili”.

E tal como já está indicado no **quadro 6.7**, o valor modal é 4. Isto é, a maior parte (neste caso 20% dos respondentes), vive em casas com 4 divisões.

Mas, convém também referir, que 15% vivem em casas com duas divisões e 17,5% vivem em casa de três divisões. Verifica-se que a maioria dos respondentes (52,5%), vive em casas sobrelotadas – tendo em consideração a dimensão média dos seus agregados familiares. A sobrelotação, no caso dos estudantes, é superior à dos inquiridos dos Sucos.

6.2.3 Saneamento Básico?

Quando falamos de saneamento básico em Timor, temos que ter em conta a explicação adiantada no capítulo “ um olhar a partir dos sucos de Dili...” ou seja, não estamos a falar de uma rede de

saneamento básico comum nos países ditos civilizados. Mas, neste contexto, como podemos ver no quadro seguinte, a grande maioria dos alunos (92,5%) refere possuir saneamento básico, valor este que é superior à dos habitantes dos Sucos que responderam ao nosso inquérito (60,3%).

Quadro 6.9

Saneamento Básico	Frequência	%
Sim	37	92,5
Não	2	5,0
Não responderam	1	2,5
TOTAL	40	100,0

6.2.4 Tem Electricidade?

Quadro 6.10

Electricidade	Frequência	%
Sim	36	90,0
Não	4	10,0
TOTAL	40	100,0

10% referem não ter electricidade em casa. Neste caso, também encontramos algumas diferenças em relação aos habitantes dos Sucos por nós inquiridos.

Aí a totalidade afirmou ter energia eléctrica no domicílio.

6.2.5 Tem Água Canalizada?

Quadro 6.11

Água Canalizada	Frequência	%
Sim	36	90,0
Não	4	10,0
TOTAL	40	100,0

Já no caso da água canalizada dá-se uma inversão de posições. Dez por cento dos alunos da Universidade afirmam não ter acesso a essa infra-estrutura em

casa, um número bastante inferior ao que resultou dos inquéritos aos habitantes dos sucos: foram 26,6% os que responderam não ter água canalizada.

Se respondeu Não, diga a que distância a vai buscar

Vejamos estes dois quadros:

Quadro 6.12

Média	2,113
Desvio-padrão	3,2788
Mínimo	2
Máximo	7,0

Quadro 6.13

Distância (Kms)	Frequência	%
2	1	2,5
3	1	2,5
1	1	2,5
7	1	2,5
TOTAL	4	10,0

Temos uma média de 2,1 Km, embora a dispersão seja elevada. A distribuição é amodal, tendo como valor máximo 7 Km. Nem sempre as bombas estão perto das residências, mesmo em Dili, que é a capital, Caracterizada como possuindo um povoamento urbano existe algum povoamento disperso. Desde tempos remotos que o isolamento é uma característica deste povo mas, como nos diz Ruy Cinati “*o isolamento das casas dá ao timorense o sentimento de segurança contra os frequentes incêndios e epidemias*”.¹⁴⁶

Se em relação aos habitantes dos Sucos, não era significativa a distância a que iam buscar a água, no caso dos alunos - apesar de apenas uma minoria não ter água canalizada - temos que considerar importante a distância que aqueles que não usufruem dessa infra estrutura têm que percorrer para a irem buscar.

Como factor explicativo para esta discrepância, devemos considerar que os inquéritos aos habitantes de Dili foram feitos em sucos (zonas habitacionais mais ou menos concentradas) enquanto estes estudante podem habitar em zonas mais periféricas. Como se poderá perceber já de seguida, a maioria dos alunos reside longe da universidade, que se situa no centro de cidade.

¹⁴⁶ CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de; MENDES, Sousa; *Arquitectura*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia; Copyright 1987, pag. 54.

6.2.7 Estuda perto do local onde vive?

Quadro 6.14

Casa / escola	Frequência	%
Estuda perto	18	45,0
Estuda longe	22	55,0
Total	40	100,0

A maior parte dos estudantes universitários de Dili vive longe do local onde estuda (55%). Relembre-se que a cidade se foi estendendo de forma desordenada e a maioria da população habita nas zonas periféricas.

6.2.8 Como resolve o problema das deslocações?

Quanto ao tipo de meio de transporte a maioria utiliza o Microlet – mini autocarro que funcionam como transporte publico urbano .

Para 62,5% dos inquiridos o Microlet é o seu único meio de transporte. Mas, se considerarmos as diversas possibilidades de combinação de meios de transporte que o inquirido previa, então o Microlet atinge um grau de utilização da ordem dos 80%, Isso mesmo se pode verificar na observação do **quadro 6.15**.

Quadro 6.15

Meio de deslocação	Frequência	%
Pé	6	15,0
Mota	1	2,5
Microlet	25	62,5
Taxi e Microlet	1	2,5
Pé e Microlet	5	12,5
Bicicleta e Microlet	1	2,5

Total	39	97,5
Não resposta	1	2,5
Total	40	100,0

Podemos considerar normal que 15% dos inquiridos se desloquem para a Universidade a pé porque (apesar de existirem os que têm de percorrer longas distâncias) 45% deles referiram estudar perto do local onde vivem

6.3 COMO OLHAM OS PORTUGUESES

6.3.1 Em 1999/2000, quando se deu a grande reentrada de portugueses em Timor, o que é que pensou.

Quadro 6.16

O que pensaram	Frequência	%
Ainda bem que são os Portugueses	4	10,0
Vêm ajudar-nos, precisamos deles	28	70,0
Tanto faz, desde que nos ajudem	5	12,5
São mais uns "Malais" que para aqui vêm	2	5,0
Não os tínhamos já mandado embora?	1	2,5
TOTAL	40	100,0

De facto, a maior parte dos alunos (70%) perante a reentrada dos Portugueses, diz ter pensado:

- *Vêm ajudar-nos, precisamos deles.*

De realçar que uma significativa percentagem (12,5%) respondeu:

- *Tanto faz, desde que nos ajudem.*

As respostas dadas pela maioria dos alunos não diferem das respostas dadas pela maioria dos inquiridos dos Sucos. Mas, enquanto os habitantes dos Sucos

das cinco hipóteses de resposta apenas seleccionaram três, os alunos referiram as cinco hipóteses de resposta.

Em relação à primeira hipótese, (ou seja, *ainda bem que são os portugueses*) não sendo muito significativa a diferença da percentagem de respostas dadas pelos alunos (10.0%) ou pelos habitantes dos sucos (7,6%), temos de atribuir um significado particular por estarmos em presença de jovens que nasceram (e viveram) durante o domínio indonésio.

Mas, tal como no caso dos habitantes dos Sucos, as respostas dadas pelos alunos da Universidade a esta questão levam-nos a concluir, que quase todos os inquiridos têm consciência da grande necessidade de ajuda externa.

6.3.2 Passados estes anos, hoje considera importante a presença de cooperantes portugueses em Timor?

Quadro 6.17

Praticamente a globalidade considera importante a presença de cooperantes portugueses em Timor (87,5%). Para 7,5% é completamente indiferente e 2,5% dos respondentes não considera importante a presença de cooperantes portugueses. Não responderam a esta questão 2,5% dos inquiridos.

Cooperantes portugueses	Frequência	%
Sim	35	87,5
Não	1	2,5
Indiferente	3	7,5
Total de respostas	39	97,5
NÃO RESPONDERAM	1	2,5
TOTAL	40	100,0

As respostas dadas pelos alunos são muito semelhantes às dos habitantes dos Sucos. Para a generalidade deles, é importante a presença de cooperantes portugueses.

6.3.4 Frequenta aulas dadas por professores:

Quadro 6.18

Nacionalidade	Frequência	%
Timorenses	1	2,5
Portugueses	34	85,0
Timorenses e portugueses	4	10,0
Timorenses e outras nacionalidades	1	2,5
TOTAL	40	100,0

A quase totalidade dos respondentes frequenta aulas dadas por professores portugueses (95%), o que está de acordo com parâmetros de um estudo cuja população alvo do inquérito eram os estudantes universitários que frequentassem cursos em que estivessem envolvidas entidades portuguesas.

6.3.5 Se tem professores portugueses, como define a utilidade do ensino por eles ministrado:

Quadro 6.19

Grau de importância	Frequência	%
Importante	21	52,5
Útil	11	27,5
Regular	1	2,5
Inútil	1	2,5
Importante e útil	4	10,0
Total	38	95
NÃO RESPONDERAM	2	5,0
TOTAL	40	100,0

Do universo total dos inquiridos, é elevada a percentagem dos que consideram *importante* a utilidade do ensino dos professores Portugueses (52,5%). Mas, somando aqueles que consideram *importante* e *útil* o valor sobe a 62,5%. Se considerarmos os que apenas respondem *útil*, chegaremos à conclusão de que

90% dos inquiridos, consideram o ensino ministrado por professores portugueses **importante, útil** ou **importante e útil**

Quase irrelevante estatisticamente, o número dos que respondem consideram **regular e inútil** (5%).

6.3.6 Frequentou (ou está a frequentar) algum curso profissional ministrado por portugueses?

57,5% dos alunos frequentam também (ou já frequentaram) um curso profissional ministrado por Portugueses. Três deles estavam a frequentar, em simultâneo, um curso superior e um curso profissional de responsabilidade portuguesa

Quadro 6.20

Curso profissional	Frequência	%
Sim	23	57,5
Não	14	35,0
Total	37	92,5
Não Responderam	3	7,5
TOTAL	40	10,0



Figure 10. Escola profissional Tibar

A percentagem de estudantes da Universidade que frequenta/frequentou cursos profissionais ministrados por portugueses excede largamente a que resulta dos inquéritos nos Sucos: aí, apenas 22,8% dos inquiridos responde afirmativamente a esta questão. Situação perfeitamente normal se tivermos em atenção as diferenças de idades entre dois universos de respondentes.

6.3.7 Se respondeu Sim, como definiria a utilidade desse Curso?

O universo dos inquiridos (os 23 alunos, que responderam afirmativamente à questão anterior) produziu 25 respostas em relação à utilidade (ou inutilidade) desses cursos.

Quadro 6.21

Utilidade do curso	Frequência
Abre-me perspectivas de futuro	17
Vai-me ser útil	1
Abre-me perspectivas de futuro e, vai ser-me útil	3
Pode ser que sirva para alguma coisa	3
É uma forma de me manter ocupado	0
Estou a perder tempo	1
Total	25

Dezassete delas manifestam que o curso *abre perspectivas de futuro*, enquanto 3 vão mais longe e ao argumento das *perspectivas futuras* juntam a consideração de que a sua frequência lhes poderia *ser útil*. Este argumento da *utilidade* do curso foi ainda assumido numa outra resposta.

Em relação às restantes quatro, apenas numa se manifestava convencimento de estar perante *uma perda de tempo*, já que as outras três parecem manter uma

expectativa positiva quanto à utilidade do curso ao fixarem-se num *pode ser que sirva para alguma coisa*. Nenhum dos respondentes optou pela hipótese de considerar o curso como *uma forma de se manter ocupado*.

Estes cursos profissionais (ministrados em Tibar, uma localidade perto de Dili), são financiados pela Cooperação Portuguesa através do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. Segundo o coordenador local (português) deste projecto, Dr. Pedro Fraga, o nível de candidaturas é todos anos muito elevado, não havendo capacidade de resposta para aquela procura. No ano de 2005, havia 65 alunos a frequentar os cursos de:

- carpintaria,
- electricidade,
- canalização
- alvenaria.

Segundo o mesmo responsável, os cursos são reconhecidos, tanto pelos formandos como pelas entidades superiores da administração de Timor, como de extrema importância. Os monitores dos diversos cursos são na sua maioria timorenses.

O problema maior está na colocação dos formandos no mercado de trabalho local. De acordo com o Dr. Pedro Fraga, a quase totalidade das obras executadas em Timor estão a cargo de empresas internacionais que preferem trazer trabalhadores dos seus países, em detrimento da utilização de mão de obra especializada local.

6.3.8 Sabe alguma coisa acerca do trabalho feito por organizações de cooperação portuguesa que trabalhem em Timor?

Praticamente todos os estudantes inquiridos conhecem o trabalho realizado pelas organizações portuguesas. Os valores de reconhecimento atingem os 90%. Um número muito superior ao obtido nos Sucos.

Quadro 6.22

Conhecimento de Organizações Portuguesas	Frequência	%
Sim	36	90,0
Não	4	10,0
Total	40	100,0

No entanto, e tendo em conta que estes respondentes frequentam um curso universitário ministrado por uma entidade portuguesa (a FUP), ficámos surpreendidos por o nível de respostas não atingir os 100%.

Se respondeu **Sim**, indique alguma (s) das organizações portuguesas que conheça

Do universo dos nossos inquiridos, 87,5% referiram as organizações/instituições portuguesas que conhecem. (várias, como podemos observar no **quadro 6.23**). 12,5% dos inquiridos não respondeu a esta questão.

Quadro 6.23

Organização	Frequência	%
Assistência Médica Internacional (AMI)	3	7,5
Fundação das Universidades Portuguesas (FUP)	1	2,5
FUP, Missão Agrícola; Instituto Camões	5	12,5
Missão Agrícola	9	22,5
Quinta Portugal	1	2,5
Timor Telecom, Semanário, Missão Agrícola	1	2,5
Centro Juvenil Padre António Vieira	1	2,5
FUP, Rádio e Televisão de Portugal	1	2,5
FUP e Missão Agrícola, Fundação Oriente	3	7,5
Missão agrícola e Delta Café	2	5,0
Centro Juvenil PAV; FUP, Fundação Oriente; Instituto Camões	2	5,0
Instituto Camões	1	2,5
FUP e Instituto Camões	5	12,5
Total	35	87,5
NÃO RESPONDERAM	5	12,5
TOTAL	40	100,0

Da leitura do **quadro 6.23**, percebe-se que a Missão Agrícola/Quinta de Portugal e a Fundação das Universidades Portuguesas são as mais conhecidas. Mesmo assim, , sendo alunos da Universidade Nacional de Timor Leste, (com quem a FUP trabalha directamente e onde mantém cerca de trinta professores) apenas dos inquiridos, 42,5% referem conhecer a FUP. Provavelmente, estamos perante uma das situações referida anteriormente neste estudo, quando dizíamos que o trabalho desenvolvido pela Cooperação portuguesa é muito superior ao reconhecido e identificado como tal.

O número de organizações mencionadas pelos alunos (10) é inferior ao número referido pelos habitantes dos Sucos (15). Os estudantes manifestam conhecimento de organizações diferentes, mais direccionadas para as suas áreas de interesse.

Terá de ser considerado relevante o facto de a Missão Agrícola/Quinta de Portugal ser identificada por 52,5% dos respondentes.

6.3.9 Sabe alguma coisa acerca do trabalho feito por organizações de cooperação portuguesa que trabalhem em Timor?

Acerca da existência de organizações e instituições no suco onde residem, podemos verificar que em 27,5% dos casos isso acontece.

Quadro 6.24

Existência	Frequência	%
Sim	11	27,5
Não	29	72,5
Total	40	100,0

Se respondeu **Sim** diga se sabe qual é o trabalho que elas estão a realizar e descreva-o

27,5% que responderam afirmativamente à pergunta anterior, 25% manifestam conhecimento do trabalho realizado pelas organizações/instituições portuguesas e 2,5% não identifica o trabalho desenvolvido.

Como se pode verificar através do **quadro 6.25**, 12,5% dos alunos, referem o trabalho de formação para o desenvolvimento na área agrícola, 5% reconhece o trabalho dos professores, assim como, também 5% dos alunos reconhece o trabalho desenvolvido no sector da saúde pela AMI, 2,5% dos alunos conhecem os cursos de computadores ministrados por portugueses

Quadro 6.25

Tipo de trabalho	Frequência	%
Cursos de Computadores	1	2,5
São os meus professores	2	5,0
Tratamento de doentes	2	5,0
Formação para Agricultura	5	12,5
Total	10	25,0
Não responderam	1	75,0
Total	11	100,0

6.3.10 Considera que o trabalho que elas desenvolvem tem alguma importância para as pessoas que lá vivem?

Relativamente ao grau de importância reconhecido acerca das organizações/instituições, a maior parte acha que é importante para as pessoas que residem nos sucos (52,5%). Isto quer dizer que existe um reconhecimento acentuado. Enquanto 17,5% não considera importante, e 30% não responde à questão em causa. Mais uma vez estamos perante respostas que não coincidem com a pergunta efectuada, pois apenas 27,5% dos inquiridos nos havia respondido afirmativamente à questão anterior, assim temos que considerar que

estes inquiridos nos estão a responder sobre o trabalho das organizações portuguesas que conhecem, e não às que trabalham nos seus Sucos.

Quadro 6.26

Importância	Frequência	%
Sim	21	52,5
Não	7	17,5
Total	28	70,0
Não responderam	12	30,0
Total	40	100,0

6.3.11 Já alguma vez utilizou serviços prestados por organizações portuguesas?

As respostas dadas a esta questão, vem-nos confirmar aquilo que anteriormente havíamos dito, alguns destes alunos não reconhecem a FUP, com quem tem aulas diariamente, como uma instituição/organização da cooperação portuguesa, assim, obtivemos 65% dos inquiridos a dizerem-nos que já utilizaram serviços prestados por organizações/instituições portuguesas, 22,5% dizem-nos nunca ter utilizado esses serviços e, não responderam a esta questão 12,5% dos inquiridos, como se pode verificar através do **quadro 6.27**.

Quadro 6.27

Utilização	Frequência	%
Sim	26	65,0
Não	9	22,5
Total	35	87,5
Não responderam	5	12,5
Total	40	100,0

Se respondeu Sim, indique qual (ou quais)

Como se poderá verificar no **quadro 6.28**, dos 65 % dos alunos que nos disseram ter utilizado serviços da cooperação portuguesa, 60% identificam esses serviços. Continuam a ser os serviços relacionados com a agricultura aqueles que são utilizados pela maioria dos alunos, (42,5%). Se considerarmos aqueles que dizem ter utilizado serviços em mais que uma instituição, temos que 12,5% dos alunos utilizaram os serviços prestados pela FUP, assim como também 12,5% utilizaram os serviços do Instituto Camões. Os serviços prestados pela AMI foram utilizados por 2,5% dos alunos, assim como, os serviços de equipamento informático e livros.

Se é verdade que alguns dos alunos que responderam ao questionário são estudantes de Ciências Agrárias, também é verdade que a importância da Missão Agrícola ultrapassa estes estudantes, a agricultura sempre constituiu meio de subsistência e não um factor de riqueza, daí haver respondentes que referem ser importante a cooperação na área agrícola para que se verifique um desenvolvimento eficaz de forma a contribuir para que Timor ultrapasse a fase de agricultura de subsistência para uma fase de auto sustentação e riqueza.

Quadro 6.28

Serviços	Frequência	%
AMI	1	2,5
Quinta Portugal	2	5,0
Missão Agrícola	13	32,5
Instituto Camões	2	5,0
Missão Agrícola; FUP	2	5,0
FUP; Inst. Camões	3	7,5
Equipamento informático e Livros	1	2,5
Total	24	60,0
Não responderam	16	40,0
Total	40	100,0

Como foi recebido?

No universo dos inquiridos, 65% responderam que já tinham utilizado serviços prestados pela cooperação portuguesa e 12,5% não responderam a essa questão mas, agora todos eles referem a forma como foram recebidos, donde concluímos que os alunos que não haviam respondido à questão anterior já haviam utilizado esses serviços.

Assim, quanto à forma de ser recebido a maior parte considera que foi bem recebido (57,5%), 20% considera que foi recebido de uma forma regular, ninguém respondeu que tenha sido mal recebido.

Quadro 6.29

Avaliação	Frequência	%
Bem	23	57,5
Regular	8	20,0
Mal	0	0,0
Total	31	77,5
Não responderam	9	22,5
Total	40	100,0

Sabe falar português?

Dos que já utilizaram serviços prestados por organizações portuguesas, uma elevada percentagem sabe falar português (72,5%) e, 5% não sabia falar português.

Tal como já havíamos constatado, quando analisamos os inquéritos respondidos pelos habitantes dos sucos, a maioria dos alunos que já recorreram aos serviços das organizações/instituições portuguesas sabem falar português.

Quadro 6.30

Conhecimento do português	Frequência	%
Sim	29	72,5
Não	2	5,0
Total	31	77,5
Não responderam	9	22,5
Total	40	100,0

Os portugueses dessas organizações de cooperação sabiam falar tétum?

Dos 77,5% dos alunos que utilizaram serviços prestados por organizações/instituições portuguesas, 60% dizem-nos que os cooperantes dessas organizações não sabiam falar tétum, 17,5% dizem que encontraram nesses serviços cooperantes que sabiam tétum, **quadro 6.31**.

Quadro 6.31

Portugueses e o Tetum	Frequência	%
Sim	7	17,5
Não	24	60,0
Total	31	77,5
Não responderam	9	22,5
Total	40	100,0

Havia um intérprete?

Somente em 25% dos casos existe intérprete. E analisando o **quadro 6.33** verificamos que a comunicação é estabelecida porque existem palavras em Tétum que são semelhantes às portuguesas, mas nalguns casos é referido que não são cumpridos os objectivos na sua totalidade por falta de uma comunicação total e completa.

Quadro 6.32

Interprete	Frequência	%
Sim	10	25,0
Não	21	52,5
Total	31	77,5
Não responderam	9	22,5
Total	40	100,0

Se não sabe português, se os portugueses não sabiam tétum, se não havia interprete, como é que comunicavam?

Dos alunos que nos responderam que tinham utilizado serviços da cooperação só dois (5%) afirmaram não saber português portanto, podemos considerar normal ter um nível de respostas baixo a esta questão

Mas, mesmo assim, deparamo-nos com diversos tipos e formas de comunicação, como se pode observar no **quadro 6.33**, isto na situação da inexistência de intérprete.

Quadro 6.33

Forma de comunicação	Frequência	%
Usavam inglês	1	2,5
Havia interprete	1	2,5
Não atingiam objectivos	2	5,0
Falando devagar, misturando português e tetum	1	2,5
Total	5	12,5
Não responderam	35	87,5
Total	40	100,0

6.3.12 Como classificaria o trabalho desenvolvido por essas organizações/ instituições portuguesas para o futuro de Timor?

Como se pode observar no **quadro 6.34** é elevada a percentagem daqueles que avaliam como importante o trabalho desenvolvido pelas organizações portuguesas para o futuro de Timor (77,5%), mas se considerarmos também aqueles que o consideram importante e adequado temos que a percentagem sobe para os 80%, 12,5% dos inquiridos consideram-no adequado, 2,5% dizem ser o trabalho dos cooperantes dispensável e, não responderam a esta questão 5% dos inquiridos.

Quadro 6.34

Grau de importância	Frequência	%
Importante	31	77,5
Adequado	5	12,5
Dispensável	1	2,5
Importante e adequado	1	2,5
Total	38	95,0
Não responderam	2	5,0
Total	40	100,0

Explique as razões da sua escolha:

Das 75% de respostas que apresentam as razões, verificamos então o maior peso relativo no factor “Importante para o futuro de Timor”. Estes 40% estão a pensar na juventude do país e na necessidade de aprender e de estabelecer contactos internacionais aproveitando da possibilidade de aprender com estas organizações. Mais uma vez o domínio do desenvolvimento rural se destaca com um peso relativo deveras importante (17,5%). Trata-se da constatação de necessidades básicas e de infra-estruturas.

Aliás ver-se-á que o futuro de Timor é a maior preocupação na nossa amostra de respondentes, e estes esperam o empenho dos cooperantes portugueses para o desenvolvimento a diversos níveis deste país, nomeadamente na Educação, Saúde, Agricultura e Economia.

Para 5% dos nossos inquiridos, a escolha do português como língua oficial, implica que Portugal assuma mais responsabilidades na implementação e divulgação da língua portuguesa, especialmente na camada mais jovem da população, para quem o português é uma língua estranha.

Quadro 6.35

Razões da escolha	Frequência	%
Língua Oficial	2	5,0
Importante para o futuro de Timor	16	40,0
Importante continuar Cooperação	1	2,5
Importante parar desenvolvimento rural	7	17,5
Ajudar os jovens a desenvolver país	3	7,5
Necessidade de mais médicos	1	2,5
Total	30	75,0
Não responderam	10	25,0
Total	40	100,0

6.3.13 Em Timor estão organizações de cooperação de diversos países:

A este nível demonstra-se a grande necessidade demonstrada pelos respondentes, relativa à ajuda que os cooperantes possam trazer para Timor, pois se 30% prefere as Organizações Portuguesas, também 60% refere que isso é indiferente, pois o que é fundamental é que sejam Organizações ou Instituições que ajudem na construção do futuro de Timor.

Quadro 6.36

Preferência	Frequência	%
Prefere Portuguesas	12	30,0
Tanto faz, desde q ajudem	24	60,0
As outras são melhores	1	2,5
Total	37	92,5
Não responderam	3	7,5
Total	40	100,0

6.3.14 Concordou com a decisão de considerar o português como uma das línguas oficiais de Timor?

Quadro 6.37

Concordância	Frequência	%
Sim	31	77,5
Não	8	20,0
Total	39	97,5
Não responderam	1	2,5
Total	40	100,0

Quanto à concordância/discordância acerca da adoção da Língua Portuguesa enquanto língua oficial de Timor, regista-se que a grande parte dos respondentes concordou (77,5%), 20% não concordaram com a opção do governo timorense em escolher o português como língua oficial e, não responderam a esta questão 2,5% dos inquiridos..

Porquê?

Dos 20% que não concordam com a escolha do português como língua oficial, temos que 15% nos apontam as razões, assim distribuídas: “ o português é uma língua difícil de aprender.” (5%) e, “ Cada país tem que ter a sua língua e, nós precisamos de desenvolver o tetum,” (5%), depois surge a constatação de que

nem todos sabem português e, consideram importante que a maioria da população consiga exprimir-se na língua oficial.

Quadro 6.38

Razões para discordar	Frequência	%
Muito difícil aprender português	2	5
Nem todos sabem português	1	2,5
Os jovens não falam português	1	2,5
Cada país tem que ter a sua língua e, nós necessitamos é de desenvolver o tetum	2	5
Total	5	15

Os 31 respondentes (77,5%) a esta questão referenciaram 35 razões explicativas da adopção do português como língua oficial, como se pode ver no **quadro 6.39**.

Assim, temos que a razão mais referenciada foi “ está escrito na constituição”, esta, também tinha sido a razão mais vezes apontada pelos habitantes dos sucos, em segundo lugar consideram que “ o tetum utiliza palavras do português, que o enriquece”, em terceiro lugar dizem-nos que o facto de o português ser uma língua falada em muitos países de África e Brasil e, Portugal pertencer à Comunidade Europeia lhes abre as portas para novas realidades e novas possibilidades de saírem da miséria em que sempre têm vivido. Portugal é por muitos encarado como uma porta de saída para o exterior.

Todas as outras razões, apesar de serem menos referenciadas, não deixam no entanto de ser consideradas importantes e, se analisarmos o conjunto das razões apontadas verificamos que muitos consideram existir interligação entre a cultura timorense e a cultura portuguesa e, pensamos ser importante referir que os respondentes, apesar de terem nascido sob o domínio indonésio, portanto aprenderam bahasa, consideram que o português é importante para não lhes deixar morrer a língua mãe que é o tetum.

Quadro 6.39

Razões para concordar	Frequência	%
Língua da resistência	1	2,9
Está escrito na constituição	13	37,1
Cultura timorense adaptada da portuguesa	2	5,7
Aprofundar relações entre países de língua portuguesa	1	2,9
Língua portuguesa é falada em muitos países	3	8,6
Interligação com história, cultura e língua portuguesa	2	5,7
O tétum utiliza palavras portuguesas que o enriquece	8	22,9
Portugal ajudou Timor na luta pela libertação	1	2,9
Razões políticas	2	5,7
Falando português conseguimos comunicar com países europeus	1	2,9
Se optássemos por outra língua matávamos a nossa língua mãe, o tétum	1	2,9
Total	35	100

6.3.14 Os portugueses devem continuar a cooperação com Timor?

Quadro 6.40

Continuação da cooperação	Frequência	%
Sim	37	92,5
Não	2	5,0
Total	39	97,5
Não responderam	1	2,5
Total	40	100,0

É completamente consensual, perante os respondentes, o desejo ao nível da continuidade da Cooperação dos Portugueses com Timor, verificando-se uma elevadíssima percentagem de 92,5%, tal como já havia acontecido com os habitantes dos sucos, em que 100% respondeu afirmativamente a esta questão

Porquê?

Mais uma vez constatamos a grande necessidade dos timorenses em termos de desenvolvimento nas várias áreas.

Somente 5% dos inquiridos recusa a cooperação dos Portugueses com Timor, achando que serão os Timorenses os cidadãos do futuro que terão de levar essa missão a cargo.

Contudo, são diversas as razões para que Portugal se mantenha como país cooperante face a Timor. Entre as 7 referidas, destacam-se as seguintes, pelo seu maior peso relativo:

- Para preparar o futuro de Timor (20%)
- Ajudar para o desenvolvimento económico (15%)
- Ajudar no desenvolvimento da Educação e Agricultura (17,5%)
- Mais professores Portugueses (12,5%)

Quadro 6.41

Razões	Frequência	%
Para preparar o futuro de TL	8	20,0
Ajudar para o desenvolvimento económico	6	15,0
Ajudar no desenvolvimento da Educação e Agricultura	7	17,5
Mais professores Portugueses	5	12,5
Timorenses mais próximos dos Portugueses	2	5,0
Portugal é a ponte para a cooperação com mais países	1	2,5
Recuperação face a erros de colonização	1	2,5
Total	30	80,0
NR	10	20,0
Total	40	100,0

6.3.15 No dia a dia, fora do local de trabalho, convive com portugueses?

Constata-se que a maior parte (87,5%) dos respondentes não convive com os Portugueses fora do local de trabalho.

A percentagem de alunos que convivem diariamente com portugueses fora do local de trabalho/estudo é muito inferior à percentagem dos habitantes dos sucos (68,4%), a explicar esta situação deparamo-nos com a questão linguística, apesar de terem aulas com professores portugueses, o seu domínio da língua portuguesa é inferior ao dos mais velhos.

Quadro 6.42

Convivência	Frequência	%
Sim	5	12,5
Não	35	87,5
Total	40	100,0

Se respondeu Sim, refira quais os aspectos que facilitam ou dificultam esse relacionamento

Como se pode observar através do **quadro 6.43**, dos 12,5% que responderam relacionar-se diariamente com portugueses, 10% apontam os factores facilitadores.

Quadro 6.43

Aspectos facilitadores	Frequência	%
Boa relação com os professores	2	5,0
As famílias incentivam	1	2,5
Festas e pic nic	1	2,5
Total	4	10,0
NR	36	90,0
Total	40	100,0

Como aspecto que dificulta o relacionamento, 2,5% do universo dos inquiridos referiu o ter aprendido bahasa o que implica não conseguir comunicar em português “em sociedade”.

6.4 CONCLUSÃO

A história de Timor tem muitos anos!

Mas, houve o “tempo dos portugueses”, o “tempo dos indonésios” e, como diria um timorense a quem perguntámos quantos filhos tinha, respondeu: tenho duas filhas do nosso tempo e..., mais duas...!

Mas, se os timorenses agora estão “no seu tempo”, para viverem (ou sobreviverem) precisam da ajuda da comunidade internacional (tanto Portugal quanto a Indonésia pouco contribuíram para o desenvolvimento social e humano deste povo).

Assim, se no estudo anterior, a quase totalidade dos nossos inquiridos era “do tempo dos portugueses”, neste estudo todos os inquiridos são do “tempo dos indonésios” pois a média das idades situa-se nos 23 anos.

Ao longo deste capítulo tentámos saber quem são estes jovens, como é que vivem e como é que olham a cooperação portuguesa. Os respondentes ao nosso inquérito foram maioritariamente do sexo masculino (57,5%) e, todos frequentam o ensino superior. A maioria faz parte de um agregado familiar numeroso.

Na terceira parte do nosso inquérito, em que procurávamos saber “ como olham os portugueses”, concluímos que a maioria considera importante a presença da comunidade internacional no projecto de reconstrução do país, sendo-lhes indiferente a nacionalidade dos cooperantes.

A percentagem de alunos que conhece o trabalho desenvolvido pelas organizações/instituições da cooperação portuguesa é elevada (90%) mas, nem todos os que contactam diariamente com o trabalho desenvolvido pelas organizações/instituições portuguesas o identificam como tal.

Em termos das organizações que estes alunos referiram conhecer, ressalta a importância que atribuem ao desenvolvimento agrícola do país, têm consciência que o país tem um enorme potencial que necessita de ser explorado, para que consigam ultrapassar a fase de agricultura de subsistência, que sempre tem predominado, para uma fase de riqueza.

Quase todos os inquiridos consideram o trabalho desenvolvido pelos cooperantes portugueses importante para o desenvolvimento de Timor mas, na perspectiva já anteriormente referida, ou seja, o importante é que ajudem.

A maioria dos alunos (77,5%) concordou com a decisão do governo timorense em escolher o português como uma das línguas oficiais.

As razões apontadas para concordarem foram diversas mas, a que foi mais apontada foi “está escrito na constituição” Se a resposta anteriormente citada foi a resposta da maioria, consideramos, no entanto, importante referir que para alguns dos respondentes o português é importante para enriquecer o tetum, a língua nacional, e para que esta não morra, assim como, alguns consideram a opção do português como língua oficial como uma oportunidade de abertura ao exterior dado que o português é uma língua falada em vários países.

Fora do local de trabalho/estudo somente uma minoria convive diariamente com portugueses, mais uma vez constatámos a existência da barreira linguística entre timorenses e portugueses que impede o contacto entre as duas comunidades.

Conclusão

No século XXI já não restam povos isolados, o mundo não é mais aquele de há quinhentos anos em que os portugueses partiram mar adentro com argumentos de difundir a fé e propósitos de comércio de especiarias.

Quase quinhentos anos os portugueses estiveram em contacto com o povo daquela meia ilha, que os antigos manuais de Geografia nos ensinaram ser Timor... para mais tarde descobrir-mos tratar-se de Timor Leste. Quase sempre uma convivência pacífica: os timorenses pertencentes a diversos grupos étnico – linguísticos, e, tendo como religião o animismo, não sofreram por parte dos portugueses grandes agressões à sua forma de ser e de estar. Mesmo quando se converteram ao catolicismo permaneciam fiéis ao animismo. Para eles o Deus, que em tetum se diz *Marômac*, não é objecto de culto. O culto dirige-se aos antepassados e aos objectos sagrados, os *lulic*, por qualquer motivo possuidores de poderes sobrenaturais e, em regra, guardados nas *uma lulic* – as casa sagradas. Na década de oitenta do século passado, a adesão ao catolicismo deu-se massivamente. Há quem sustente que esta adesão se deveu ao apoio da Igreja Católica timorense aos movimentos de resistência ao invasor indonésio. Mas, também há quem considere que esta adesão se deu por oposição à religião do “inimigo”, maioritariamente muçulmano.

Em termos económico–sociais, Timor sempre foi pobre. Apesar de reconhecidas, as suas potenciais riquezas naturais nunca foram exploradas. Ao longo dos séculos, a população viveu maioritariamente numa agricultura de subsistência. Do Desenvolvimento que nunca se deu, só lá chegaram os efeitos dos conflitos dos mais desenvolvidos. A 2ª Guerra Mundial, gerada numa Europa bem longe de Timor, teve naquele território um efeito devastador. Portugal que se afirmou neutral naquele conflito, não conseguiu impedir que um território, que afirmava seu fosse palco de lutas sangrentas. Primeiro entraram as forças holandesas e australianas com o argumento de impedir o avanço das forças nipónicas em direcção à Austrália. Depois entraram os japoneses, Apanhado no meio, mais de que um cenário de guerra, Timor foi uma arena de massacre. E ao elevado número de mortos, somou-se a destruição das poucas infra estruturas existentes.

Só a partir dos anos sessenta Portugal faz algum investimento naquela sua “província ultramarina”. Mais visível o efectuado na área da educação. De 1960 até 1974 o número de crianças a frequentar as escolas primárias não pára de aumentar. Este crescimento não foi, no entanto, acompanhado noutros graus de ensino. E se, em 1974, 57 000 mil alunos frequentavam o Ensino Primário, apenas 60 atingiam o Superior.

Mas, em termos sociais e comportamentais, este “boom” de escolarização tem efeitos visíveis. Não se estranha por isso que Nuno Canas Mendes sublinhe que Ruy Cinatty “*constatava a existência das novas gerações, alfabetizadas, falantes de Português, aspirando a uma promoção social, só vestiam “à maneira antiga nas festas”, o que em sua opinião, evidenciava uma mudança em curso, potencial causadora de rupturas. Cinatty via alguns sectores da população encaminharem-se para uma assimilação dos valores europeus*¹⁴⁷”.

Após a revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, essas novas gerações, falantes de português, e que usufruíram desse incremento da escolarização, viriam a desempenhar um papel preponderante no evoluir da situação política em Timor. Os anos de 1974/75 foram anos de luta interna pelo poder que culminaram com a saída da administração portuguesa e com a invasão indonésia a 7 de Dezembro de 1975. Os indonésios permaneceram em Timor até 1999 mas, à luz do Direito Internacional, Portugal continuava a ser a “potência administrante”.

Os anos de ocupação só foram possíveis com a conivência dos norte americanos e outros – a Austrália reconheceu mesmo Timor como a 27^a província Indonésia. Imperavam os interesses geoestratégicos, o petróleo falava mais alto, daquela meia ilha – havia petróleo, o estreito por onde os submarinos podiam passar do Pacífico para o Índico sem serem detectados, era precioso. Fecharam-se olhos e consciências.

Sob o “domínio” indonésio a população timorense, na sua maioria, continuou a viver de uma agricultura e pescas de subsistência. Apresentava um elevado

¹⁴⁷ MENDES, Nuno Canas; *A Multidimensionalidade da construção identitária em Timor Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005, pag. 151

número de funcionários públicos mas... de baixo nível - os lugares de chefia estavam reservados para cidadãos oriundos da Indonésia. Os tempos da ocupação são - uma vez mais – de crescimento dos níveis de escolarização primária. Na tentativa de consolidar a sua presença, da estratégia do ocupante fez parte a deslocação de alguns jovens timorenses para a Universidade em Jakarta, Entretanto a opinião publica mundial despertava para o drama de um povo que até desconhecia, a Comunidade Internacional começa a demonstrar alguma sensibilidade em relação à situação em Timor. Foram precisos anos de sofrimento e opressão para que os olhos do mundo se abrissem para a tragédia de Timor. Valeu a tenacidade dos timorenses, que nunca desarmaram e prosseguiram a resistência. E veio o Massacre de Santa Cruz, e vieram os olhos dos repórteres internacionais, e as imagens de Televisão e veio o Nobel para Ximenes Belo e Ramos Horta.

No entanto alguns analistas defendem que a libertação de Timor - mais que ao trabalho da diplomacia portuguesa, ao maior empenho crescente das Nações Unidas, à acção dos timorenses que se encontravam no exterior, à resistência nas montanhas e a todo os movimentos de solidariedade internacional - ficou a dever-se à grave crise económica, financeira e política que se abateu sobre a Indonésia em 1997/98 e que levou ao derrube do então presidente Suharto.

Após 24 anos de lutas internas e externas contra o “domínio” indonésio, em Janeiro de 1999, o novo presidente Habibie, admite pela primeira vez a possibilidade de Jakarta se separar de Timor. E, a 5 de Maio desse mesmo ano, são assinados os acordos entre Portugal e a Indonésia, com a mediação das Nações Unidas, que conduzem ao referendo que se realizaria a 30 de Agosto.

Veio o Referendo e os resultados esmagadores a favor da independência. E, mais uma vez a barbárie regressou a Timor feita destruição e morte. Os resultados foram esmagadoramente a favor da independência. Timor ganhou o estatuto de país e de independência.

Mas, para sobreviver, como país independente precisava da ajuda da comunidade internacional.

* * *

Perante a gravidade da situação, Portugal comprometeu-se a uma intervenção activa no esforço de cooperação para a reconstrução do novo país. Assim, no quadro das instâncias de cooperação já existentes, foi conferido um carácter autónomo à cooperação com Timor.

Se, num primeiro tempo, a cooperação portuguesa actuou numa fase de emergência, a partir de 2000 começou a incidir na área de apoio ao desenvolvimento em diversas áreas. A multiplicidade de projectos em que Portugal se envolveu, levou a que muitos analistas considerassem as acções desenvolvidas dispersas, com falta de coordenação. E houve mesmo quem questionasse a plena utilidade dessas acções.

Com o objectivo de delimitar as acções a desenvolver, em 2000, é elaborado o primeiro Plano Indicativo de Cooperação para Timor para o triénio de 2001/2003, onde surgem definidos os principais eixos de actuação da cooperação portuguesa. Com o objectivo de operacionalizar as estratégias definidas nesse PIC, anualmente são elaborados os Planos Anuais de Cooperação

Em 2004 foi elaborado o 2º Plano Indicativo de Cooperação, para o triénio de 2004 -2005. A elaboração dos PIC, como documentos de orientação estratégica é, em nossa opinião, um passo importante na delimitação das áreas a abranger.

Mas, também consideramos, que os Programas Anuais de Cooperação (actualmente está em execução o PAC 2005) que têm como objectivo operacionalizar as estratégias definidas no PIC, continuam a abarcar um grande número de projectos (geograficamente dispersos) e um número ainda mais

elevado de entidades executoras desses mesmos projectos. Somos assim levados a concordar com o foi escrito em 2005¹⁴⁸

“Portugal precisa de uma política de cooperação. Os investimentos que ao longo de três décadas tiveram lugar em actividades de cooperação obedeceram a lógicas muito variadas, foram de natureza extremamente diversa e tiveram resultados mistos, ambíguos e mesmo em muitos casos desconhecidos”.

Tendo presente esta visão dos mais altos responsáveis pela Cooperação Portuguesa, foi nosso objectivo também conhecer aqueles que no terreno desenvolvem os diversos projectos, assim como, conhecer aqueles, que em ultima instância, são os destinatários desses projectos.

Partíamos com interrogações, perguntas colocadas, ou seja, **quem são, como vivem e o que pensam os cooperantes portugueses em Timor** e deparámos com um universo de respondentes maioritariamente da área da educação e, essencialmente, jovens licenciados. Dos 10 cooperantes da área militar que se encontravam em Timor obtivemos resposta de 4. Seguiu-se a área da saúde com 3 respostas e ainda mais um respondente ligado ao apoio ao desenvolvimento económico e social.

- Vivem em Timor em casas alugadas pelas organizações para quem trabalham, dividindo o espaço com mais cooperantes.
- Os motivos que os levaram a colaborar num projecto de cooperação são vários mas, há a destacar o espírito de solidariedade, a vontade de conhecer Timor e, ainda, o espectro do desemprego em Portugal.
- Um grande número de cooperantes realiza missões de curta duração e em Organizações Oficiais. Têm como parceiros de projectos entidades portuguesas e timorenses, considerando os parceiros timorenses pouco dinâmicos e pouco participativos.

¹⁴⁸ Documento elaborado pela Cooperação Portuguesa, divulgado pelo IPAD, com prefácio do Ministro dos Negócios Estrangeiros e, intitulado “ Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, já atrás referenciado.

- A maioria (76,7%), conheciam o projecto que iam desenvolver mas, considerando que se trata de um projecto de cooperação, consideramos importante salientar que o 1/5 dos cooperantes foram trabalhar num projecto que desconheciam.
- Um número elevado de cooperantes (81,4%) não recebeu preparação específica para o projecto que iam desenvolver, assim como, desconheciam a língua nacional, e que é falada pela maioria da população timorense, o tetum. O desconhecimento do tetum foi considerado por um grande número de cooperantes como um obstáculo à eficácia do projecto e ao relacionamento com os timorenses. Consideram que no dia a dia fora do local de trabalho, não há convivência entre a comunidade portuguesa e a timorense, se a questão linguística constitui uma barreira importante, as discrepâncias em termos económicos também acentuam a divisão entre as duas comunidades. O nível de vida em Timor não permite que os timorenses tenham acesso aos locais de convívio frequentados pelos portugueses, aliás, um dos factores perniciosos da cooperação, apontados por alguns autores, e que se aplica em Timor, é mesmo a inflação provocada pelo poder de compra dos internacionais, que de forma alguma se assemelha com o poder de compra dos locais.

Se é verdade que a maioria dos cooperantes que colaboraram no nosso estudo consideram os projectos em que estão envolvidos importantes para o desenvolvimento de Timor, que o trabalho por eles desenvolvido se tem concretizado de uma forma eficaz, ou seja, os resultados obtidos estão ao nível do previsto, referem no entanto, que essa avaliação apenas é considerada em termos individuais, não existindo instrumentos da avaliação do projecto de uma forma global. Mas, ainda nos dizem existir um grande número de obstáculos que retiram a eficácia ao desenvolvimento do trabalho. Assim, pensamos ser importante salientar os aspectos referidos e que, em nosso entender, são importantes para um processo de cooperação eficaz:

- ➔ Preparação prévia dos cooperantes tendo em conta a diversidade cultural onde a acção se vai desenvolver;
- ➔ Os projectos devem ser elaborados e planeados tendo em conta a realidade timorense e passíveis de posterior avaliação;¹⁴⁹
- ➔ Definição clara de estratégias e objectivos a atingir;
- ➔ Maior envolvimento das estruturas locais no planeamento, execução e avaliação dos projectos;
- ➔ Elaboração de instrumentos que permitam o controle de qualidade do processo de cooperação;
- ➔ Devem ser facilitados meios de aprendizagem de tetum a todos os cooperantes, assim como, devem ser sensibilizados para a importância dessa aprendizagem;

Uma percentagem elevada de cooperantes, têm consciência que a importância que os timorenses atribuem ao trabalho por eles desenvolvido é inferior à importância que eles próprios atribuem a esse trabalho, considerando que a visibilidade da cooperação portuguesa se situa entre o razoável e o mediano, então consideramos importante transcrever o que nos foi dito por alguns dos respondentes; *“O próprio Projecto deve repensar a sua projecção e imagem pois isso melhora a imagem construída pelos destinatários”*

Da análise das respostas dadas pelos habitantes dos sucos por nós inquiridos, consideramos importante referir a existência de um elevado número de desempregados que, associado ao elevado número de elementos dos agregados familiares e às condições de habitabilidade por eles mencionadas, nos permite concluir que vivem numa situação de pobreza.

¹⁴⁹ O que está de acordo com o que referimos aquando da operacionalização do Conceito Cooperação, ou seja, os doadores, neste caso quem elabora os projectos, deve basear a sua programação nas necessidades e prioridades identificadas nos planos de redução de pobreza dos países parceiros

Aquando da reentrada dos portugueses estes não foram vistos como ex-colonizadores, o sentimento da generalidade dos nossos respondentes foi antes no sentido “vem ajudar-nos precisamos deles”. Todos os nossos inquiridos têm consciência do estado de sub desenvolvimento em que o país se encontra, considerando imprescindível a ajuda externa para ultrapassar essa situação.

Portugal enquanto antigo colonizador, com quem partilham laços históricos e culturais, na actualidade, tem o dever moral e histórico de contribuir para o desenvolvimento do país.

Conhecem um grande número de Organizações/Instituições portuguesas mas, só uma minoria utilizou e conhece os serviços prestados por essas organizações, o que vem confirmar a opinião dos cooperantes quanto ao impacto do seu trabalho junto da população local.

A vertente do ensino da língua portuguesa é pouco conhecida pelos nossos respondentes, pelo que consideram que deveria haver uma presença mais numerosa de professores (opinião esta que também é expressa pelos cooperantes) que ensinassem o português, especialmente às camadas mais jovens.

Em Dili a presença de professores portugueses é pouco notada, pois a actividade destes está mais concentrada na “escola portuguesa” que abrange um número reduzido de alunos e na Universidade.

É consensual perante os nossos respondentes a escolha do português como uma das línguas oficiais mas, mais uma vez, reforçam a necessidade de um maior empenho por parte de Portugal no ensino e divulgação da língua, que foi proibida durante vinte e quatro anos.

A maioria diz-nos conviver diariamente com portugueses, contribuindo para tal o facto de saberem falar português.

Da análise das respostas aos inquéritos dadas por um extracto de população mais jovem, alvo directo da cooperação portuguesa, pois são alunos da Universidade Nacional de Timor Leste onde instituições portuguesas leccionam

cursos universitários em português, concluímos que as condições de habitabilidade e o número de elementos do agregado familiar não difere muito dos outros habitantes dos sucos. A maioria, mas não 100%, identifica o trabalho efectuado por organizações portuguesas o que significa que nem todos os alunos reconhecem as aulas que frequentam como sendo leccionadas por instituições portuguesas

Consideram que Timor precisa muito da ajuda externa para o seu desenvolvimento aos vários níveis, sendo-lhes indiferente a proveniência dessa ajuda mas, destacam a área agrícola onde consideram necessário um grande investimento na formação para que se ultrapasse a fase de subsistência para uma fase de criação de riqueza.

Tendo presente o que nos dizem os cooperantes portugueses (os jovens da faixa etária entre os 15 e os 30 anos não querem aprender português), os inquiridos mais velhos, a nossa própria experiência que nos demonstra que os jovens não sabem falar português e aquilo que Geoffrey Hull escreveu em 2001 “*os elementos da velha geração querem que o português seja a única língua oficial, e não prevêem qualquer tipo de estatuto oficial para o tetum ou para os outros vernáculos. No extremo oposto, estão os jovens que querem que apenas e só o tetum seja a língua oficial, manifestando-se deveras apreensivos em relação ao português.*”¹⁵⁰, foi com surpresa que constatámos que a maioria dos nossos inquiridos concordou com a decisão do governo em considerar o português como uma das línguas oficiais. Mas, se as justificações da maioria para tal opção vão de encontro às adiantadas pelos habitantes dos sucos (está escrito na constituição) consideramos importante referirem que o português constitui um veículo de enriquecimento para o tetum assim como evita que este morra, esta posição também é defendida por Geoffrey Hull.

Esta posição não é sinónimo de dominarem o português, frequentam cursos leccionados em português mas, as debilidades linguísticas são evidentes. No seu

¹⁵⁰ HULL, Geoffrey; *Timor – Leste, Identidade, Língua e Política Educacional*, Instituto Camões, Lisboa, 2001, pag.33.

dia a dia não convivem com portugueses porque tal como nos dizem “aprendemos bahasa, não conseguimos comunicar em português em sociedade”.

A língua constitui de facto uma barreira importante no relacionamento dos dois povos, tanto alunos universitários quanto cooperantes não convivem fora do local de trabalho, apenas os mais velhos contactam diariamente com portugueses, demonstrando através das respostas dadas um sentimento de orgulho por saberem falar português, e alguns deles por terem filhos a serem formados em Portugal mas, também manifestam preocupação em relação aos mais novos, que não sabem português.

Considerando o número de organizações que tanto os inquiridos dos sucos como os alunos universitários referem conhecer, consideramos insuficiente, (tendo por base as respostas que nos são dadas), em termos de impacto junto desta mesma população, o trabalho desenvolvido por essas mesmas organizações.

Assim, tendo em conta o esforço financeiro dispendido por Portugal ao longo destes cinco anos e os resultados obtidos, consideramos que ainda estamos longe da concretização dos princípios programáticos definidos para o esforço de cooperação.

A missão fundamental da cooperação portuguesa consiste em contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos, caracterizado pelo desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito.”¹⁵¹

¹⁵¹ IPAD; Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa, versão online: http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf consultada em 23/5/2006

BIBLIOGRAFIA

A short history of OXFAM”, and “Mission statement” in: http://www.oxfam.org.uk/about_us/history/index.htm; consultada em 12 de Julho de 2005.

ALKATIRI, Mari; *Timor – Leste o caminho do desenvolvimento*, Lidel-edições técnicas, lda, Lisboa, Novembro 2004.

ALMEIDA, Madalena M. A. P. M.; *Estratégias de cooperação para o uso da Língua Portuguesa nos PALOP – O caso de Angola*, Universidade Aberta(Tese de Mestrado), Lisboa 2004.

ALMEIDA, Miguel Vale de; *Um Mar da Cor da Terra Raça, Cultura e Política da Identidade*, Celta Editora, Oeiras, 2000.

AMADO, Luís; *Programa Integrado de Cooperação Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros 1998. (conferência).

ASSEMBLEIA Geral das Nações Unidas, “*Declaração do Milénio*”, Centro de Informação das Nações Unidas, Lisboa, Agosto de 2001, in: http://www.cv.undp.org/Publications/OMD/DecdoMilenario_pt.pdf, consultada em 15 de Maio de 2005

ASSOCIAÇÃO para o Planeamento da Família; *Portugal e a APD -Ajuda Publica ao Desenvolvimento*, Lisboa, Dezembro 2003,in: <http://www.apf.pt/>, consultada em 6 de Junho 2005.

BARDIN, Laurence; *Análise de Conteúdo*, Edições 70, LDA, Lisboa, 2006.

BRANCO, Laura F.C.; *Percursos da Língua Portuguesa em Timor*, Universidade Aberta (Tese de Mestrado), Lisboa, 2003.

CAETANO, Marcelo; *Paixão e Redenção de Timor; Factos e Figuras do Ultramar*, Agência Geral do Ultramar, nº 17, Lisboa, 1973.

CARMO, António Duarte de Almeida e; *O Povo Mambai; Contribuição Para o Estudo do Povo Do Grupo Linguístico Mambai-Timor*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Universidade Técnica de Lisboa, s/ data.

CARMO, Hermano, FERREIRA Manuela Malheiro; *Metodologia Da Investigação, Guia para a Auto – Aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa, 1998.

CARMO, Hermano; *A educação intercultural: uma estratégia para o desenvolvimento*, ISPA, 29-31 de Maio de 2000 (conferência).

CARMO, Hermano; *Hipóteses sobre o contributo dos portugueses no processo de reabilitação pós-guerra – A guerra Colonial: realidade e ficção*, atas do 1º congresso internacional, Ed. Noticias. Universidade Aberta, Lisboa, 2001

CARRASCALÃO, Maria Ângela; *TIMOR Os Anos da Resistência*; Ed. Mensagem, Lisboa, 2002.

CARVALHO, José dos Santos; *Vida e Morte em Timor Durante a Segunda Guerra Mundial*, Livraria Portugal, Lisboa, 1972.

CENTRO das Nações Unidas em Portugal, in www.onuportugal.pt. Consultada em 11 de Julho de 2005.

CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de Sousa, MENDES; *Arquitectura Timorense*, Instituto de Investigação Científica Tropical Museu de Etnologia, Lisboa, 1987.

CINATTI, Ruy; *Um Cancioneiro Para Timor*, Editorial Presença; 1ª Ed., Lisboa, 1996.

CRAVO, Teresa de Almeida, *Entre a Centralidade e a Marginalização: a Reforma da ONU para o Séc. XXI*, Universidade de Coimbra, Outubro, 2005 in: http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=18, Consultada em 18 de Dezembro de 2005.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa, Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Verbo, Vol. I 2001.

DUARTE, Jorge Barros; *Ainda Timor*, Gatimor, Lisboa, 1981.

FISCHER, Tim; *Seven Days in East Timor*, ALLEN & UNWIN, Australia 2000.

FORGANES, Rosely; *Queimado queimado, mas agora nosso! Timor das Cinzas à Liberdade*; Labortexto editorial, S. Paulo, 2002.

GAMA, Jaime; «O Universo da Língua Portuguesa Diversidade e Inovação», Simpósio de 21 a 25 de Maio, Lisboa, suplemento do *Jornal de Letras* nº 81, ano XXI, 2001.

GAMA, Jaime; *Programa Integrado de Cooperação portuguesa*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1998 (conferência).

GERTIL, Grupo de Estudos e Reconstrução de Timor Leste; *Atlas de Timor Leste*, Lidel-edições técnicas, Lda., Lisboa, 2002

GOMES, Adelino; *As Flores Nascem na Prisão*, Noticias Editorial, Lisboa, 2004.

GUEDES, Armando Marques, MENDES Nuno Canas; *Ensaios sobre nacionalismos em Timor – Leste*, Instituto Diplomático, Lisboa 2005.

GUNN, Geoffrey C.; *Timor Loro Sae 500 years*; Livros do Oriente, Macau, 1999.

GUSMÃO, Kay Rala Xanana; *A Construção da Nação Timorense Desafios e Oportunidades*, Lidel, Lisboa, 2004.

GUSMÃO, Kirsty Sword; *Uma Mulher da Independência*, Quetzal, Lisboa, 2004.

HORTA, José Ramos; *Timor Leste Amanhã em Dili*, D: Quixote, Lisboa, 1998.

HULL, Geoffrey; *Identidade, Língua e Política Educacional*, Instituto Camões, Lisboa, 2001.

HULL, Geoffrey; *Língua e Cultura na Construção da Identidade de Timor-Leste*, in *Revista Camões*, nº14, Julho-Setembro, Instituto Camões, Lisboa, 2001.

ICP – “Plano Integrado da Cooperação Portuguesa 2002”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 2002, in: <http://www.gm-unccd.org/FIELD/Bilaterals/Port/Portugal1.pdf>, consultada em 15 de Maio de 2005.

ICP, “Plano Integrado da Cooperação Portuguesa 2003”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 2003, in: <http://www.gm-unccd.org/FIELD/Bilaterals/Port/Portugal1.pdf>, consultado em 15 de Maio de 2005.

IPAD – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento MNE; *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Relatório de Portugal*, Novembro de 2004, in <http://www.ipad.mne.gov.pt>, consultada em 2 de Junho de 2005.

IPAD - Instituto de Apoio ao Desenvolvimento, MNE, Plano de Actividades 2003.

IPAD, “A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI” versão de 28/10/2002, in <http://www.gm-unccd.org/FIELD/Bilaterals/Port/estr.pdf>, consultado em 10 de Julho de 2004

KOHEN, Arnold S.; D. *Ximenes Belo. Por Timor*, Ed. Noticias, Lisboa, 1999.

LISBOA, Luísa Maria Diego; *Portugal/ São Tomé e Príncipe, que Cooperação no Ensino Básico?* Lisboa, Universidade Aberta, (Tese de Mestrado) 1997.

MARCOS, Artur; *Timor Timorense, Com Suas Línguas, Literaturas, Lusofonia*, Edições Colibri, Lisboa, 1995.

MARTIN, Ian; *Autodeterminação em TMOR Leste As Nações Unidas, o voto e a Intervenção Internacional*, Quetzal, Lisboa, 2001.

MATTOSO, José; *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, Lisboa, 2005.

MATTOSO, José; *Sobre a Identidade de Timor Lorosa’e*, in: Revista Camões, nº 14, Julho-Setembro, Instituto Camões, Lisboa, 2001.

MENDES, Nuno Canas; *A “multidimensionalidade” da Construção Identitária em Timor-Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Tese de Doutoramento); Lisboa, 2005.

MILANDO, João; *Cooperação sem Desenvolvimento*, Estudos e Investigações 39, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005.

MONTEIRO, Ramiro L; *A África na Política de Cooperação Europeia*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa 2001.

MOREIRA, Adriano; *Estudos da Conjuntura Internacional*, D: Quixote, Lisboa, 1999.

MOREIRA, Adriano; *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria. Almedina, Coimbra, 1996.

NEVES, Mário V. ; *Dez Anos de Política Externa (1936-1947) A Nação Portuguesa E A Segunda Guerra Mundial*, Ministério dos Negócios Estrangeiros Vol. XI, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1980.

OCDE, “Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento”, Paris, Fevereiro de 2005, tradução do IPAD, http://www.icp.mne.gov.pt/images/stories/APD/declaraparis_portg_1.pdf consultada em 10 de Setembro de 2005.

OCDE, “Declaração de Roma sobre Harmonização” Roma, Fevereiro de 2003, tradução do IPAD, http://www.icp.mne.gov.pt/images/stories/APD/sinteseharmonizacao_final.pdf, 15 de Junho de 2005.

OLIVEIRA, Eugénio; *Relatório Final sobre a disciplina de Inteligência Artificial*. in: http://paginas.fe.up.pt/~eol/TIMOR/Relat%F3rio_ECO.pdf

OLIVEIRA, Luna de; *Timor na História de Portugal*, edição facsimilada da edição de 1949, 4 volumes, ed. Fundação Oriente e IPAD, 1ª edição, Lisboa 2004.

PALMA, Elisabete Cortes; *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa Ajuda Pública ao Desenvolvimento nos Países Africanos Lusófonos*, Instituto Diplomático, Lisboa, 2006.

PINTO, António Costa; *O fim do Império Português*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001.

PIRES, Mário Lemos; *Descolonização de Timor: Missão Impossível*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1991.

Plataforma Portuguesa das ONG, in: <http://www.plataformaongd.pt/plataforma/plataforma.htm>, consultada em 10 de Junho de 2005.

PLATAFORMA Portuguesa das ONGD; *Guia das ONGD da Plataforma*, Edição da Plataforma Portuguesa das ONGD, Lisboa 2005.

PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 1997, in: <http://www.undp.org.br/HDR/Hdr97/rdh7-4.html>, consultado em 10 de Julho de 2004.

PNUD; *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005, Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*, Ana Paula Faria editora, Lisboa 2005.

PUREZA, José Manuel; *Quem Salvou Timor Leste? Novas Referências Para o Internacionalismo Solidário*; Centro de Estudos Sociais, Lisboa, 2001. In: www.ces.fe.uc.pt/publicações/oficina/164/164.pdf, consultada em 16 de Julho de 2004.

REIS, Elisabete, et all; *Estatística Aplicada*, vol. 2, Ed. Sílabas, Lisboa 1997.

RIBEIRO, Mário, Marques Sofia; *Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI: trajectórias e dinâmicas*, ISCTE, Lisboa, Março 2002.

SALVADOR, Tânia L. M. C.; *A Cooperação .Para o Desenvolvimento Análise dos Modelos Português e Irlandês*, Edição do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa, 2005.

SANTOS, António de Almeida; *QUASE MEMÓRIAS Da Descolonização de cada Território em Particular*, 2º Volume, Casa das Letras, Editorial Notícias, Lisboa, 2006

SANTOS, Lourenço; «A reforma da política portuguesa de cooperação», *Elo - Cooperação e Desenvolvimento*, Julho/Setembro, nº 40, 2003.

SERRA, António M. de Almeida; *Timor-Leste: os caminhos do desenvolvimento e a cooperação lusófona*, XIV Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa e II encontro de Estudantes dos Países Lusófonos, Comunicação, Escola Politécnica da USP, 22 a 25 de Julho de 2004.

SIMÃO, José Veiga, OLIVEIRA, Jaime da Costa; *Potencialidades da Cooperação para a Competitividade*, Associação Industrial Portuguesa, 1º Ed. pag 11-26, Lisboa, 2002.

STILWELL. Peter; *O Timor de Ruy Cinatti*, in: *Revista Camões*, nº14, Julho-Setembro, Instituto Camões, Lisboa, 2001.

SUBRAHMANYAM, Sanjay; *O Império asiático Português, 1500-1700 Uma História Política E Económica*, Difel, Lisboa, 1993.

TAYLOR, John G. ; *Timor/ A História Oculta*, Ed. Bertrand, Lisboa, 1993.

THOMAZ, Luís Filipe; *Babel Loro Sa'e, O Problema Linguístico de Timor – Leste*, Instituto Camões, 2ª ed. Lisboa, 2002.

THOMAZ, Luís Filipe; *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, 1994.

THOMAZ, Luís Filipe; *O Problema económico de Timor*, in: *Revista Militar*, vol. 26, nº8-9, Agosto-Setembro, 1974.

THOMAZ, Luís Filipe; *O Problema Político de Timor*, Ed. Pax, Braga, 1975.

Timor - Leste, *Plano de Desenvolvimento Nacional*, Dili, Maio 2002. Field / Global Mechanism / United Nations Convention to Combat Desertification, in: - <http://www.gm-unccd.org/>

TRAUB, James; *Inventing East Timor*, Foreign Affairs, 2000.

TRINDADE, Augusto José Pereira; *Desenvolvimento Económico Integração Regional e Ajuda Externa em África*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa 2006.

VAL-FLORES, Gustavo Silva; *Portugal e o Período de Transição em Timor Leste*, Coleção Estudos e Documentos 12, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa 2006.

JORNAIS

Jornal Expresso de 3 de Agosto de 1974.

Jornal Expresso, Revista Única de 18 de Fevereiro de 2006.

Jornal Publico de 26/12/2000.

OUTROS DOCUMENTOS

Diário da Republica I série- B, nº 115 de 18 de Maio de 1999.

Diário da Republica – I Série – A de 14 de Abril de 2004.

Programa do XIII Governo Constitucional, Lisboa, 1995.